



Periodicojs
EDITORA ACADÊMICA



Gênero e Interdisciplinaridade



ISSN: 2675-7451
Vol. 02 - n 02 - ano 2021



Gênero e Interdisciplinaridade

ISSN: 2675-7451

Vol. 02 - n 02 - ano 2021



Filipe Lins dos Santos
Presidente e Editor Sênior da Periodicojs

CNPJ: 39.865.437/0001-23

Rua Josias Lopes Braga, n. 437, Bancários, João Pessoa - PB - Brasil

website: www.periodicojs.com.br

instagram: @periodicojs

Editorial



A missão da Revista Gênero e Interdisciplinaridade (GEI) destina-se a informar a comunidade acadêmica sobre os desafios e perspectivas que revestem a discussão interdisciplinar das ciências humanas e do gênero. O objetivo da GEI é estimular o debate e produção científica com o propósito de produzir conhecimentos e atuar como transformador social e instrumento de reflexão para uma isonomia entre os indivíduos. O público-alvo de nossa revista é pós-doutores, doutores, mestres e estudantes de pós-graduação. Dessa maneira os autores devem possuir alguma titulação citada ou cursar algum curso de pós-graduação. Além disso, a GEI aceitará a participação em coautoria. A Revista possui um conjunto de Seções para recebimento de trabalhos científicos, como:

•**Seção de Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas:** Seção interdisciplinar que recebem trabalhos de língua portuguesa, espanhola, inglesa ou francesa produzidos através de pesquisas ou reflexões acadêmicas na área das ciências humanas;

•**Seção de Estudos sobre Gênero:** essa seção se destina a discutir assuntos que versem sobre a temática de gênero, podendo abordar temas como: direitos Homoafetivos, lutas LGBTI, teoria queer, direitos huma-



nos e políticas públicas de gênero, saúde, multiculturalismo, religião, povos tradicionais, inclusão social, pensamento africano, populações afro e diáspora negra;

Sumário



Estudos em Gênero



OPRESSOR VERSUS OPRIMIDO: O feminismo dos 99% contra o
capitalismo hegemônico

7

UM ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE ESTEREÓTIPO DE
GÊNERO E INVISIBILIDADE FEMININA NA EDUCAÇÃO EM
CIÊNCIAS

28

SEXUALIDADE E DIVERSIDADE: ANÁLISE DOS USOS DIS-
CURSIVOS NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL,
JUJUY-ARGENTINA

61

SOLIDÃO DA MULHER NEGRA: UMA HISTÓRIA DE INVISIBI-
LIDADE AFETIVA

85

ATENDIMENTO DO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA EM CA-
SOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

98



Gênero e
Interdisciplinaridade

Estudos em Interdisciplinares



TERRAS INDÍGENAS: DA COLÔNIA A ATUALIDADE

119

ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO PARA AS MÍDIAS NA MODER-
NIDADE LÍQUIDA: DIALOGIA E INTERDISCIPLINARIDADE

137

A (IN) EFICIÊNCIA NA APLICAÇÃO DA LEI DE MIGRAÇÃO DE
2017 E O CONTEXTO DAS MIGRAÇÕES VENEZUELANAS NO
TERRITÓRIO BRASILEIRO

155

DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: FORMAÇÃO DE PROFES-
SORES E O DESAFIO DAS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFOR-
MAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC)

185

ENCARCERAMENTO EM MASSA: REFLEXÕES DIANTE DA
CRISE SANITÁRIA PELO NOVO CORONAVÍRUS

212

A CRIMINOLOGIA MUDIÁTICA COMO INSTRUMENTO DO
ETIQUETAMENTO SOCIAL

227

O ENSINO DA HISTÓRIA SOB O FAROL AMBIENTALISTA: UM

DESAFIO DE SE COMBATER PARADIGMAS RELACIONADOS
A HISTÓRIA AMBIENTAL E SUA APLICAÇÃO NO MEIO EDU-
CACIONAL

255



Estudos em Gênero



OPRESSOR VERSUS OPRIMIDO: O FEMINISMO DOS 99% CONTRA O CAPITALISMO HEGEMÔNICO

OPPRESSOR VERSUS OPPRESSED: 99% FEMINISM AGAINST HEGEMONIC CAPITALISM

João Santos da Silva Júnior¹

Resumo: Escrever um artigo com esse tema é uma tarefa hercúlea, que não exige apenas força de vontade, mas entender os caminhos percorridos pelas mulheres e os movimentos feministas durante séculos, até o ápice contemporâneo, para tanto embasaremos os nossos pensamentos em diferentes estudos bibliográficos, contudo, principalmente nas ideias do manifesto “feminismo para os 99%” de (Arruzza et al., 2019). Pretendemos aqui através de diferentes leituras abordarmos as interferências do capitalismo dentro da opressão feminista e de diferentes grupos sociais como: negros, LGBTQ+, mulheres e outros. O capitalismo e neoliberalismo que têm moldado as ações da sociedade democrática, rompendo com os direitos de grupos minoritários e subjugando as ações em defesa desses. Os manifestos feministas tendem a um anticapitalismo e o rompimento da fragmentação das lutas, ou de representações ideária da meritocracia, que muito é dissolvido na sociedade. Nos fronts as mulheres representam

¹ Professor da educação básica e Coordenador pedagógico; Formado em pedagogia e matemática; Pós-graduado em matemática e docência do ensino superior; Membro do grupo de pesquisa LEFOR, ligado a UNEB e ao Mestrado Profissional em Educação e Diversidade (MPED); Pesquisador de temas ligados ao feminismo, literatura brasileira e relações étnico-raciais



a igualdade de diferentes classes e não apenas das mesmas, a defesa é embasada em tudo aquilo que o capitalismo interfere com as suas ações corrosivas, que superficialmente representa o desenvolvimento, contudo, por trazer escraviza os menos favorecidos e inerentes ao ciclo desenvolvimentista que favorece pequenos grupos capitalistas.

Palavra-Chave: Feminismo, Anticapitalismo, Antineoliberalismo e Feminismo para os 99%.

Abstract: Writing an article with this theme is a herculean task, which requires not only strength, more to understand the paths taken by women and feminist movements for centuries, up to the contemporary apex, to support our thoughts in different bibliographic studies, but mainly on the ideas of the manifesto “fe-

minism for the 99%” of (Arruzza et al., 2019). We intend here through different readings to address the interferences of capitalism within feminist oppression and different social groups such as: blacks, LGBTQ+, women and others. Capitalism and neoliberalism that have shaped the actions of democratic society, breaking with the rights of minority groups and subjugating actions in defense of these. Feminist manifestos tend to an anticapitalism and the disruption of the fragmentation of struggles, or idealistic representations of meritocracy, which is much dissolved in society. On the fronts women represent the equality of different classes and not only of women, defense is based on everything that capitalism interferes with its corrosive actions, which superficially represents development, but which behind it enslaves the

less favored and inherent in the development cycle that favors small capitalist groups.

Keyword: Feminism, Anticapitalism, Anti-Neoliberalism and Feminism for the 99%.

O FEMINISMO ANTICAPITALISTA E ANTINEOLIBERAL

O conservadorismo que vem se perpetuando ao longo dos anos e atacando os desejos e anseios das mulheres encontra base fecunda no capitalismo neoliberal, onde a maximização do lucro tende a estabelecer à permanência de forma versátil as ações que interferem na luta feminina contra a hegemonia de um ideário permanente do capitalista explorador, que autodetermina ou inviabiliza as ações anticapitalistas e antineoliberais.

As lutas em prol das mulheres desenvolvidas ao longo dos anos não buscaram apenas pela ocupação superficial do direito de ser e estar em sociedade, de forma não apenas igualitária, mas que despendesse no objetivo da busca pelo respeito. Se aprofundarmos a ideia em termos de neoliberalismo, entendemos que houve um avanço notório na privatização e cortes em políticas públicas sócias, isso possibilitou que a mulher exercesse um grau maior de responsabilidade, além de lidar com as cargas horárias de trabalhos exaustivas, cujo capital pago por essa mão de obra seja abaixo das dos homens, ainda precisa lidar com o trabalho doméstico atendendo todos aqueles que as cercam. Essa escravização feminina construída pelo capitalismo tende a permanecer na sociedade desde que haja uma luta engajada voltada a represen-

tatividade de um total, e não de uma pequena parcela, como afirma (Arruzza et al.,2019) em seu manifesto.

As lutas feministas não visa apenas atacar o capitalismo ou aos lucros por ele gerando, as ações elas diversificam para além do trabalho, para a autora essa luta está presente em outros ambientes, “em diversos terrenos sociais e não apenas por meio de sindicatos e organizações oficiais de trabalhadores”, incluindo as lutas “por sistema de saúde universal e educação gratuita, por justiça ambiental e acesso à energia limpa, por habitação e transporte público”. (et al, 2019, p. 55). As mulheres são as responsáveis por estar no front das lutas de classe, sendo elas as maiores vítimas do capitalismo voraz, são elas também as protagonistas das mobilizações sociais e de reprodução, essa reprodução que

a teoria marxista tanto evidência na perspectiva de que o capitalismo explora as mulheres como reprodutoras responsáveis pela geração de novos sujeitos que servirão de mão de obra para o mesmo.

No seio da sociedade contemporânea os desafios se fazem cada vez mais presentes e desestruturastes. As ideias patriarcais mobilizadas por séculos tendem a permanecer, dado as imposições do capitalismo. As lutas feministas que aconteceram embasando a ideia de resistência a um sistema que deprecia, escraviza, monopoliza e invisibiliza a mulher. Movimentos de resistência como: “Ni una a menos” que aconteceu na Argentina em 2016 e acabou chegando ao Brasil e “Women’s March”, que foi a marcha de mulheres contra o então governo do Presidente Donald Trump nos Estados Unidos, isso

em 2017. Todos esses movimentos tiveram como base a marcha das mulheres “Huelga Feminista” que movimentou milhões de mulheres em diferentes partes do planeta. As ideias defendidas pelo movimento encontravam base no marxismo, no manifesto Marx e Engel, Para (Arruzza et al., 2019)

Mas é acima de tudo a greve que constitui a novidade mais importante da nova onda. Não só porque a greve colocou no centro do debate o trabalho das mulheres, o papel das mulheres na reprodução social e a relação entre produção de mercadorias e reprodução, mas porque se tornou o motor principal de um processo de subjetivação através do qual uma nova subjetividade feminista anticapita-

lista está emergindo. (ARRUZZA, 2019 p, 12).

O movimento de 2017 no EUA ganhou espaço também no Brasil, quando o sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) ,que é considerando um dos maiores da América Latina e representante da educação básica de São Paulo entrou na luta. O movimento aderiu ao protesto em 08 de março de 2017 e convocou a paralização geral. A convocação feita pela maioria feminina, não uniu apenas as mulheres, mas diferentes indivíduos sociais, de acordo com o boletim da APEOESP:

Mulheres e homens protestaram em todo o planeta contra a ascensão de uma ideologia que desrespeita não apenas o

sexo feminino, mas também os direitos dos imigrantes e da população LGBT. (...) Os direitos femininos envolvem todos, independente de gênero, raça e classe social, como demonstraram os milhares de manifestantes reunidos nas Marchas de Mulheres. (APEOESP, 2017)

Essa luta tomou como princípio as questões de negação e racismo do governo do EUA e visões governamentais no Brasil, que tinha ideologias, que ia de encontro aos direitos das mulheres e de classes menos favorecidas como: negros, LGBT e outros.

Até aqui abordamos um feminismo centrado em uma visão mundial, de onde parte os anseios sociais de diferentes grupos agregados a uma luta de classe que representa a grande maioria

marginalizada. No Brasil essa luta não se faz diferente ou menos importante, desde os primórdios as classes inferiores lutam por liberdade por representatividade e respeito, a nossa particularidade histórica nos remete a um passado de lutas e hoje a uma herança sombria permeada pelos resquícios escravistas e de subordinação, isso incluído todo processo de consolidação do capitalismo. Nesse caminho o processo de construção de uma sociedade assalariada não fez com que se rompesse a racialização e até mesmo os estigmas voltados às classes menos favorecidas. O processo do capitalismo, só fez se construir uma barreira cada vez maior dentro das classes sociais, onde o assalariado estaria a serviço do desenvolvimento de uma minoria, sendo que a única valorização do trabalhador seria a sua mão de obra a baixo custo.

Devemos lembrar aqui que dentro das imposições do capitalismo as questões de gênero dentro de uma sociedade patriarcal eram tão absurdas quanto às do negro, essas questões envolviam a vinculação da mulher à família, onde a mesma estava em função do trabalho doméstico/familiar, ou com baixos salários colocando-as a margem do poder econômico e político, o que de certa forma controlava a força feminina.

Esse pequeno olhar sobre a formação das relações entre capitalismo e a sociedade brasileira define saber que ao subjugamento e opressão, não são temas contemporâneos, mas que o despertar conciso para a ocupação do front das lutas pelas mulheres, estão cada vez mais incisivos e presentes no nosso dia a dia, para (Samora Machel, 1976) ela entende que a mulher sempre foi o ser

mais humilhado e explorado:

De uma maneira geral, no seio da sociedade, ela [a mulher] aparece como o ser mais oprimido, mais humilhado, mais explorado. Ela é explorada, até pelo explorado, batida pelo homem rasgado pela palmatória, humilhada pelo homem esmagado pela bota do patrão e do colono (MACHEL, 1976, p. 18).

Por tanto vencer o opressor só com aluta dos oprimidos, e nesse sentido a mobilização feminina toma frente das maiores demandas sociais, impostas pela visão parcialista de um neoliberalismo, que maquia as verdadeiras intenções e ações do capitalismo antissocial.

As lutas feministas que iniciam no século XIX e se in-

tensificaram a partir do final do século XX, estrutura diferentes pensamentos correlacionados com o abatimento de ideias retrogrades que minimizavam o papel da mulher na sociedade e as libertavam de um escravismo velado, dado que para além das funções assalariadas, as mulheres ainda teria que cuidar da casa e estar a serviço do opressor doméstico que seria o homem, essas lutas como bem afirma (González, 2010) abre caminho para questionar seus direitos dentro da sociedade, de acordo com a autora:

Lutando juntas, as mulheres tinham mais possibilidades de êxito na hora de defender seus interesses do que se lutassem separadas. Além disso, as mulheres entendiam melhor os problemas e as demandas das

outras companheiras (...) sentiam-se mais livres para se expressarem e darem suas opiniões no meio de outras mulheres, livres dos preconceitos (GONZÁLEZ, 2010, p. 65).

Nesse sentido que os questionamentos passam a ganhar espaço e apoio, fomentando uma luta defensiva em prol de um todo como bem afirma (Arruzza, et al.,2019) em seu manifesto, “Feminismo para os 99%”, o qual abordará no tópico posterior. As bandeiras levantadas nos movimentos serviam como escudo e passo para a liberdade, a inexorável proposta das feministas tendiam a representatividade coletiva, e na concatenação com outros grupos marginalizados, fundava-se com objetivo concreto a busca por dias melhores, sendo que os mais diferentes grupos sofreram/

sofrem a marginalização e exclusão como afirma (Martuscelli, 2020):

A sobreposição e intersecção de identidades sociais e dos sistemas relacionados de opressão, dominação, discriminação, injustiça social e desigualdade – que se expressam no racismo, sexismo, xenofobia, homofobia, transfobia etc. – não se apresentam num vácuo histórico. (MARTUSCELLI, 2020, p'80)

O que quer dizer que, todos os problemas de dominação opressão não são atuais, mas construídos ao longo da história com forte influência do capitalismo segregador e de ideias liberais que fascina superficialmente o olhar do indivíduo, mas que corrói de forma velada e estra-

tégica as relações e correlações existentes entre grupos sociais, nesse momento que a traça, do neoliberalismo destrói tudo de forma discreta, porém com o tempo chega a torna e as vozes precisam ser ouvidas e as ações respeitadas e a luta planejada com o objetivo de dissipar as traças do neoliberalismo, por tanto para que haja o rompimento das correntes opressoras capitalistas é fundamental que a luta pela emancipação feminina seja pontual e que agregue o maior número possível de seguidores, as ideias marxista pulsam nas vozes dessas mulheres e que a radicalidade seja elemento fundamental nas demandas das lutas como bem afirma (Valadares, 2016)

Do ponto de vista marxista sobre a questão do gênero, surge o feminismo emancipacionista,

que visa a não somente puxar o fio da radicalidade até o patamar da transformação da sociedade e continuar puxando até o processo de construção de uma nova, em todas as suas etapas, enquanto persistir a força estrutural/cultural [ou dominação-exploração] da opressão de gênero (VALADARES apud SCHAEFFER, 2016).

No Brasil e no mundo as relações de dependência ainda fazem parte do dia a dia, porém essa dependência tem dado espaço para o (in) que contesta a opressão e o subjugo, as lutas os anseios despertam do olhar de cada ser marginalizado a vontade de buscar seus direitos e defender o seu espaço, as lutas femininas são espaços que agregam os diferentes grupos, cons-

trói sentidos de compartilhamento de força e de objetivos como bem afirma (Saffioti, 2015)

O feminismo traz, em seu bojo, um potencial crítico capaz de apontar caminhos, trilhas, picadas para se atingir o alvo expresso e desejado (...) isto não basta; é preciso saber utilizá-lo, selecionando as melhores estratégias em cada momento (...) o objetivo das (os) feministas consiste em transformar a sociedade, eliminando as desigualdades, as injustiças, as iniquidades, e instaurando a igualdade. (...). (SAFFIOTI, 2015, pág., 10)

O FEMINISMO QUE REPRESENTA OS 99%



Os movimentos feministas que desabrocham na sociedade, com intensificação a partir de manifestos que se distribuiriam pelo mundo como o “Manifesto feminista”, busca despertar os olhares para os mais diferentes grupos invisibilizados pela sociedade e achatados pelo capitalismo que se mutua a partir do contexto em que é exposto. Não só um movimento centrado em torno da uma luta anticapitalista como também a pregação de uma visão neoliberal, que destrói a maioria e torna a sua força e luta como algo improprio e sem a devida necessidade de existência.

No livro *Feminismo para os 99%: um manifesto* lançado em edição brasileira pela editora Boitempo no ano de 2019, nos traz uma ideia exata do que o movimento feminista deva lutar contra as hegemonias arraigadas na sociedade onde personifi-

ca a imagem das mulheres como seres submissos e dependentes do homem, nesse contexto não apenas as mulheres são inviabilizadas como diferentes grupos sociais que vivem a margem da sociedade ou são lá colocados por visões e ações estereotipadas que depreciam o ser humano.

As autoras Cinzia Arruzza, uma das grandes feminista italiana, professora da New School of Social Research de Nova Iorque e autora do livro *Marxismo e feminismo: Entre Casamentos e divórcios* é uma das mais ferrenhas apoiadoras da greve internacional das mulheres nos Estados Unidos. Tithi Bhattacharya é professora associada de história do sul da Ásia na Purdue University, é uma feminista marxista de destaque e uma das organizadoras da greve internacional das mulheres e Nancy Fraser é filósofa, titular da cátedra Henry

A. and Louise Loeb de Ciências Políticas e Sociais da New School University, em Nova Iorque e, autora de obras como *Fortunes of feminism*, *Feminist contentions*, entre várias outras traduz o conceito mais amplo e que agrega os delenimantos produtivos dos movimentos e para que os mesmos devam acontecer.

A ideia das autoras nos traz uma visão de que forma esta se construído socialmente uma visão minoritária do feminismo, onde as lutas de classes tem dado espaço, ou por vezes sofrido, com realidade superficial, onde poucos constroem a visão do coletivo. O que se entende nessa perspectiva e de acordo com o manifesto feminista é que as poucas figuras femininas que estão em cargos do alto escalão, têm defendido de forma genérica que as mulheres estão sendo representado socialmente, esse projeto de edificação

de uma imagem igualitária sofrem impactos quando se observa que mesmo sendo um cargo de chefia a mulher estará subjugada por uma figura masculina em um cargo superior.

A “encruzilhada” da qual as autoras reforçam o seu manifesto está justamente em entender que mesmo as mulheres estando ocupando cargo de chefia, isso só representa 1% do total, que por tanto os 99% ainda estão em uma sociedade que as vê com indivíduos inferiores, isso principalmente quando parte de uma visão masculina. O que se torna evidente nesse emaranhado de negações, subjugamentos, restrições, invisibilidade entre vários outros conceitos, é que o capitalismo é o regente dessas situações como bem afirma as autoras.

O processo que se constrói em torno da figura feminina

e dos diferentes grupos inviabilizados como: negros, gays, ciganos, pobres entre outros é que se há uma ótica construída dentro de duas vertentes opostas, onde de um lado o capitalismo seria a base da igualdade nesse sentido a concepção de ascensão feminina e reconhecimento possibilitaria equiparação social que encontraria lugar dentro da cadeia econômica. Na outra vertente estão os grupos de mulheres que veem o capitalismo como o grande empecilho para a conquista de um feminismo para todos.

As ideias embasadas nessa última vertente é característico do feminismo defendido pelas organizadoras da marcha “Huelga Feminista”, que acreditam que a liberdade e a igualdade sejam premissas de um novo mundo. Esse ideário está centrado principalmente no papel do gênero no desenvolvimento do ca-

pital, embora as mulheres sejam seres ativos e que desenvolvem um trabalho indispensável na e para a sociedade, não há nenhum tipo de recompensa por isso, nessa perspectiva o ativismo feminino defendido na marcha encontra um terreno fértil de discussões, considerando não só questões trabalhistas como entendendo que não existe apenas a concentração de salário, mas entendendo que as mulheres também são vítimas de assédios, agressões sexuais invisibilidade no trabalho, visões preconceituosas, que por vezes determinou o papel e o lugar da mulher dentro da sociedade.

O surgimento dos movimentos feministas tende a representar os anseios das mulheres outras classes subjugadas e inferiorizadas. A ideia que existe um feminismo liberal onde acredita-se que as mulheres possam

alcançar seus espaços através de suas ações e capacidades está dando espaço a uma nova visão de feminismo, abolindo e desmistificando essa imposição de ideário igualitário em prol de um novo feminismo que impulse os ajustes estruturais e não sirva de preceito para ocultar o neoliberalismo e que apoiem políticas regressivas sob a “ótica” de emancipação.

Os movimentos feministas regram-se pela procura de uma luta anticapitalista e ao tempo que favoreça não apenas 1% das mulheres, mais sim a grande maioria massiva, que enfrentam desafios diários dentro da sociedade. As lutas que buscam representar os 99%, como bem afirma as autoras o feminismo deve ter por objetivo “atracar as raízes capitalistas da barbárie metastática” (pág. 41). Nessa perspectiva o feminismo busca não sacrificar

o direito e o bem-estar desses 99% em favor de uma minoria, de uma liberdade que não representa a totalidade, e que esconde através das arestas do tempo uma perpetuação preconceituosa de ações em desfavor dos menos favorecidos.

A liberdade e a proteção estarão ameaçadas pelo neoliberalismo assim acredita as autoras, pois o mesmo remodela a opressão de gênero, no entanto a liberdade dessa opressão dar-se-á pela ocupação de seu espaço e lugar de fala feminina alinhado em conformidade com a defesa de gênero transformado o sistema social subjacente onde os direitos das mulheres são ocultados. A opressão dos direitos dos mesmos favorecidos está sob a direção do capitalismo, que determina de que forma os sujeitos podem viver em sociedade. A crise que o capitalismo origina não está ape-

nas na exploração do trabalho assalariado, mas também nas consequências da sua exploração dos sujeitos da sociedade, na opressão de gênero na discriminação e por vezes na subordinação da reprodução social que visa o lucro. O capitalismo depende da mulher para a produção de mão de obras, ou seja, como reprodutora natural da vida, a mulher está subordinada ao capital, tendo ela o papel vital da reprodução social, o que de fato é ocultado em nossa sociedade. Não apenas a força feminina é explorada pelo capital como também o “dom de conceber a vida”.

Nesse enredo em que o capitalismo determina a ação dos sujeitos na sociedade, oprime os menos favorecidos, e os diferentes grupos sociais, ele também busca regular a sexualidade dentro da sociedade, esse tipo de violência é um dos enfrentamen-

tos do feminismo para os 99%. O mercado de trabalho buscou ao longo dos tempos construir imagens distantes da realidade, os sujeitos estão expostos a regras de condutas dentro do espaço de trabalho, de acordo com as autoras havia restrições com relação a opção sexual e exposição no espaço de trabalho, tudo isso para beneficiar a ordem capitalista, com o tempo na busca por manter o ganho capital vendendo as imagens de pessoas que vivam fora das famílias heterossexuais, como afirma as autoras “Na sociedade capitalista, o sexo vende e o liberalismo o comercializa em muitos sabores”(pág. 70).

Os entrelaçamentos entre o capitalismo, o racismo, a luta de classe a homofobia, a destruição da terra, preconceito entre outras opressões, estão enraizados dentro da sociedade. A visão feminista determina que

os vários processos que tende a inviabilizar os grupos menores possuem raízes fecundas no capitalismo e nas ideias neoliberais, que estruturam visões igualitárias distantes da realidade. A produção de caminhos para reverter essa situações encontram caminhos fecundos nas lutas feministas, mas não apenas em um representação superficial que busque sequestrar o direito de fala da maioria em detrimento de uma maioria, que estando ocupando os cargos de chefia nas grandes empresas, não fazem nada em favor das minorias, isso por que o capital determina as ações desses sujeitos. Mesmo que as mulheres estejam ocupando as multinacionais, sempre estarão submissas ao capital, por tanto esse 1% das mulheres ocupando os altos escalões não representam os 99% que compreende todas as classe minoritárias em direitos

mas majoritárias em tamanho.

A alienação social orquestrada pelo capitalismo define as ações até que haja uma subversão de valores na luta pela igualdade da maioria. O manifesto comunista de Marx e Engel 1848, já preconizava a ação dos sujeitos, unificando as forças nas lutas, intencionalizando as mesmas na tentativa de um dia abolir o capitalismo, para só então a igualdade e equiparidade fazer parte da nova ordem social. Essa unificação não será apenas de mulheres, mas também de diferentes grupos sociais como: negros, LGBTQI+, mulheres, índios, judeus e outros grupos que se veem marginalizados pelo capital voraz, que permeia a sociedade.

O feminismo para os 99% traduz os anseios sociais de igualdade, direito e respeito às mulheres frente às demandas de uma realidade opressora, que jul-

ga e determina os caminhos que as mulheres tendem a tomar, em face de uma estrutura capitalista que coopta grande parcela da população onde essas mulheres estejam a serviço de uma estrutura, racista, sexista, preconceituosa, elitista e segregacionista que inibe o poder dos menos favorecidos e subjuga os direitos e ações desenvolvidas por aqueles que buscam sobressair de situações socialmente inferiores. Os resultados das lutas revelam e ao mesmo tempo aproxima os diferentes sujeitos da realidade vivida pelas mulheres em cenário social dentro ou não do campo de lutas feministas, mas também das relações existentes entre essa luta e as classes necessitadas de representação, que sofrem momentaneamente com o racismo, a discriminação, a xenofobia entre outras formas de preconceito, inviabilizam o ser humano, ou cer-

to grupo da sociedade brasileira.

O campo da luta e de embates feministas está centrado na capacidade de mudança que os movimentos organizados podem propiciar no interior da sociedade e na tentativa de resolução de problemas, essa é a grande bandeira defendida pelas autoras do manifesto. Não existe um caminho fácil e emancipatório ao mesmo tempo, diante do poder opressor do neoliberalismo e do capitalismo, como produtores dos mais diferentes desastres sociais que atingem as parcelas da sociedade que não se “adequam” à corrosividade do capitalismo. Por isso a luta por uma sociedade anticapitalista. O feminismo para os 99% é um manifesto que tem como ponto central das discussões o fato de que o direito de parte da população é despojado em benefício de uma minoria de 1%, que não representa os 99%.

A mudança necessária está principalmente porque o 1% que alcança o âmago do capitalismo, não busca reverter a lógica imprópria das estruturas arraigadas na sociedade em benefício dos 99%. A insurgência dos grupos invisibilizados seria, na perspectiva das autoras, o caminho da mudança, assim como a construção de uma ótica anticapitalista. As ideias descritas pelas autoras do livro se entrelaçam com a visão das autoras (Faria e Moreno, 2017), que definem que o capitalismo assim como o racismo e o patriarcado formam modelos de múltiplas dominações, tornando-se violentos nos seus mecanismos de acumulação. A reversão de ideia onde a mulher é vista pela sociedade machista, não como um ser social, mas por várias vezes um produto ou objeto a serviço de algo ou alguém, pode ser um caminho para

repensar o papel e importância da mulher na/para a sociedade. Nessa linha de pensamento a autora (D'alessandro, 2016) defende uma sociedade igualitária, e evidencia a opressão que as mulheres sofrem diariamente dentro do processo capitalista destrutivo.

O “feminismo para 99%” é uma obra que traz discussões, que perpassam o simples questionamento e evidenciam a imersão em um vasto e rico campo de luta, na busca por valorização e respeito. O feminismo defendido pelas autoras não abrange apenas a luta das mulheres, mas também a de todos os grupos inviabilizados pela sociedade, que sofrem com a falta de direitos, igualdade e respeito. As lutas feministas da atualidade de acordo com (Arruzza, 2017) é considerada um dos caminhos valorativos para as lutas de classes e representa os anseios femi-

nistas frente à construção de uma nova sociedade, tornando-se algo emancipatória e libertador, e visa à construção de ideias anticapitalistas para a compreensão social e plural que represente um todo de uma sociedade.

CONCLUSÃO

Ao mesmo tempo em que pensamos fechar esse trabalho, chegamos à conclusão de que não há uma conclusão, dada as inquietações emergentes das discussões diárias, das lutas e embates que os diferentes grupos liderados ou não por mulheres vem travando contra o capitalismo opressor e um neoliberalismo fascista. O ponto central é que, se concluirmos as nossas ideias, e fechamos nossos pensamentos, estaremos rompendo com a ideologia de luta de enfrentamento das diversidades que a sociedade vive contemporaneamente. Não é

um processo estanque, neutro ou passivo, a luta feminista que tende a representação dos 99%, não busca apenas vencer as barreiras autoritárias e dominantes do capitalismo, mas dar voz a um sem número de pessoas, que sofrem diariamente com a opressão, racismo, xenofobia, preconceitos das mais diferentes estruturas.

O feminismo representativo embasado pelas ideias marxistas e manifestado na marcha das mulheres que acontece em todo mundo desde o ano 2000, não é uma luta visionária para chegar ao poder, mas pelo respeito e igualdade entre homens e mulheres, o respeito para todos os grupos marginalizados como negros, LGBTQ+ e outros. A luta ela contrapõe a ideia do neoliberalismo e os princípios políticos que o capital sustenta atualmente, buscando romper as alianças existentes entre o neoliberalismo

progressista e as forças femininas do Faça Acontecer, centrados na ideia que tudo depende da mulher, onde o capitalismo não interfere na posição em que a mesma ocupa na sociedade.

As lutas feministas são oportunidades de colocar no auge desejos e anseios de diferentes grupos sociais que sofrem com as imposições desastrosas do capitalista e suas raízes meritocratas como o neoliberalismo e uma democracia, que está a serviço do capital e não do social. A capacidade norteadora das ações feministas determina a construção de ideais alicerçadas no direito celebrado diariamente de conquistas, capitando diferentes grupos em prol de uma causa de liberdade, junto a uma visão anticapitalista, antineoliberalista e antirracista. A primazia dos movimentos feministas é promover um revolta contra as forças

opressoras, é destacar o lugar de fala das mulheres, constituindo-as como protagonistas do seu futuro, por tanto precisa ser uma luta diária, vencendo as amarras do capitalismo.

REFERÊNCIAS

APEOESP Notícias – Assembleia estadual 8 de março. Publicado em 03/03/2017.

Disponível em: <http://www.apeoesp.org.br/noticias/noticias-2017/assembleia-estadual-8-de-marco-quarta-14h30-vaolivre-do-masp/> Acesso em 22 mai. 2021.

ARRUZZA, C.; Bhattacharya, T.; Fraser, N. Feminismo para os 99%: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

D’ALESSANDRO, Mercedes. Economía feminista: Cómo criar una sociedad igualitaria (sin perder el glamour). Espanha: Suda-

mericana, 2016.

FARIA, Nalu; MORENO, Renata. Desafios para enfrentar o conflito do capital contra a vida: Nós mulheres seguimos em luta! São Paulo: SOF, 2017.

GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. As origens e comemoração do Dia Internacional das Mulheres. São Paulo, Expressão Popular; SOF: Sempreviva Organização Feminista, 2010.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico (org.) Os desafios do feminismo marxista na atualidade / Danilo Enrico Martuscelli (org.) - 1. ed. - Chapecó, Coleção marxismo21, 2020.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, Patriarcado, Violência. São Paulo, Expressão Popular, 2015.

UM ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE ESTEREÓTIPO DE GÊNERO E INVISIBILIDADE FEMININA NA EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS

A STATE OF KNOWLEDGE ABOUT GENDER STEREOTYPE AND FEMALE INVISIBILITY IN SCIENCE EDUCATION

Raquel de Abreu Fochesato Quidigno¹

Roberto Dalmo Varallo Lima de Oliveira²

Sérgio Camargo³

Tania Teresinha Bruns Zimer⁴

Resumo: Nos últimos anos é perceptível a abordagem sobre a temática da presença das mulheres na Ciência, bem como a importância de dar visibilidade à história e aos feitos dessas cientistas. Contudo, obstáculos à presença feminina no campo científico, como o sexismo e a concepção de uma Ciência androcêntrica, desestimulam meninas e mulheres a ingressarem e permanecerem na área. A presente pesquisa tem como objetivo construir um estado do conhecimento sobre os estudos acerca do estereótipo de gênero, da invisibilidade feminina e da presença das mulheres nas Ciências, em trabalhos apresentados nas últimas cinco edições do ENPEC. Partindo da análise de 26 traba-

-
- 1 Universidade Federal do Paraná (UFPR)
 - 2 Universidade Federal do Paraná (UFPR)
 - 3 Universidade Federal do Paraná (UFPR)
 - 4 Universidade Federal do Paraná (UFPR)



lhos foi notável a necessidade da abordagem da temática de gênero, principalmente no tocante da presença das mulheres nas Ciências precocemente na Educação Básica visando equidade entre os gêneros para a promoção de uma Educação em Direitos Humanos.

Palavra-chave: Educação em Ciências. Mulheres na Ciência. Gênero e Ciência. Educação em Direitos Humanos.

Abstract: In recent years, the approach on the theme of the presence of women in the science is noticeable, as well as the importance of giving visibility to the history and the achievements of these scientists. However, obstacles to the female presence in the scientific field, such as sexism and the conception of an androcentric Science, discourage girls and women from entering and

staying in the area. This research aims to build a state of knowledge about studies about gender stereotype, female invisibility, and the presence of women in Sciences, in works presented in the last five editions of ENPEC. Based on the analysis of 26 papers, the need to address the gender theme was notable, especially about the presence of women in Science early in Basic Education, aiming at equity between genders for the promotion of Education in Human Rights.

Keywords: Science Education. Women in Science. Gender and Science. Human Rights Education.

INTRODUÇÃO

Os espaços ocupados por mulheres na sociedade vêm sendo pensados, repensados e problematizados de diferentes

maneiras nos últimos anos. Com o caso das mulheres cientistas não têm sido diferente. Diversas autoras e diversos autores, nos últimos 40 anos, vêm se esforçado para dar visibilidade e crédito às cientistas que contribuíram e ainda contribuem para a construção do conhecimento científico (Silva, 2012; Silva; Ribeiro, 2014). Afinal, o que seria a Ciência que não um conjunto de constructos de mulheres e homens?

No entanto, as dificuldades que permeiam o ingresso e permanência das mulheres na Ciência, principalmente nas ditas “áreas duras”, se perpetuam (Lima, 2008; Silva; Ribeiro, 2014). As barreiras para que haja uma Ciência feita também por mulheres começam a ser instaladas desde a Educação Básica por meio do reforço e reprodução da ideia de uma Ciência androcêntrica. Dessa maneira, repen-

sar tanto a própria Educação em Ciências, como a formação de professores que irão ensinar Ciências se faz necessário.

Toda via, uma pergunta permanece: seria possível pensar uma Educação em Ciências que trouxesse visibilidade às cientistas, proporcionasse o interesse das meninas pelas Ciências e ainda combatesse a discriminação e o preconceito?

Para melhor compreender o que e como estão sendo tratadas e abordadas as questões relativas à presença das mulheres na Ciência no âmbito da Educação em Ciências, buscou-se realizar esta pesquisa de caráter qualitativo. Portanto, a presente investigação tem como objetivo construir um estado do conhecimento (Marosini e Fernandes, 2014; Marosini, 2015) sobre os estudos acerca do estereótipo de gênero, da invisibilidade femi-

nina e da presença das mulheres nas Ciências, em trabalhos apresentados nas últimas cinco edições do Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC).

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, GÊNERO E EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS

A Educação em Direitos Humanos, tem sido objeto crescente de investigações e debates em diferentes países latino-americanos nos últimos anos. Nos anos 1980/1990, houve uma característica muito particular com relação a luta para uma Educação em direitos Humanos: a busca pela consolidação da democracia (Candau, 2007, 2012; Candau e Sacavino, 2013). Dessa maneira, é possível elencar alguns elementos fundamentais para que a busca pela democracia e a Educação

em Direitos Humanos caminhassem lado a lado. Assim,

[...] os seguintes elementos deveriam ser afirmados nos diferentes âmbitos educativos: a visão integral dos direitos; uma educação para o “nunca mais”; o desenvolvimento de processos orientados à formação de sujeito de direito e atores sociais; e. promoção do empoderamento individual e coletivo, especialmente dos grupos marginalizados ou discriminados (Candau e Sacavino, 2013: 61).

Levando em consideração esses aspectos, busca-se a seguir aprofundar os significados de cada um desses elementos, almejando correlacioná-los com a temática de gênero e a Educação em Ciências.

O primeiro aspecto, a visão integral dos direitos, se refere ao entendimento mais amplo dos Direitos Humanos para além da abordagem reducionista dos direitos individuais, civis e políticos. Buscando contemplar outros direitos como os econômicos, sociais, culturais e aqueles relacionados ao meio ambiente (Candau e Sacavino, 2013). Nesse aspecto, uma Educação em Ciências que busca a promoção da alfabetização científica, desenvolver a criticidade em seus alunos por meio de práticas socioeducacionais que “favorecem dinâmicas participativas, processos de diferenciação pedagógica, a utilização de múltiplas linguagens e estimulam a construção coletiva” (Candau, 2012: 246).

Por consequência, práticas socioeducacionais na Educação em Ciências podem contribuir na construção de uma

consciência nos alunos de que esses são sujeitos de direito, o terceiro elemento fundamental elencado por Candau e Sacavino (2013). Uma vez que, “os processos de Educação em Direitos Humanos devem começar por favorecer processos de formação de sujeitos de direito, a nível pessoal e coletivo, que articulem as dimensões ética, político-social e as práticas concretas” (Candau, 2007: 404).

O segundo elemento fundamental seria o “educar para nunca mais”, que visa “resgatar a memória histórica, romper a cultura do silêncio e da impunidade que ainda está presente em nossos países” (Candau, 2007: 405). Pensar o “educar para nunca mais” na Educação de Ciências é dar espaço, visibilidade a trajetórias femininas, com todas as suas angústias, obstáculos, conquistas, é manter viva a me-

mória muitas vezes apagada ou minimizada da cientista mulher. Tal aspecto, “implica em saber reler a história com outras chaves e olhares capazes de mobilizar energias de coragem, justiça, esperança e compromisso que favoreçam a construção e exercício da cidadania” (Candau e Sacavino, 2013). Apenas dessa maneira é possível pensar na construção de uma identidade na pluralidade (Candau, 2007).

O quarto elemento é o empoderamento de indivíduos e/ou grupos marginalizados. As mulheres cientistas por anos foram apagadas da História das Ciências. Trazer essa temática na Educação em Ciências é possibilitar que haja um empoderamento feminino perante a uma Ciência com caráter ainda androcêntrico. Nesse sentido,

O “empoderamen-

to” começa por liberar a possibilidade, o poder, a potência que cada pessoa tem para que ela possa ser sujeito de sua vida e ator social. O “empoderamento” tem, também, uma dimensão coletiva, trabalha com grupos sociais minoritários, discriminados, marginalizados, etc, favorecendo sua organização e participação ativa na sociedade civil (Candau, 2007: 405).

Esse empoderamento pode ser percebido na organização de mulheres pesquisadoras que dão luz e abordam a temática de gênero em suas investigações. Pode ser promovido por meio de práticas e abordagens da temática nas aulas de Ciências na Educação Básica, buscando romper com preconceitos e com a ideia

de Ciência androcêntrica. Ao apresenta a possibilidade a uma menina/mulher de que ela pode sim ser cientista, que a profissão e a área do conhecimento nada tem a ver com o gênero, o professor da Educação Básica e/ou Ensino Superior poderá promover o desenvolvimento de um processo de libertação, de empoderamento.

Para que essa mudança realmente aconteça, nos últimos anos percebe-se uma tendência em investigar como colocar em prática e promover a Educação em Direitos Humanos. Nesse sentido, procurando compreender como as pesquisas em Educação em Ciências vem percebendo a temática das mulheres nas Ciências e possíveis correlações com a promoção de uma Educação em Direitos Humanos na Educação em Ciências iniciou-se o percurso investigativo descrito a seguir.

PERCURSO METODOLÓGICO

A presente pesquisa qualitativa tem como objetivo construir um estado do conhecimento (Marosini e Fernandes, 2014; Marosini, 2015) sobre os estudos acerca do estereótipo de gênero, da invisibilidade feminina e da presença das mulheres nas Ciências em trabalhos apresentados nas últimas cinco edições do ENPEC. Segundo Marosini e Fernandes (2014), a utilização de trabalhos apresentados em eventos da área como corpus de uma pesquisa de estado do conhecimento possibilita perceber o emergente e por vezes o pensamento expresso por uma determinada comunidade acadêmica.

A escolha do ENPEC ocorreu pelo fato desse even-

to ser o maior dentro da área de Educação em Ciências em âmbito nacional. O ENPEC é um evento realizado a cada dois anos desde 1997, que em sua última edição em 2019 contou com cerca de 1208 participantes. O perfil dos participantes é variado, sendo desde graduandos na área até pesquisadores renomados.

Para observar a abordagem da temática do estereótipo de gênero, da invisibilidade feminina e da presença das mulheres nas Ciências em produções da área da Educação em Ciências inicialmente foram pesquisados nos sites das edições de 2011, 2013, 2015, 2017 e 2019 os arquivos dos trabalhos completos apresentados nos eventos. Optou-se por analisar apenas os trabalhos apresentados na linha temática “Diferença, multiculturalismo, Interculturalidade” . A escolha da linha se deve por englobar tra-

balhos que investigam as

relações entre Educação em Ciências e temas como inclusão, gênero, religião, classe; educação para relações étnico-raciais; educação do campo, indígena, quilombola e de outros grupos sociais específicos; políticas de ações afirmativas (ABRAPEC, 2019).

O processo de análise aqui apresentado foi realizado à luz da Análise Textual Discursiva (ATD) que “corresponde a uma metodologia de análise de informações de natureza qualitativa com a finalidade de produzir novas compreensões sobre os fenômenos e discursos” (Moraes e Galiazzi, 2016: 13). O ciclo de análise auto-organizado proposto pela ATD pode ser pensado em três momentos principais: a des-

montagem dos textos, o estabelecimento de relações, a captação do novo emergente

No primeiro momento do ciclo analítico foram selecio-

nados todos os trabalhos apresentados nessa linha temática do ENPEC, formando um total de 356 trabalhos. A distribuição desses trabalhos por ano pode ser observada no Quadro 1:

<i>EVENTO</i>	<i>TOTAL DE TRABALHOS</i>	<i>TRABALHOS QUE ABORDAM A TEMÁTICA DE GÊNERO</i>
VIII ENPEC (2011)	53	2
IX ENPEC (2013)	41	6
X ENPEC (2015)	56	8
XI ENPEC (2017)	75	14
XII ENPEC (2019)	131	24
TOTAL	356	54

FONTE: Os autores.

Como é possível perceber pelos dados apresentados no Quadro 1, existe uma tendência de crescimento nas produções que abordam a temática de gênero nos Encontros Nacionais de Pesquisa em Educação em Ciências. As produções selecionadas de acordo com a temática equivalem a cerca de 15,2% do total de trabalhos apresentados na linha temática “Diferença, multiculturalismo, Interculturalidade”.

Esse processo inicial de seleção do material se deu pela leitura dos títulos e das palavras-chave. Sendo selecionado aqueles que continham pelo menos uma das seguintes palavras: “gênero” e/ou “mulher(es)” e/ou “feminino(a)”. Em seguida, realizou-se uma leitura flutuante dos 54 trabalhos previamente selecionados a fim de encontrar apenas aqueles que abordam diretamente a temática do estereótipo

gênero, da invisibilidade feminina e da presença das mulheres nas Ciências.

Para a realização dessa etapa optou-se por utilizar um software de apoio a análises qualitativas o ATLAS.ti 8 que auxilia o pesquisador no processo de análise de seus dados. Tal software foi utilizado com a licença educacional para usuário único.

Com a leitura dos 54 trabalhos alguns aspectos emergiram. Foi possível perceber que existe uma grande variedade de tópicos que são abordados quando se trata da temática gênero e Ciências. Essa diversidade também é percebida quanto ao objeto de pesquisa das investigações analisadas, que vão desde a formação docente (ex.: Batista et al., 2013), passando pela análise de produções acadêmicas (ex.: Silva, Santos e Heerdt, 2017), de práticas/intervenções na Educa-

ção Básica (ex.: Lima, Dantas e Cabral, 2015), e, também análise de livros didáticos (ex.: Costa e Fernandez, 2019).

Ao analisar a temática principal das discussões abordadas nos trabalhos observou-se que poderia ser pensada a divisão desses trabalhos em dois blocos. O primeiro deles que abordava a temática de Gênero e Ciências relacionando com aspectos da Sexualidade e/ou Educação Sexual. Todos os 28 trabalhos presentes neste bloco apresentaram preocupação com a reprodução da heteronormatividade, do androcentrismo e do sexismo na Educação Básica e no Ensino Superior. As críticas apresentadas nos trabalhos foram por vezes relativas à reprodução de preconceitos sobre o papel da mulher na sociedade, o determinismo biológico, bem como ao julgamento de suas atitudes, habilidades ou destrezas

acadêmicas/profissionais.

O segundo bloco, por sua vez, foi formado pelas produções que abordavam especificamente a temática da presença das mulheres nas Ciências e, conseqüentemente, o estereótipo de gênero e invisibilidade feminina nessa área do conhecimento. Assim, esse segundo bloco reúne os trabalhos que abordam, analisam, discutem e problematizam a presença das mulheres na área das Ciências.

Dessa maneira, optou-se por continuar o ciclo da ATD com os trabalhos desse segundo bloco, visando aprofundar a análise e buscando atingir o objetivo proposto. Assim, nesse segundo momento de seleção dos trabalhos foram obtidos um total de 26 produções. A distribuição dessas 26 produções de acordo com os anos do ENPEC pode ser visualizada a seguir no Quadro 2.

QUADRO 2: TRABALHOS SELECIONADOS APÓS A LEITURA DOS RESUMOS

<i>EVENTO</i>	<i>TRABALHOS SELECIONADOS NO PRIMEIRO MOMENTO</i>	<i>TRABALHOS SELECIONADOS NO SEGUNDO MOMENTO</i>
VIII ENPEC (2011)	2	1
IX ENPEC (2013)	6	1
X ENPEC (2015)	8	5
XI ENPEC (2017)	14	7
XII ENPEC (2019)	24	12
TOTAL	54	26

FONTE: Os autores.

Percebe-se, portanto, da temática de Gênero nas produções que o crescimento da abordagem apresentadas no ENPEC



também é refletido quando observamos os trabalhos que focam na questão da presença das mulheres nas Ciências. No Quadro 3, a seguir, estão explicitados os trabalhos selecionados, bem como um breve resumo sobre as investigações apresentadas em cada um deles.

Essa sistematização foi fruto da leitura atenta dos 26 trabalhos para em seguida iniciar o prosseguimento ao ciclo de análise da ATD.

QUADRO 3: TRABALHOS SELECIONADOS E SUAS RESPECTIVAS TEMÁTICAS

<i>AUTORAS(ES)</i>	<i>TÍTULO DO TRABALHO</i>	<i>BREVE RESUMO DO TRABALHO</i>
Gonzalez (2011)	Concepciones sobre ciencia y genero en el profesorado de Química. Aproximaciones desde un estudio colectivo de casos.	O trabalho teve como objetivo identificar os perfis conceituais dos docentes participantes sobre Ciência e gênero. Percebeu-se a persistência de uma visão androcêntrica de ciências pelos docentes e a necessidade de promover espaços metacognitivos que propiciem os professores a identificar suas concepções e reorientá-las para novos propósitos. Assim se faz necessário a abordagem da temática de gênero com os professores para a superação do androcentrismo nas Ciências.
Batista <i>et al.</i> (2013)	Saberes docentes e invisibilidade feminina nas Ciências.	Trabalho realizado com professores da Educação Básica de diferentes áreas do conhecimento referente às suas noções sobre a produção científica feminina nas Ciências de sua área da formação. O resultado da pesquisa aponta para um desconhecimento por parte da maioria dos participantes (54,3%) no que diz respeito a produções femininas nas Ciências de sua formação.
Lima, Dantas e Cabral (2013)	Concepções de estudantes do Ensino Médio sobre Ciência e Gênero	Esse trabalho busca realizar uma diagnose acerca das concepções de estudantes do Ensino Médio sobre a relação Ciência e Gênero. Ao responder o questionário proposto a maior parte dos estudantes representou o cientista de uma maneira estereotipada com traços masculinos. A maior parte dos estudantes atribuiu a pouca presença feminina nas Ciências Exatas e Engenharias a aspectos relacionados ao determinismo biológico, ao essencialismo, à associação da área com o gênero masculino e à competitividade masculina. Reproduzindo assim, uma concepção androcêntrica da Ciência.
Batista <i>et al.</i> (2015)	Formação de Professores no Brasil e Questões de Gênero Feminino em Atividades Científicas	A pesquisa buscou investigar a noção dos professores(as) sobre as questões de gênero e sua relação com as disciplinas de Ciências e Matemática. Teve como conclusão que existe a necessidade da abordagem dessa temática na formação inicial de professores a fim de sanar essa carência.

Menezes e Moreira (2015)	Mulher e Ciência no Texto Oxigênio	A presente pesquisa analisou um texto teatral quanto a representação feminina. Foi possível perceber que o texto analisado reproduzia a ideia de submissão, beleza, desenvolvimento de atividades domésticas e familiares como atributos femininos e que a inteligência diminuiria a feminilidade da mulher. Os autores apontam que o texto teatral se utilizado de maneira a propiciar uma discussão crítica sobre a presença feminina nas Ciências em sala de aula pode ajudar os estudantes a compreender melhor a carreira científica.
Rojas e Andrade (2015)	Perspectiva de genero y diversidad cultural en la enseñanza de las ciencias: Mapeamento Informacional Bibliográfico (MIB)	O trabalho de mapeamento bibliográfico buscou identificar artigos que davam visibilidade à problemática de gênero e às professoras de Ciências. Foi perceptível nos trabalhos os enfoques na perspectiva histórica, na formação inicial dos professores e no contexto escolar. Os trabalhos analisados indicam uma abordagem sobre o gênero e as Ciências que ultrapassam a dimensão estruturalista e buscam desconstruir o pensamento hegemônico, buscando oportunidades mais equânimes para as mulheres na Ciência.
Souza e Arteaga (2015)	Possíveis contribuições das epistemologias feministas para o ensino de ciências	Presente trabalho buscou apresentar uma revisão de literatura sobre a busca de uma construção de uma epistemologia feminista para as Ciências e relacionar com o ensino de Ciências.
Almeida e Franzolin (2017)	A educação em Ciências e a perspectiva de gênero	A pesquisa busca investigar como é possível incentivar e favorecer o envolvimento de meninas dos anos iniciais do Ensino Fundamental em temáticas relacionadas às Ciências desmistificando as concepções sobre que são os(as) cientistas. Reprodução do estereótipo de cientista por parte dos alunos (meninos e meninas).
Chiari e Batista (2017)	Desigualdades de Gênero no contexto de um curso de Licenciatura em Ciências Biológicas	O trabalho buscou investigar licenciandos sobre situações na sua escolaridade relacionadas à desigualdade de Gênero. Nenhum dos licenciandos afirmou haver um tratamento igualitário entre os gêneros feminino e masculino. Tal descoberta serve como subsídio para a defesa de implementação de discussões sobre a temática em sala de aula.
Rosenthal e Rezende (2017)	E possível ser mulher na Ciência?	A pesquisa se propõe a compreender um pouco melhor as trajetórias femininas na área das Ciências e consequentemente explorar as dificuldades que afastam as mulheres da carreira científica. Dentre as dificuldades citadas pelas entrevistadas encontram-se a veiculação da imagem masculina com a área das Ciências, o questionamento e a desvalorização do seu papel enquanto cientista.
Arrijo <i>et al.</i> (2017)	Mulheres na ciência: estão presentes?	Essa pesquisa bibliográfica teve como objetivo evidenciar os desafios enfrentados pelas mulheres cientistas e suas conquistas nessa área do conhecimento. Buscando enfatizar a importância da presença feminina para o desenvolvimento das Ciências.
Marchi e Rodriguez (2017)	O sexismo e suas consequências: um ensaio sobre a percepção de Ciência	A investigação visou identificar o sexismo e suas consequências através de relatos de alunos do IFUSP divulgados em uma página do Facebook. Como resultado da análise percebe-se que o sexismo presente na fala de alguns professores poderá influenciar no fortalecimento e reforço de concepções discriminatórias. A investigação aponta para a necessidade de adotar medidas efetivas para a promoção da equidade de gênero na academia.
Silva, Santos e Heardt (2017)	Questões de Gênero na Educação Científica: Tendências nas Pesquisas Nacionais e Internacionais	Trabalho buscou realizar um levantamento de revistas nacionais e internacionais do período de 2003 a 2016 sobre a temática de Gênero e Educação Científica. Teve como resultado a elaboração de 8 categorias sobre a temática e apontou para a necessidade de que haja uma ampliação das pesquisas nessa temática dentro da área da Educação em Ciências.
Heardt e Batista (2017)	Saberes docentes: mulheres na Ciência	Esse trabalho buscou identificar os saberes docentes de professores da Educação Básica com relação às contribuições das mulheres na área de Ciências e como eles aparecem em suas futuras práticas de sala de aula. Foram evidenciados com a pesquisa alguns saberes que tem relação com o reconhecimento do feminino nas Ciências e que existe a necessidade do trabalho com a temática em sala de aula. No entanto, ainda é percebida a necessidade de um aprofundamento teórico e metodológico por parte dos docentes para que abordem a temática com seus alunos em sala de aula.
Pereira e Loguercio (2019)	O Jomal da Ciência e a visibilidade de gênero: igualdade e diferença	Esse trabalho investigou o Jomal de Ciência dos anos de 2002 até 2017 buscando perceber nas matérias dessa publicação de divulgação científica as falas sobre mulheres nas Ciências. Como resultado as autoras apontam o nascimento do campo gênero e Ciências por meio da institucionalização das mulheres nas Ciências por volta do ano de 2005.
Costa e Fernandez (2019)	Representação da Mulher Cientista nos Livros Didáticos de Ciências da década de 2010.	A pesquisa buscou analisar quatro livros didáticos sobre a representação e visibilidade de mulheres em atividades científicas. Como resultado observou-se que havia poucas citações sobre mulheres cientistas quando comparada ao número de citações sobre homens na mesma função, reafirmando por vezes o estereótipo de cientista e a uma Ciência com arranjo masculino.



Heerdt (2019)	A Ciência e masculina? E, sim senhora. E o Ensino de Ciências?	A investigação busca refletir sobre os saberes disciplinares correlacionando-os com questões de gênero presentes nos materiais didáticos e, também, os desafios para a formação docente. A autora aponta para uma necessidade urgente de se discutir tanto na formação docente quanto na área de Educação em Ciências a presença da mulher como cientista, buscando desmistificar estereótipos ainda existentes na área.
Chiari <i>et al.</i> (2019)	Noções a respeito de questões de Gênero de estudantes de licenciaturas em Ciências Biológicas de Universidades paranaenses	Pesquisa realizada com licenciandos sobre as suas noções sobre a temática de gênero e a presença de mulheres nas Ciências. A maioria dos licenciandos que participaram da pesquisa entendiam a terminologia de identidade de Gênero, porém não identificaram mulheres que produziram conhecimento científico.
Bain, Rodrigues e Soares (2019)	Mulheres na ciência: análise da produção acadêmica	A pesquisa apresentou uma análise das produções acadêmicas sobre a participação das mulheres nas Ciências. As buscas foram realizadas de 2009 à 2019. Como resultados foi percebida que a maior parte das autoras dos trabalhos são mulheres e que a temática de boa parte dos estudos estava centrada nos fatores que levam a exclusão das mulheres nos espaços científicos.
Santos e Loguercio (2019)	Vestido de Curie	A ideia presente neste trabalho é investigar os enunciados sobre a presença do feminino nas Ciências por meio da vida e história de Marie Curie. Por meio da análise das vestimentas e na resistência de Marie as autoras investigam os discursos na constituição do ser mulher nas Ciências.
Figueiredo e Simões Neto (2019)	A Interface Arte, Ciência e Gênero como Estratégia Teórico-Metodológica para a Elaboração de uma Sequência de Ensino-Aprendizagem sobre Mulheres nas Ciências	A investigação busca a proposição de uma sequência didática visando a discussão da presença de mulheres nas Ciências utilizando de elementos artísticos. Assim, a proposta dos autores visa suprir uma lacuna existente no Ensino de Ciências rompendo com preconceitos ainda existentes na área.
Mendes e Fonseca (2019)	A Participação Feminina na Carreira Científica no Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho (IBCCF-UFRJ): Um olhar ao longo dos anos.	A presente pesquisa objetivou mapear presença feminina no IBCCF-UFRJ ao longo dos anos. Dando visibilidade à história das cientistas pioneiras no IBCCF-UFRJ. Apesar de perceberem um crescimento igualitário, os autores reforçam que isso não significa que essa "igualdade" se reflete no cotidiano dessas mulheres. Reforçando a necessidade de discutir, repensar e combater os problemas de gênero existente nas Ciências.
Martins e Lima Junior (2019)	Educação Científica como prática feminina ou feminista?	Trabalho de viés teórico que apresenta as contribuições das perceptivas críticas propostas pelo feminismo para a educação científica e as Ciências. O trabalho aponta para a necessidade não só de promover o ingresso das meninas e mulheres na Ciência, mas de uma condução de uma educação em Ciências que dê maior protagonismo às mulheres.
Alves, Barbosa e Lindner (2019)	Mulheres na Ciência: a busca constante pela representatividade no cenário científico	O trabalho apresenta um panorama da presença das mulheres nas Ciências bem como dez projetos que dão visibilidade às cientistas brasileiras e estimulam o gosto pela Ciência em meninas. Reforçam a necessidade de derrubar preconceitos da Ciência feita somente por homens e o incentivo para que mulheres ingressem e permaneçam na carreira científica.
Garcia, Silva e Pinheiro (2019)	Representações de cientistas na Educação Básica: racismo e sexismo em questão	A investigação buscou compreender as representações mentais de estudantes do ensino médio sobre a figura do(a) cientista. A proposta deveria auxiliar apenas na discussão de questões raciais. No entanto, promoveu a discussão de aspectos relacionados ao gênero, sexualidade e classe social. As representações feitas pelos alunos foram unanimemente de cientistas homens reforçando uma ideia de Ciência masculina. Os autores apontam para a necessidade de se pensar a Ciência a partir de outros olhares que historicamente foram invisibilizados, como por exemplo os olhares e vivências das cientistas.
Conceição e Teixeira (2019)	De alunas a cientistas: memórias femininas da educação e da ciência pernambucana	O trabalho buscou dar visibilidade e resgatar as histórias e trajetórias das mulheres no ensino superior pernambucano entre 1970 e 2000. Com esse resgate buscou-se apresentar as dificuldades e resistências, bem como, reforçar a importância da participação feminina nas Ciências e Educação pernambucana.

FONTE: Os autores.

Partindo dessas produções selecionadas no segundo bloco, continuou-se a primeira etapa do ciclo da ATD: a desmontagem dos textos. Nessa etapa houve a fragmentação do texto em unidades menores a partir de uma releitura atenta e minuciosa, buscando expressar sentidos por meio do texto lido. Essas unidades foram selecionadas nos textos por meio de uma função no software ATLAS.ti chamada de “citações”. Alguns desses trechos (citações) serão apresentados para exemplificar o processo de categorização.

O segundo momento da ATD trata-se de estabelecer relações entre as unidades do texto anteriormente selecionadas por meio do processo de categorização. Optou-se na presente pesquisa de captar o que emergia das produções analisadas sobre a temática. Dessa maneira, as cate-

gorias foram criadas a partir das unidades de análise construídas na etapa anterior. Esse modo de constituir as categorias na ATD é denominado de método indutivo (Moraes e Galiuzzi, 2016).

O QUE AS PESQUISAS FALAM SOBRE A RELAÇÃO GÊNERO FEMININO E A EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS

Ao analisar as unidades selecionadas durante a primeira etapa da ATD, foi possível estabelecer relações entre as mesmas. Para identificar as unidades que apresentavam ideias próximas foi utilizada a função de criação de códigos no ATLAS.ti. Tal processo e organização resultou nas seguintes categorias: Da invisibilidade feminina na História das Ciências ao empoderamento das cientistas; Desestímulo à participação feminina nas Ciências;

Possibilidades de uma mudança.

As categorias aqui apresentadas também são resultado do referencial teórico adotado na presente investigação sobre presença das mulheres nas Ciências e a relação dessa temática voltada à uma Educação em Direitos Humanos. A escrita a seguir pretende explicitar as compreensões obtidas durante o processo de unitarização e categorização. Esse processo de produção escrita sobre a análise é denominado metatexto e pode ser compreendido como a terceira e última etapa da ATD (Moraes e Galiuzzi, 2016).

Categoria Da Invisibilidade feminina na História das Ciências ao empoderamento das cientistas

A presente categoria engloba as “citações” (unidades)

dos trabalhos analisados que reforçam a existência de uma invisibilidade das mulheres na História das Ciências, a qual tem sido combatida e investigada nos últimos anos. São exemplos dessas unidades os trechos a seguir:

Se considerarmos, por exemplo, a questão da visibilidade feminina, notamos que há uma ausência desse questionamento não apenas na História das Ciências que é comumente descrita, mas também nos ambientes de ensino de Ciências e Matemática (Batista et al., 2013: 3, grifo nosso).

A História das Ciências invisibilizou as mulheres [...] (Lima, Dantas e Cabral, 2015: 7, grifo nosso).

A Ciência sempre foi vista como uma atividade praticada por

homens e os estudos históricos em relação à participação feminina no mundo científico têm mostrado uma quase ausência de registros de produção científica feminina. No entanto, as mulheres estavam presentes no meio científico, porém invisibilizadas, muitas vezes dando suporte ao pesquisador (Heerd e Batista, 2017: 2, grifo nosso).

Várias são as pesquisadoras que problematizam a segregação social e política que mulheres foram historicamente conduzidas como causa de sua invisibilidade como sujeito, a qual também abrange o empreendimento científico (Chiari et al., 2019: 3, grifo nosso).

Como é possível obser-

var nos trechos acima, abordar a invisibilidade feminina esteve presente em diversos trabalhos nas últimas cinco edições do ENPEC. Tal aspecto é apresentado buscando estabelecer um ponto de referência para mostrar e reforçar a importância da discussão sobre gênero não só nas Ciências em geral, mas também no Ensino de Ciências. Apontando para a necessidade de dar visibilidade a essas mulheres cientistas.

Neste tocante, diferentes trabalhos buscam também dar visibilidade a mulheres cientistas e suas trajetórias nas Ciências, mesmo não sendo objeto direto da investigação ali apresentada. Essa atitude objetiva combater a invisibilidade feminina na História das Ciências, como observamos nas citações abaixo:

Em nossas pesquisas, resgatamos a biografia de diversas

pesquisadoras que deram contribuições significativas para o desenvolvimento e amadurecimento científico da área de Ciências Biológicas, como as pesquisadoras brasileiras: Bertha Lutz, Graziela Maciel Barroso, Maria José von Paumgarten Deane, Johanna Dobereiner, Marta Vanucci, Mayana Zatz; e as internacionais: Edith Rebeca Saunders, Bárbara McClintock, Rachel Carson, Rosalind Franklin, Martha Cowles Chase, Lynn Margulis. Esse levantamento nos faz perceber que, pelo menos para a área de Ciências Biológicas, uma das mais jovens dentre as Ciências Naturais, há uma rica participação de mulheres que historicamente deram contribuições

significativas para a dinâmica da produção de conhecimento científico (Batista et al., 2013: 3, grifo nosso).

Por meio desses e de outros compilados foi possível conhecer mulheres interessadas em Ciência, que existiam desde as pitagóricas, mulheres interessadas em filosofia natural e as atenienses Hipátia e Agnodice, que não tem a visibilidade da primeira, mas foi a mais antiga mulher a ser mencionada pelos gregos e estudou medicina quando mulheres eram proibidas [...] (Figueiredo, Neto e Santos, 2019: 3, grifo nosso)

Os destaques realizados por nós nos trechos acima reforçam a importância e o objetivo de

apresentar essas trajetórias femininas nas Ciências buscando dar visibilidade a essas mulheres que muitas vezes foram apagadas da história. Estudos sobre as cientistas e suas contribuições, resgatando suas histórias vem crescendo desde os anos 1980 (SILVA, 2012; SILVA; RIBEIRO, 2014) e essa retomada presente nos trabalhos apresentados no ENPEC são reflexos dessas investigações pioneiras.

Quando pensamos no Ensino de Ciências a abordagem sobre a trajetória dessas cientistas deve ser realizada de maneira a superar preconceitos e não reforçar estereótipos com relação a participação das mulheres nas Ciências. Para tal, também se faz necessário repensar a ideia tradicional e androcêntrica de como se fazer Ciências. Essa abordagem sobre as cientistas e suas conquistas, nas aulas de Ciências

na Educação Básica, no Ensino Superior e na Pós-graduação, possibilitará o empoderamento feminino favorecendo que essas meninas/mulheres ocupem lugares nas Ciências e tenham seus feitos valorizados.

Categoria Desestímulo à participação feminina nas Ciências

Outro aspecto comum aos trabalhos analisados foi a procura por motivos que desestimulam meninas/mulheres a ingressarem e ocuparem espaços nas Ciências. Expondo aspectos relacionados ao sexismo, à visão de uma Ciência androcêntrica, à reprodução de estereótipos, entre outros. Essa categoria é o oposto do que se pensa quando falamos de proporcionar uma Educação em Direitos Humanos, que combata preconceitos e estereótipos de gênero na Educação em Ciências. Os trechos a seguir exempli-

ficam esse aspecto exposto:

Constatou-se que diversos dos aspectos culturais sinalizados pela literatura consultada, que influenciam na não entrada das mulheres na carreira científica, encontram eco no texto analisado (Menezes e Moreira, 2015: 1, grifo nosso).

A sociedade como um todo é construída como propriedade predominantemente masculina e nas Ciências Exatas, campo ocupado majoritariamente por homens, se explicita essa relação de poder. Essas construções não só afastam as mulheres dessas carreiras, como acarretam em contextos discriminatórios quando elas já estão nessas áreas, o que acaba, também, afastando-as em eva-

sões e desistências. Esse distanciamento também se dá no que se refere ao alcance de maiores cargos na hierarquia acadêmica (Araujo et al., 2017: 2, grifo nosso).

As concepções estereotipadas acerca das “características ideais” que mulheres devem ter para determinadas carreiras como as Ciências Naturais, sobretudo a dicotomia “razão” e “emoção”, características atribuídas essencialmente a homens e mulheres, respectivamente, exercem grande influência nos estereótipos que distanciam as mulheres das áreas científicas, já que moldam, socialmente, o que é ser cientista no âmbito daquilo que é construído como “natural”, e, assim, alimentam

a relação desigual de poder existente na sociedade, e, por consequência, nessas áreas (Rosenthal e Rezende, 2017: 10, grifo nosso).

Infelizmente como percebemos nas unidades acima, diferentes investigações buscam apresentar, pensar e problematizar os motivos que levam as mulheres a não ingressarem na área e/ou tem dificuldades de permanecer ocupando esses espaços. Nesse sentido, destacam-se os trabalhos de Araujo et al. (2017), Mendes e Fonseca (2019) e Conceição e Teixeira (2019) que apresentam as narrativas e trajetórias de mulheres cientistas sobre as dificuldades e o preconceito enfrentados ao longo de suas carreiras.

Outros aspectos que devem ser levados em consideração

e que apareceram como motivos que geram esse desinteresse e a desigualdade de gênero nas Ciências são o reforço e reprodução da Ciência androcêntrica em situações em sala de aula, nos discursos dos professores e nos materiais didáticos. Esses aspectos estão presentes em unidades como as apresentadas a seguir:

A ciência moderna se estabeleceu valorizando uma maneira androcêntrica de conhecer o mundo. A identidade de gênero tem sido compreendida como um conjunto de performances associadas à representação, e não à essência da pessoa. Isso faz com que meninas interessadas em práticas científicas enfrentem conflitos entre a identidade feminina construída socialmente e a identificação com as ci-

ências, afetando e limitando suas escolhas e trajetórias escolares (Martins e Lima Junior, 2019: 1, grifo nosso).

Essa invisibilidade, por vezes, é reforçada por meio dos livros didáticos. Algumas pesquisas, que realizaram análise de questões de gênero nos livros didáticos de disciplinas das Ciências Naturais, evidenciam que o gênero feminino ainda é representado de maneira estereotipada, em que há a atribuição de papéis relacionados a atividades como a manutenção da vida e do lar, ocorrendo, em alguns casos, explicações determinísticas biológicas para justificar as relações entre os gênero (Battista et al., 2013: 3, grifo nosso)

Ainda pensando em uma Educação em Ciências que busque promover uma Educação em Direitos Humanos promovendo a equidade entre os gêneros, muitos dos trabalhos apontam para um despreparo dos docentes. Esse despreparo, por vezes, acaba por reforçar estereótipos e desestimula as meninas/mulheres a ingressarem na carreira científica, como é explicitado nas unidades apresentadas a seguir:

A educação construída na escola pode ser um instrumento de transformação social ou de reforço de desigualdades [...]. No tocante a gênero, muitos professores reproduzem suas concepções de forma subliminar, contribuindo para o fortalecimento de estereótipos e visões distorcidas (Lima,

Dantas e Cabral, 2015: 3, grifo nosso).

Pesquisas na área de Educação em Ciências têm problematizado o desinteresse de mulheres por carreiras científicas e tecnológicas. Uma das razões citadas para essa falta de interesse tem sido a dificuldade das/dos docentes em identificar e trabalhar pedagogicamente com essas questões (Batista et al., 2015: 1, grifo nosso).

Ainda nessa perspectiva da escola como um ambiente que pode (des)estimular meninas a optarem por carreiras científicas, em áreas tecnológicas e engenharias, em uma pesquisa desenvolvida por Fanny Tabak (2002), as alunas relataram que seus

professores/as não despertaram o seu interesse por disciplinas relacionadas às áreas de Engenharia, como Física, Química e Matemática (Chiari e Batista, 2017: 2, grifo nosso).

Os 26 trabalhos analisados são unânimes em falar que é necessária uma mudança concreta na maneira em que se pensa, se ensina e se aprende as Ciências para desconstruir o estereótipo do cientista e da Ciência androcêntrica. A próxima categoria irá abordar como os trabalhos percebem essas possibilidades de mudar o cenário atual.

Categoria Possibilidades de uma mudança

A presente categoria engloba as sugestões e alternativas que possibilitariam construir

uma Ciência e um Ensino de Ciências que promovesse a equidade de gênero e ao mesmo tempo estimule meninas/mulheres a ingressar na carreira científica. Nesse sentido, todos os trabalhos buscam de alguma maneira trazer essas alternativas e abrir caminho para que novas pesquisas na área continuem a investigar a presença das mulheres nas Ciências em todas as nuances que a temática permite. Os trechos apresentados a seguir refletem essa tentativa por parte dos trabalhos analisados de direcionar a possíveis caminhos de mudança.

[...] se sugere propor novas estratégias de fundamentação teórica e implementação em aula que contribuam para superar a visão androcêntrica da Ciência e assim, se conceda um valor menos ingênuo sobre a participação das

mulheres na Química (González, 2011: 9, tradução nossa).

Muitas podem ser as respostas a essa questão, mas acreditamos que cabe a nós, pesquisadoras e pesquisadores da área de Educação Científica e Matemática, investigarmos estratégias que possam contribuir para a formação de professores a fim de que os estereótipos de gênero socialmente construídos sejam desnaturalizados. Isso nos leva a concluir pela necessidade evidente do desenvolvimento dessas estratégias a fim de romper com a falsa ideia de que as Ciências da Natureza são “papo de menino”, principalmente na Educação Científica e Matemática (Batista et al., 2015: 7).

Faz-se necessária, portanto, a adoção de novas e efetivas medidas que promovam a equidade de gênero no ambiente universitário. Algumas iniciativas têm sido implementadas, como o programa “USP Mulheres”, vinculado à iniciativa internacional da ONU, “He for she”. Além disso, as mobilizações estudantis acerca da temática têm se mostrado cada vez mais presentes no cotidiano do IFUSP (Marchi e Rodriguez, 2017: 9).

Como forma de contornar o problema do desestímulo das jovens para as exatas, apresentamos diversos projetos que estimulam o interesse das meninas e jovens por essa área. As iniciativas aqui mostra-

das são consideradas importantes para a quebra de paradigmas sobre a atuação das mulheres nas Ciências Exatas, Matemática e Tecnologia (Alves, Barbosa e Lindner, 2019: 1).

Como pode ser observado nas citações acima, aspectos desde repensar a formação de professores, perpassando por projetos e iniciativas que estimulem a equidade de gênero, até repensar as práticas de sala de aula podem gerar uma mudança efetiva. No entanto, poucos são os trabalhos que apresentam possíveis práticas e/ou intervenções concretas no âmbito da Educação Básica. Nesse sentido destacam-se os trabalhos apresentados por Lima, Dantas e Cabral (2015), Almeida e Franzolin (2017) e Garcia, Silva e Pinheiro (2019) que apresentam e/ou discutem

propostas de intervenção com os alunos da Educação Básica a fim de promover o diálogo sobre as questões relativas a gênero e as Ciências.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Buscando compreender como as pesquisas na área da Educação em Ciências vêm investigando a questão do estereótipo de gênero, da invisibilidade feminina e da presença das mulheres nas Ciências realizou-se o presente estado do conhecimento. A área da Educação em Ciências vem apresentado nos últimos anos um crescimento das investigações sobre a temática gênero e Ciências. Essas pesquisas inclusive abordam a trajetória e a presença das mulheres nas Ciências. Concedendo assim, visibilidade a essas mulheres que por muito tempo foram esquecidas e igno-

radas devido ao sexismo e androcentrismo presente nas Ciências.

Percebe-se que ainda existe muito a se avançar nas discussões sobre essa temática, principalmente no tocante das práticas socioeducacionais para a promoção de uma sociedade mais equânime e do empoderamento feminino nas Ciências. Entende-se que o desenvolvimento de uma Educação em Direitos Humanos na Educação em Ciências passa pela abordagem e problematização da presença das mulheres nas Ciências. Sendo necessário para isso desconstruir a ideia de uma Ciência androcêntrica desde os primeiros anos da Educação Básica.

Ao dar visibilidade às cientistas e buscar desconstruir a ideia de uma Ciência androcêntrica nas aulas de Ciências, além do combate ao preconceito, haverá o fomento à carreira cien-

tífica como uma possibilidade de futuro para alunas. Favorecendo assim, o empoderamento feminino, promovendo uma educação “para nunca mais” e combatendo o desestímulo ao ingresso dessas meninas/mulheres nas Ciências.

Pensar práticas que promovam a Educação em Direitos Humanos para a democracia, exercício da cidadania e promoção da equidade de gênero é um desafio que pesquisadoras(es), professoras(es), alunas(os) devem se unir para vencer. No entanto, conhecer o que já se pesquisou na área possibilita um vislumbre de uma mudança efetiva e que homens e mulheres participam e são reconhecidos na construção do conhecimento científico.

REFERÊNCIAS

ABRAPEC. (2019). Linhas Temáticas: XII Encontro Nacional

de Pesquisa em Educação em Ciências [Web page]. Recuperado em 3 de março de 2021 de <http://www.abrapecnet.org.br/enpec/xii-enpec/txt/3>

Almeida, Ester A. E.; Franzolin, Fernanda (2017), A educação em Ciências e a perspectiva de gênero. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, XI. 2017, Florianópolis. Anais... Florianópolis: ABRAPEC, 1-9.

Alves, Maiara R.; Barbosa, Marcia C.; Lindner, Edson L. (2019), Mulheres na Ciência: a busca constante pela representatividade no cenário científico. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, XII. 2019, Natal. Anais... Natal: ABRAPEC, 1-8.

Araújo, Sirlene D.; Pirchiner,



- Juliana C.; Sgarbi, Antonio D.; Sad, Lígia A. (2017), Mulheres na ciência: estão presentes? In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, XI. 2017, Florianópolis. Anais... Florianópolis: ABRAPEC, 1-8.
- Baia, Thainá R.; Rodrigues, Carlene G.; Soares, Z. M. (2019), Mulheres na ciência: análise da produção acadêmica. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, XII. 2019, Natal. Anais... Natal: ABRAPEC, 1-8.
- Batista, Irinéa L. Heerdt, Bettina; Souza, Denise C.; Stal, Juliana Ç.; Kikuchi, Lígia A.; Costa, M.; Corrêa, Maria L. Chiari, Nathaly D. A. (2015), Formação de Professores no Brasil e Questões de Gênero Feminino em Atividades Científicas In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, X. 2015, Águas de Lindoia. Anais... Águas de Lindoia: ABRAPEC, 1-9.
- Batista, Irinéa L.; Heerdt, Bettina; Corrêa, Kikuchi, Lígia A.; Maria L.; Barbosa, Roberto G.; Bastos, Vinicius C. (2013), Saberes docentes e invisibilidade feminina nas Ciências. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, IX. 2013, Águas de Lindoia. Anais... Águas de Lindoia: ABRAPEC, 1-8.
- Candau, Vera M. F. (2012), “Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos”. Educação & Sociedade, 33(118), 235-250.
- Candau, Vera M. F. (2007), Educação em direitos humanos: desafios atuais. In: SILVEIRA, M. et al. Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teóri-

- co-metodológicos. João Pessoa: Editora universitária, 399-412.
- Candau, Vera M. F.; Sacavino, Susana B. (2013), “Educação em direitos humanos e formação de educadores”. *Educação*, 36 (1), 59-66.
- Chiari, Nathaly D. A.; Batista, Irinéa L. (2017) Desigualdades de Gênero no contexto de um curso de Licenciatura em Ciências Biológicas In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, XI. 2017, Florianópolis. Anais... Florianópolis: ABRAPEC, 1-9.
- Chiari, Nathaly D. A.; Heerdt, Bettina; Ferreira, Frnanda M.; Batista, Irinéa L. (2019), Noções a respeito de questões de Gênero de estudantes de licenciaturas em Ciências Biológicas de Universidades paranaenses. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, XII. 2019, Natal. Anais... Natal: ABRAPEC, 1-9.
- Conceição, Josefa M.; Teixeira, Maria R. F. (2019), De alunas a cientistas: memórias femininas da educação e da ciência pernambucana. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, XII. 2019, Natal. Anais... Natal: ABRAPEC, 1-7.
- Costa, Angélica F. (2019), Representação da Mulher Cientista nos Livros Didáticos de Ciências da década de 2010. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, XII. 2019, Natal. Anais... Natal: ABRAPEC, 1-12.
- Figueiredo, Júlia M.; Simões Neto, José E.; Santos, Paloma N.

A (2019), Interface Arte, Ciência e Gênero como Estratégia Teórico-Metodológica para a Elaboração de uma Sequência de Ensino-Aprendizagem sobre Mulheres nas Ciências In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, XII. 2019, Natal. Anais... Natal: ABRAPEC, 1-7.

Finlay, Barbara (1999). Lester Frank Ward as a Sociologist of Gender: A New Look at His Sociological Work. *Gender and Society*, 13(2), 251–265.

Garcia, Fabiano N. S. V.; Silva, Elton B. S.S. Pinheiro, Bárbara C. S. P. (2019), Representações de cientistas na educação básica: racismo e sexismo em questão In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, XII. 2019, Natal. Anais... Natal: ABRAPEC, 1-8.

González, Johanna C. (2011), Concepciones sobre ciencia y género en el profesorado de Química. Aproximaciones desde un estudio colectivo de casos. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, IIIV. 2011, Campinas. Anais... Campinas: ABRAPEC, 1-12.

Heerdt, Bettina; Batista, Irinéa L. (2017), Saberes docentes: Mulheres nas Ciências. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, XI. 2017, Florianópolis. Anais... Florianópolis: ABRAPEC, p. 1-10.

Heerdt, Bettina. (2019), A Ciência é masculina? É, sim senhora. E o Ensino de ciências? In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, XII. 2019, Natal. Anais... Natal: ABRAPEC, 1-9.

Lima, Betina S. (2008), Teto de vidro ou labirinto de cristal? as margens femininas das ciências. 2008. 133 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Brasília, Brasília.

Lima, Luis V. S.; Dantas, Josivânia M.; Cabral, Carla G. (2015) Concepções de estudantes do Ensino Médio sobre Ciência e Gênero. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, X. 2015, Águas de Lindoia. Anais... Águas de Lindoia: ABRAPEC, 1-9.

Marchi, Mariana; Rodrigues, André (2017), O sexismo e suas consequências: um ensaio sobre a percepção de Ciência. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, XI. 2017, Florianópolis. Anais... Florianópolis: ABRAPEC, 1-11.

Martins, Adriana M. Lima Junior, Paulo (2019), Educação Científica como prática feminina ou feminista? In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, XII. 2019, Natal. Anais... Natal: ABRAPEC, 1-7.

Mendes, Gabriella S.; Fonseca, Alexandre B. C. (2019), A Participação Feminina na Carreira Científica no Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho (IBCCF- UFRJ): Um olhar ao longo dos anos. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, XII. 2019, Natal. Anais... Natal: ABRAPEC, 1-8.

Menezes, Carmem G. P.; Moreira, Leonardo M (2015), Mulher e Ciência no texto Oxigênio. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, X.

2015, Águas de Lindoia. Anais... Águas de Lindoia: ABRAPEC, 1-8.

Morosini, Marília C. (2015), “Estado de conhecimento e questões do campo científico”. Educação, Santa Maria, 40 (1), 101-116.

Morosini, Marília C. Fernandes, Cleoni M. B. (2014), “Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções”. Educação por Escrito, Porto Alegre, 5 (2), 154-164.

Pereira, Juliana C.; Loguercio, Rochele Q. (2019), O Jornal da Ciência e a visibilidade de gênero: igualdade e diferença. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, XII. 2019, Natal. Anais... Natal: ABRAPEC, 1-6.

Rojas, Quira A.S.; Andrade,

Adeia M. (2015), Perspectiva de gênero y diversidad cultural en la enseñanza de las ciencias: Mapeamiento Informacional Bibliográfico (MIB). In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, X. 2015, Águas de Lindoia. Anais... Águas de Lindoia: ABRAPEC, 1-9.

Rosental, Renata; Rezende, Deisy B. (2017), É possível ser mulher na Ciência? In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, XI. 2017, Florianópolis. Anais... Florianópolis: ABRAPEC, 1-11.

Santos, Paloma N.; Loguercio, Rochele Q. (2019), Vestido de Curie. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, XII. 2019, Natal. Anais... Natal: ABRAPEC, 1-9.

Silva, Ana F.; Santos, Ana P. O.;

Heerdt, Bettina (2017), Questões de Gênero na Educação Científica: Tendências nas Pesquisas Nacionais e Internacionais In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, XI. 2017, Florianópolis. Anais... Florianópolis: ABRAPEC, 1-9.

ções das epistemologias feministas para o ensino de ciências. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, X. 2015, Águas de Lindoia. Anais... Águas de Lindoia: ABRAPEC, 1-8.

Silva, Fabiane F. da (2012) Mulheres na ciência: vozes, tempos, lugares e trajetórias. Rio Grande: FURG, 2012. 147f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde), Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande.

Silva, Fabiane F. da; Ribeiro, Paula R. C. (2014) Trajetórias de mulheres na ciência: “ser cientista” e “ser mulher. Ciência e Educação, Bauru, 20 (2), 449-466.

Souza, Hemilly C.; Arteaga, Juan M. S. (2015), Possíveis contribui-

SEXUALIDADE E DIVERSIDADE: ANÁLISE DOS USOS DISCURSIVOS NA CONSTRUÇÃO DA POLÍ- TICA EDUCACIONAL, JUJUY-ARGENTINA

SEXUALITY AND DIVERSITY: ANALYSIS OF DIS- CURSIVE USES IN THE CONSTRUCTION OF EDU- CATIONAL POLICY, JUJUY-ARGENTINA

Ingrid Yamila Julian¹

Vilma Rosana Guzman²

Kenia Lara Da Silva

Resumo: O artigo se baseia em uma análise realizado sobre os avanços manifestados no Estado argentino em matéria de direitos, no que diz respeito à Educação Sexual Integral e aos movimentos LGTBIM e de mulheres. Porém, e a partir desse reconhecimento, em termos de desenvolvimento de políticas no campo educacional, levantam-se questões que orientam este documento, com o objetivo de

contribuir, não apenas para uma discussão relacionada aos processos educacionais e sociais pelos quais passa a sexualidade, mas também a historicidade das relações de gênero e os modos de simbolização das diferenças sexuais. Orientando o olhar sobre os usos discursivos como dispositivos de poder e subalternidade. Para isso, o documento nos convida a pensar a diversidade a partir de um contexto, caracte-

1 Universidad Nacional de Jujuy

2 Universidad Nacional de Jujuy

rizado por uma grande presença de população étnica, com tradições culturais profundamente enraizadas. Problematizar nessas bases a tendência social homogeneizante, que tenta impregnar essa cultura em corporeidades e simbolismos, pondo em xeque os grupos sociais e, em particular, a natureza dessa diversidade. Transita depois, um desenlace sobre a Educação Sexual Integral na província de Jujuy-Argentina e os usos discursivos que foram incluídos nos processos pedagógicos. Por outro lado, refere-se às políticas construídas sob a égide dos direitos da diversidade e, em particular, da diversidade sexual. Finalmente, estabelecer que a discussão aqui empreendida desdobra-se a partir da preocupação de integrantes de duas equipes de pesquisa, a Unidade de Pesquisa Diversidade Sociocultural em Contextos Regionais (UNI-

DISO, FHyCS-UNJu, Jujuy-Argentina) e o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Ensino e Prática de Enfermagem (NUPEPE, EE-UFGM, Belo Horizonte-Brasil), cuja área de desenvolvimento no campo da pesquisa está vinculada à Saúde Coletiva, neste âmbito, Educação Sexual Integral e Saúde Sexual e Reprodutiva.

Palavras chave: Sexualidade, Diversidade, Educação Sexual Integral, Jujuy- Argentina.

Abstract: The article is based on an analysis carried out on the advances made in the Argentine State in terms of rights, with regard to Integral Sexual Education and the LGTBIM and women's movements. However, and based on this recognition, in terms of policy development in the educational field, questions that guide this document are raised, with the aim of contributing, not

only to a discussion related to the educational and social processes through which sexuality passes, but also the historicity of gender relations and the ways in which sexual differences are symbolized. Directing the look on discursive uses as devices of power and subordination. For this, the document invites us to think about diversity from a context, characterized by a large presence of an ethnic population, with deeply rooted cultural traditions. On these bases, problematize the homogenizing social trend, which tries to impregnate this culture in corporeality and symbolism, calling into question social groups and, in particular, the nature of this diversity. Then, there is an outcome on Integral Sexual Education in the province of Jujuy-Argentina and the discursive uses that were included in the pedagogical processes. On the other hand, it

refers to policies built under the aegis of diversity rights and, in particular, sexual diversity. Finally, to establish that the discussion undertaken here stems from the concern of members of two research teams, the Sociocultural Diversity in Regional Contexts Research Unit (UNIDISO, FHyCS-UNJu, Jujuy-Argentina) and the Center for Studies and Research on Teaching and Nursing Practice (NUPEPE, EE-UFGM, Belo Horizonte-Brazil), whose area of development in the field of research is linked to Public Health, in this context, Integral Sexual Education and Sexual and Reproductive Health.

Keywords: Sexuality, Diversity, Integral Sexual Education, Jujuy- Argentina.

Introdução

Nas últimas décadas, assistimos a uma série de trans-

formações sociais e culturais que colocam a sexualidade como objeto de uma multiplicidade de debates, com tensões e contradições. Os processos políticos e identitários que permeiam grupos sociais como os coletivos feministas e o movimento LGBTQBIM disputam e criticam as formas hegemônicas de gestão da sexualidade e do corpo. Reconhecem que essas formas são dispositivos de normalização que tendem a regular as formas consideradas legítimas de compreensão do sexo, sexualidade e gênero.

As políticas de identidade e as práticas de reconhecimento inscrevem-se em um processo de re-semantização da cidadania associada a um deslocamento da hegemonia discursiva da cidadania moderna, para formas de cidadania ancoradas no discurso multiculturalista da globalização.

Essas formas de gestão das diferenças constituem respostas históricas do Estado às lutas sociais por atos de nomeação no campo do direito.

Nessa rede de sentidos discursivos que se tecem em torno das políticas de Educação Sexual Integral (ESI), encontramos a diversidade sexual, a diversidade cultural e podemos identificar os agentes que a enunciam. Cita-se, o coletivo LGBTQBIM de um lado e os povos indígenas de outro.

Cabe perguntar neste contexto, por um lado, quais os significados que gênero e diversidade adquirem no marco de uma política educacional que se estabelece como direitos das minorias sexuais? Sexualidade e diversidade, Quais o estatuto epistêmico e político do grande “guarda-chuva” que chamamos de diversidade, que se alinham

às inúmeras formas identitárias, corpos e existências sociais? Como ocorre a disputa inclusão / exclusão dentro desses grupos sociais? Como nomear as existências sócio-sexuais hoje? Que relações de poder e subalternidade a noção de diversidade encobre? Qué usos pedagógicos são atribuídos a ele?

Essas questões norteiam as discussões do artigo no sentido de colocar em xeque algumas políticas e usos conceituais e discursivos da sexualidade e da diversidade que nos permitem problematizar e orientar novos horizontes de discussão neste campo de grande polêmica e complexidade.

Tensões em um contexto de fronteira: Sexualidade e diversidade em Jujuy- Argentina

Na Argentina, um processo de ampliação de direitos,

na última década, vem configurando novas demandas sociais e culturais que desafiam os agentes sociais e as instituições educacionais. A implantação de uma política pública em que a educação sexual adquire centralidade faz parte de um processo histórico demandado por diversos movimentos sócio-sexuais e de mulheres.

As políticas relacionadas à educação sexual e saúde sexual e reprodutiva vêm ocupando lugar na agenda do governo e de instituições de ensino e saúde. Essas vozes por séculos silenciosas conquistaram um lugar nas ciências sociais e na produção de conhecimento.

Em particular, os pontos de reflexão desenvolvidos no documento fizeram parte das discussões em pesquisas sobre educação sexual e saúde sexual e reprodutiva desenvolvidas em duas

equipes de pesquisa na Argentina e no Brasil; Unidade de Pesquisa em Diversidade Sociocultural em Contextos Regionais (UNIDISO, FHyCS-UNJu, Jujuy-Argentina) e Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Formação e Prática de Enfermagem (NUPEPE, EE-UFMG, Belo Horizonte-Brasil). É a partir desse lugar que essa análise se estende e se aprofunda, tomando como eixo o contexto social e político argentino.

Das 23 províncias que compõem a nação argentina, incluindo o distrito federal (CABA), a jurisdição de Jujuy se caracteriza pela polarização de suas regiões. Constitui-se um conglomerado de diversidade de culturas, não só de migrantes, mas também de uma população indígena que conserva na extensão de seu território. Esta confluência de diversidade étnica, histórica, linguística, antropológica,

sociopolítica também se deve à sua localização geográfica, um território fronteiriço do Noroeste da Argentina formado por regiões transnacionais ligadas ao corredor andino e latino-americano, que possui uma população de aproximadamente de 673.307 habitantes (CENSUS, 2010).

Esta caracterização como a jurisdição com maior afluência de diversidade étnica (Cruz, 2005; Karasik, 2006) do território argentino, é evidenciada justamente por sua diversidade populacional. Há 164 comunidades Kollas espalhadas por todo o território provincial, os Omaguaca, que vivem na área da Quebrada e quase exclusivamente no departamento de Humahuaca com uma população de pouco mais de 10.500 pessoas. Também estão os povoados do Atacama, comunidades localizadas na Puna de aproximadamente 3.600

habitantes. Os Ocloyas e os Tilians, atualmente residem perto da cidade de Volcán, com uma população de cerca de 350 habitantes. (Garcia Moritan e Cruz, 2012).

Da mesma forma, no departamento de Cochinoça, 9 km a leste da cidade de Abra Pampa, está a cidade de Tabladitas habitada pela comunidade que se autodenomina Toara, formando um conglomerado de aproximadamente mais de 220 pessoas. Outros grupos indígenas mais numerosos em Jujuy se autodenominam Guaraní, Ava Guaraní (povo Guaraní) Tupí Guaraní. Existem 38 comunidades guaraníticas em Jujuy, na província, totalizando um número de habitantes auto-reconhecidos de aproximadamente 8.000 habitantes. Também, existem os Kolla Guaraní, é uma comunidade onde se menciona explicita-

mente a coexistência de pessoas pertencentes a duas etnias distintas, neste caso Kolla e Guaraní, composta por aproximadamente 550 pessoas.

Por último, a comunidade Toba possui apenas uma comunidade na província localizada no departamento de El Carmen (Los Valles), na qual vivem cerca de 110 pessoas, seus membros falam Toba, língua que pertence à família lingüística Guaycurú. (ob. cit)

Dentre os traços que marcam a história, a população de Jujuy estava impregnada de uma era colonial em que o casamento se constituía pela transferência do exercício individual da pessoa para a família do casal e, em parte, para o Estado. Os casamentos eram entre homens e mulheres, produzidos por alianças familiares, no caso de famílias da elite social. Ao contrário,

em famílias de baixa renda, os casamentos ocorriam com sangue novo mercantil (Cruz, 2005), marcando tradições culturais associadas ao início de uma hierarquia de gênero, evidenciada no trabalho de mulheres de setores populares relacionados às atividades domésticas, pequenos comerciantes de alimentos e bebidas, chicherias, tecelões, etc.

Diante desse panorama, as práticas vinculadas à sexualidade, desde os tempos coloniais, foram protegidas desde o ambiente familiar, ou seja, à ordem privada, impregnadas de uma carga de preconceitos, valorização negativa; sob os sinais de práticas pecaminosas, sujas e obscenas.

Além disso, essa diversidade torna-se mais complexa nas atuais multiplicidades culturais de línguas, estilos de vida, tradições e costumes, que colo-

cam em xeque, por um lado, os dispositivos pedagógicos da atual Lei da Educação Sexual Integral (LESI), mas também a formas nominais com respeito às expressões socio-sexuais.

Consequentemente, os antecedentes da ESI no território de Jujuy aparecem tardiamente. Foi uma das jurisdições com maior resistência social e institucional, expressa na incorporação da educação sexual no campo educacional.

Em 2012, fruto das pressões dos diversos movimentos afins, de mulheres e LGTBIM, e de organizações externas, foi lançada a aplicação da ESI. Sob manifestas tensões e disputas de setores mais conservadores desta sociedade, particularmente ligadas às expressões do culto religioso existentes na província.

A manutenção da ESI nas instituições de ensino pas-

sa por contínuos debates não só ligados à ordem pedagógica, e discussões sobre os atores que os ditam, mas também aos ideários institucionais e interesses dos governos da época.

Torna-se necessário considerar que estamos assistindo, atualmente, a uma sexualização da política e uma politização da sexualidade. Em um território de fronteira, repleto de práticas ancestrais, o pensamento binário é utilizado como dispositivo de poder que organiza a ordem sócio-sexual em termos de um binarismo sexual, um binarismo de gênero e um binarismo erótico. Além disso, esses dispositivos de poder (Foucault, 2002) são atravessados por um processo histórico social e uma inscrição nas corporeidades.

Nesse conjunto de problemas, também, vale a pena considerar como as formas his-

tóricas de subalternização (entre etnocategorias como puto, boliviano, trava, negro, índio) operam na configuração de uma identidade política (ou de outra ordem) no contexto de uma província fronteiriça. O que significa diverso? E a culturalização da política? E quanto à politização do sexual? Que modos de gestão social do sexo se articulam com outras formas de gestão da corporeidade, como categorizações étnico-raciais, relações de classe, idade?

Neste sentido, complexifica ainda mais a discussão pensar que faz parte da Educação Sexual Integral pensar criticamente sobre a racialização dos corpos, a etnificação das identidades, o caráter assumido pela heterossexualidade como instituição política, os dispositivos da sexualidade que regulam o homoerotismo, suas atravessa-

mentos de classe, e o estabelecimento crescente de um mercado do sexo que tende cada vez mais à produção de uma mercadoria relativamente nova, construída a partir da população diversificada e flutuante do território.

Este é o ponto em questão sobre a nossa problematização em que a produção de expressões identitárias é atravessada por aquelas diversidades culturais manifestas que estão representadas na materialização do corpo, sexogenérica, que tenta ser espalhado sob o guarda-chuva da “diversidade”.

A “louca” ou “mariquita”, como expressões homossexuais, como identidade sexogenéricas estereotipada nas representações sociais hegemônicas e na circulação de produtos culturais, dá lugar a uma expansão de formas identitárias cada vez mais presentes no espaço so-

cial e político. “Osos”, “travas”, “trans”, “não binários”, “queers” indica a complexidade do campo da existência sexual. Os limites da demarcação de identidade estão se tornando cada vez mais problemáticos e requerem instrumentos analíticos cada vez mais sofisticados para sua compreensão.

II. Sexualidade e diversidade: a interação de nomeações

A importância dos atos de nomeação teve fortes implicações nas relações sociais contemporâneas. Nessa transformação da discursividade institucional e social onde a categoria de gênero “materializa” todo um conjunto de vocabulários que tendem a marcar a importância de pensar sobre as questões das especificidades, com as quais a simbolização cultural da diferença sexual e dos sentidos se apresenta hegemônica que naturalizar as rela-

ções sociais ancoradas no pensamento dicotômico.

Consequentemente, vale a pena perguntar-se se o sexual não é cultural? E o cultural não é sexual? O masculino e o feminino constituem um conjunto de sedimentações socioculturais inscritas nas corporalidades dos sujeitos. Por outro lado, essa transformação das nomeações e das linguagens para se referir às práticas de construção de cidadania aparecem expressas em um conjunto de quadros normativos que tendem a instalar discursos que disputam os campos hegemônicos de interlocução.

O gênero é pensado como uma construção sociocultural, o que implica uma definição de caráter histórico, social e político. Portanto, as configurações de poder entre os gêneros, bem como as práticas, símbolos, representações, normas e valores

sociais, considerados pertinentes a um ou outro gênero; variam de acordo com diferentes culturas, momentos históricos, classes sociais, idades, etnias e religiões. O gênero é tomado na mídia e nos discursos institucionais como um “problema de subjetividade e emoção” ou “um problema biológico”. Em ambos os sentidos, é retirado do complexo tecido político de reprodução do poder social”. (Cremona, 2013: 5)

Na sua vez, o reconhecimento de um sistema, uma relação hierárquica entre homens e mulheres, amparada em discursos que o legitimam e naturalizam e justificam a desigualdade na distribuição dos espaços decisórios e o acesso desigual aos bens materiais e simbólicos. (Morgade, 2001). Isso implica que mulheres e homens tenham condições iguais para a plena realização de seus direitos hu-

manos, o potencial de contribuir para o desenvolvimento nacional, político, econômico, social e cultural e o direito de se beneficiar dos resultados.

Além disso, a perspectiva de gênero significa percorrer e compreender todas as questões sociais a partir de pontos de vista não hegemônicos. Implica questionar toda a estrutura social: práticas privadas, pensamentos, atitudes e emoções, saúde, educação, sexualidade, políticas públicas e até mesmo o meio ambiente, e os orçamentos dos países. Conseqüentemente, a existência de estereótipos de gênero em nossas sociedades são restrições culturais que limitam. Eles atribuem papéis predeterminados de comportamentos, reforçando a esfera pública como masculina e a esfera privada como exclusivamente feminina.

Destaca-se também uma

subalternidade dos corpos femininos, o masculino associado ao público e o feminino à esfera doméstica privada ou reprodução, a partir de uma lógica binária. Há elementos subjacentes em nossos discursos e representações sociais dicotômicas sobre o feminino e o masculino.

A politização das identidades seguiu uma dupla trajetória: como resposta do Estado às demandas dos grupos de interesse; e como formas de nomeação-visibility dos grupos sociais no cenário do Estado-nação.

Da mesma forma, o surgimento de novos signos ideológico-linguísticos para dar conta dessa realidade, como o uso do “X” para designar a pluralidade de gêneros em vez do morfema masculino, a palavra “feminicídio” ou “transfemicídio”, constituem um indicador de interesse político e social que passou a ad-



quirir questões relacionadas à sexualidade e à diversidade sexual.

As práticas de estigmatização e invisibilidade de outras formas de vivenciar a construção social e cultural da sexualidade e do corpo, costumam aparecer deslocadas no marco epistemológico que o considera um fato “imutável”, “natural” e “essencial”. Nesse sentido, a educação sexual integral, como território de disputa e construção de sentidos, passa pela necessidade de contribuir para a visibilidade de outras formas de referenciar, sexualizar e relações sociais de gênero no contexto local.

Conseqüentemente, o conceito de “diversidade sexual”, a partir de um marco legal, adquiriu um horizonte em uma série de políticas sexuais que nos últimos anos têm disputado os regimes hegemônicos de visibilidade e invisibilidade. A partir

da sanção da Lei de Educação Sexual Integral, a questão sobre o papel que a escola e seus atores desempenham na aprendizagem sobre sexualidade e gênero, adquiriu lugar de destaque, constituindo-se em cenário institucional para o desdobramento de uma série de tensões no processo da implementação da ESI.

Algumas abordagens que nos ajudam a pensar a sexualidade a partir de um marco epistêmico, indicam surgimento do termo no início do século XIX. O seu usos se estabelece em relação com outros fenômenos: o desenvolvimento de diversos campos do conhecimento (que englobam tanto os mecanismos biológicos de reprodução, como as variáveis individuais ou sociais de comportamento); o estabelecimento de um conjunto de regras e normas, em parte tradicionais, em parte novas, amparadas por ins-

tuições religiosas, judiciais, pedagógicas e médicas; muda também em relação ao significado e valor do comportamento, seus deveres, prazeres, sentimentos e sensações, até os sonhos (Julian, 2020).

Nesse momento da história, a homossexualidade e o lesbianismo estavam associados a um personagem: um passado, uma história e uma infância, um personagem, um modo de vida; também uma morfologia, com uma anatomia indiscreta e talvez uma fisiologia misteriosa, nada que não escapa à sexagem dos corpos, que nada mais é do que “sexualidade”.

Tomando como referência a noção conceitual de uma das entidades mais representadas e é usada regularmente em ferramentas pedagógicas, a Organização Mundial da Saúde (OMS) menciona que a sexualidade é

“uma dimensão fundamental do ser humano. (...) É expressa na forma de pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, atividades, práticas, papéis e relacionamentos. A sexualidade é o resultado da interação de fatores biológicos, psicológicos, socioeconômicos, culturais, éticos e religiosos ou espirituais. (...) Em suma, a sexualidade é praticada e expressa em tudo o que somos, sentimos, pensamos e fazemos » (2000: 6).

Entre o conjunto de leis que regulam a sexualidade como direito na Argentina, estão a Lei de Educação Sexual Integral, a Lei de Saúde Sexual e Procriação Responsável (2002), a Lei de Proteção Integral dos Direitos de Meninos, Meninas e Adolescentes (2006), Lei de os Direitos de Pais e Filhos durante o processo de nascimento (2007), Lei de Prevenção e Sanção do Tráfico de

Pessoas e Assistência às Vítimas (2008), Lei de Proteção Integral para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra Mulheres (2009), Igualdade Lei do Matrimônio Igualitário (2010) e Lei da Identidade de Gênero (2012), e atualmente a Lei da Interrupção Voluntária da Gravidez (IVE, 2020).

Nesse marco, a primeira coisa a se considerar é o caráter político do termo “diversidade sexual”. Seu uso político o coloca no campo das lutas simbólicas e materiais em torno dos regimes de sexualidade dominantes. Dizer “gay”, “lesbica”, “bissexual”, “heterossexual”, “sexualidade normal”, “sidoso”, “transgênero”, “puto”, “marimacha”, “maricocracia”, “torta” indica marcas sociais que constroem diferenças mais ou menos significativas, configuram relações de poder e, portanto, possibilidades de resis-

tência e agência coletiva.

Esse conglomerado de nomeações linguísticas de agência política é um campo social complexo com condições sociais específicas de produção, das quais podemos dizer, seguindo Bourdieu (1990), que a noção de “diversidade sexual” está inscrita nas lutas simbólicas pela representação do poder e, portanto, pela representação do poder. Nesse sentido, é importante lembrar que os regimes de sexagem corporal são construções socio-culturais de certas sociedades em momentos históricos particulares e que a própria definição de “sexual” faz parte de uma série de práticas de normalização corporal.

Conseqüentemente, estamos enfrentando a diversidade cultural de um lado e a diversidade sexual do outro? E surge a pergunta: se pode ser puta/puta

e indígena ao mesmo tempo? se pode ser trans e feminista? Os usos de “diversidade sexual” podem ser resumidos em três pragmáticas do termo. Uma forma eufemisticamente, até se diria “politicamente correto” para se referir publicamente a indivíduos ou grupos sociais estigmatizados: para não dizer “índios” ou “marica”, fala-se de diversidade cultural ou sexual. Outro uso é que o termo é um “guarda-chuva”, um sentido agregativo para se referir a práticas sexuais ou identidades sexogénérica e, por fim, um significado que se articula com outros dispositivos do regime heterossexual.

O primeiro sentido, tem relação ao campo de diálogo do público da discursividade sexual genérica. Está associada às condições sociais de produção do mercado linguístico: por exemplo a palavra “gay” versus a palavra

“puto”, aqui podemos observar como as formas de resemantização das práticas da linguagem hegemônica são ativadas para se referir à sexualidade.

Com efeito, encontramos nos modos de nomear “minorias sexuais” como, por exemplo, usos discursivos ancorados nas relações de classe que a expressão “gay” pode vir a denotar, o que contraditoriamente assume um uso social depreciativo nas suas designações sociais. O uso classista e homofóbico do “gay” vai contra um olhar sobre o homoerotismo e a legitimação social das diferentes orientações afetivo-sexuais como o termo originalmente pretendia. A genealogia da expressão gay ocorre no marco de uma identidade política e de uma crítica aos discursos medicalizantes da “homossexualidade.

Finalmente, a aparição

do termo “diversidade sexual” está fortemente associado a um contexto político de legitimação na agenda global de expressões como “biodiversidade” e “socio-diversidade”

A hierarquia do masculino não possui uma argumentação inata ou natural, mas deve ser entendida em uma chave cultural. Os significados sociais estão se mutando entre resistências, para as quais é necessário não só conhecer a história, mas repensá-la. A perspectiva de gênero implica reconhecer as relações de poder existentes entre os gêneros; que essas relações foram social e historicamente constituídas e são constitutivas das pessoas; que formam uma rede em toda a estrutura e relacionamento social das classes sociais, idades, religião. (Barrancos, 2010).

A analogia do “guarda-chuva” linguístico está asso-

ciada a uma tentativa de nomear uma diversidade de identidades históricas e políticas. O uso problemático se expressa em uma espécie de dispositivo da sexualidade que eles possuem para a homogeneização das diferenças e para o encobrimento de suas lógicas internas e relações de poder. Porém, tanto pelo uso eufemístico quanto pela invisibilidade das particularidades, o grupo pode se tornar um espaço normalizador onde é impossível se reconhecer na diversidade de posições frente aos dispositivos de poder.

III. Educação Sexual Integral, gênero e diversidade na Argentina

A partir das reivindicações de diversos movimentos sociais, promoveu o estabelecimento de uma agenda com temas fundamentais como o aumento dos casos de abuso sexual, gra-

videz na adolescência, práticas de aborto clandestino, mortalidade materna, violência sexual e de gênero, aumento do número de pessoas infectadas pelo vírus HIV-AIDS ou outras doenças sexualmente transmissíveis, como o avanço na idade de início das práticas sexuais.

Nesse contexto, em 4 de outubro de 2006, foi promulgada na Argentina a Lei Nacional 26.150 sobre “Educação Sexual Integral” (ESI), que estabelece a obrigação de oferecer educação sexual em todas as escolas do país, tanto públicas quanto privadas, do nível inicial ao nível superior de Formação de Professores e Ensino Técnico Não Universitário.

Entre suas diretrizes, articula um processo legislativo e de política educacional e estabelece como pilares fundamentais: as oportunidades educacionais,

a valorização dos sentimentos e emoções e a aceitação da diversidade sexual e de gênero.

Assim, a ESI surge como uma tentativa de promover a aceitação e integração das diferenças sexuais e fomentar ferramentas para que os jovens exerçam uma sexualidade responsável, sem consequências indesejáveis e sem coerção; abusos ou imposições de qualquer natureza, respeitando as características socioculturais dos alunos, tem entre seus objetivos a igualdade de tratamento e oportunidades para homens e mulheres, a não discriminação por orientação sexual.

O que a ESI contempla é uma perspectiva dos direitos humanos em relação à sexualidade, a superação do reducionismo disciplinar, propondo, ao contrário, uma abordagem que considere as mediações sócio-históricas e cul-

turais, valores compartilhados e as emoções e sentimentos que intervêm no cuidado e disfrute do vínculo com os outros, respeitando o próprio corpo e o dos outros, com o objetivo de alcançar uma sexualidade prazenteira, saudável e responsável.

Nesse contexto, o processo social vivido pelas sociedades argentinas tendeu a desestabilizar a existência de um discurso escolar hegemônico relacionado às relações de gênero que legitima o masculino e o feminino como modos de subjetivação ancorados em uma ideia dominante sobre a sexuação dos corpos. No entanto, as possibilidades oferecidas à sociedade e suas instituições para tornar visível uma forma de “viver gênero” não são ingênuas, elas constituem um componente central das configurações discursivas e dispositivos da sexualidade a partir

de formas de regulação sexista e sexual heteronormativa sobre os corpos.

A incorporação da sexualidade como conteúdos curriculares obrigatórios, constitui um processo histórico cultural que se expressa nas complexas relações que as instituições e os atores sociais mantêm, o que implica também o debate social sobre quem deveria ensinar a educação sexual, quais deveriam ser os conteúdos ou o período escolar a partir do qual devem começar, nesse sentido aparecem fortemente tensionados no cotidiano escolar.

Assim, o gênero aparece como uma “construção social”, enquanto o “sexo” como o dado concreto, “o biológico”. No entanto, o conceito “sexo” é também uma construção social, ou seja, é uma categoria que nos permite “ordenar” a realidade de uma determinada forma e isso

tem efeitos particulares de distinção social e política. É nesse sentido que o sistema heterossexual como aparelho social de produção dos corpos e suas formas de classificação sexogenérica (feminino e masculino) opera pela divisão e fragmentação da corporeidade. A ideia de que só existem dois sexos e que também se opõem e se complementam, é central ao sistema sexista, a operação de biologização do que se constrói culturalmente como diferença sexual, constitui um sistema de representações biológicas corporais e materiais: o pênis e a vagina.

Por isso, é necessário aclarar que existe uma materialidade a partir da qual se constrói o sistema sexo-gênero e não no sentido de negar a biologia, mas de compreender a biologização como um mecanismo cultural que faz um conjunto de desigual-

dades repousar sobre o determinismo biológico. social. O que é enquadrado no que chamaremos de “dispositivo de poder” para se referir a esses artefatos materiais, regulamentos institucionais e discursos que estruturam as relações de poder sobre as pessoas, seus pensamentos e sentimentos, suas ações, seus relacionamentos ou seus corpos.

Finalmente, estabelecer que a gestão política do sexo e da cultura, como recurso para sustentar a diversidade como categoria política, está se tornando cada vez mais problemática, o que está em questão é o olhar crítico quanto aos significados que adquire o termo. Esses pontos são pertinentes quando se pensa em Educação Sexual Integral e suas contribuições para uma cidadania do corpo, gênero, sexualidade e etnia.

Reflexões finais



Em nossa sociedade a institucionalização do sistema patriarcal se impõe com um caráter essencialista, está tão arraigado nas bases quanto um sistema natural que penetra na mesma subjetividade e nos modos de construção de saberes, pensamentos e ações.

Sua origem, fundamento social, político, econômico e cultural ainda precisa ser denunciado, desvendado e colocado em cena para desconstruir os padrões que operam em nosso pensamento, que geram preconceitos, pré-conceituações, diferenças que se transformam em desigualdades, dominação, subordinação e até violência de um gênero para outro.

Essas reflexões mostram como o termo “diversidade sexual” está sendo usado para agrupar pessoas e grupos com identidades “não heterossexu-

ais”, o que sugere que se trata de um erro tanto linguístico quanto ideológico absoluto. Como forma classificatória, a noção de diversidade adquire um uso específico: como forma de caracterizar uma totalidade de unidades de uma espécie; Operação semelhante ocorre quando classificamos um grupo de objetos de acordo com a cor, estabelecendo uma distinção constitutiva que se torna uma marcação imposta. O que permanece no horizonte da nomeação social é uma posição heterossexual patriarcal sustentada pelo ativismo pelos direitos sexuais.

O sistema sexual de gênero dominante mantém a ordem sexual, inclusive nas formas de nomear as existências sexuais e as identidades sexo-gênero resultantes desses processos. Heterossexismo, ou seja, a ideologia e a prática que prioriza as sexu-

alidades e posiciona a prática e a identidade heterossexuais como “superiores” a outras práticas e identidades sexuais.

A noção de diversidade sexual, portanto, parece incorporar um dispositivo de poder sustentado na heterossexualidade como um regime político e ideológico. Os discursos dominantes do campo sexual se expressam na ideia de “tolerância” ou “respeito” às diferenças: essas práticas divisionistas se estendem plenamente na própria politização da sexualidade em nosso país.

Por fim, pensar os usos discursivos e suas possibilidades de abordagem requer colocar uma análise da mesma forma na comunicação social, o que é comunicado? De onde você se comunica? porque? Com que intenção? Cremona (2013) sugere a este respeito que a comunicação

“... é uma ferramenta

política indispensável para desvendar e testar novas formas de nomear o mundo. É imprescindível que para transformar, primeiro, tenhamos que aprender a nomear o mundo de outra forma, a remodelar a linguagem, a sair da superfície dos artigos para poder fiar, tecer, traçar formas contundentes de produzir estoques. que possibilitam e são em si modelos emancipatórios. “ (Cremona, 2013: 6)

É claro que os avanços em gênero não são suficientes, pois servem como instrumentos que contribuem para promover e fortalecer, a partir das instituições de ensino, formas de intervenção didática pedagógica. Requer passar por processos de revisão, problematização, desnaturação e consolidação de pers-

pectivas de abordagem ainda mais complexas; sustentando e consolidando discursos e práticas que tenham como horizonte uma sociedade mais democrática, com justiça social e igualdade de gênero.

Referencia bibliográfica

Argüello, Sofía (2008). La política del estigma (Homo) sexualidad: normativa y resistencia, tesis para la obtención de título de Maestría en ciencias Sociales con mención en Género y Desarrollo: Flasco Ecuador.

Barranco, D. (2011). Género y ciudadanía en la Argentina. Iberoamericana. Nordic Journal of Latin American and Caribbean Studies. Vol. XLI: 1-2, pp. 23-39

Bento, B. (2006): A reinvenção do corpo. Sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro, Brasil, Garamond.

Blazquez, G. y Lugones, G. (2012). Senderos de raza, clase y

edad en los territorios del deseo homosexual entre varones. CD. Tepoztlán Institute. México.

Bourdieu, P. (1990). Sociología y cultura. Grijalbo, México.

Butler, J. (2007). El género en disputa. El feminismo y la subversión de la identidad. Barcelona, Paidós. Introducción Capítulo I y II.

Clastres, P. 1996 [1980]. Investigaciones en antropología política. Gedisa, Barcelona. cativas.

Connel, R. (1997) La organización social de la masculinidad.

En: Valdes, Teresa y Olavarria, J. (edc.). Masculinidad/es: poder y crisis, Cap. 2, ISISFLACSO: Ediciones de las Mujeres N° 24, pp. 31-48.

Cremona, F. (2013) De qué hablamos cuándo hablamos de género. Revista N° 3 de la colección: "Discapacidad, Justicia y Estado" de la editorial INFOJUS y el programa ADAJUS de la Se-

- cretaría de Justicia de la Nación Argentina dedicada a “Género, mujeres, niños y niñas con discapacidad”, Buenos Aires.
- De Lauretis, T. (2004). La tecnología del género. En *Pensar (en) género: teoría y práctica para las nuevas cartografías del cuerpo*, editado por Carmen Millán y Ángela Estrada, 202-236. Bogotá: Instituto PENSAR. Pontificia Universidad Javeriana.
- EduAndrade, X. (2001). Homosocialidad, disciplina y venganza. En *Masculinidades en Ecuador*, compilado por Xavier Andrade y Gioconda Herrera, 115-138. Quito: FLACSO, UNFPA.
- Foucault, M. (2002). *Historia de la sexualidad I*. México D.F.: Siglo XXI Editores
- Julian, I. (2020). *Educación Sexual Integral. Representaciones Sociales de los(as) profesores(as) de S. S. de Jujuy (2006-2015)*. Ediciones Purmamarka, Salta-Argentina.
- Morgade, G. (2001). *Aprender a ser mujer, aprender a ser varón. Relaciones de género y educación. Esbozo de un programa de acción*. Buenos Aires, ediciones Novedades
- Preciado, B. (2002). *Manifiesto contra-sexual*. Madrid: Editorial Ópera Prima.
- Rich, A. (1999). La heterosexualidad obligatoria y la existencia lesbiana. En *Sexualidad, género y roles sexuales*, editado por Marysa Navarro y Catherine Stimpson, 159-211. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina.
- Rubin, G. (1997). El tráfico de mujeres: notas sobre la economía política del sexo. En *Género. Conceptos básicos*, editado por Programa de Estudios de Género de la Facultad de Ciencias Sociales, 41-64. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú.

SOLIDÃO DA MULHER NEGRA: UMA HISTÓRIA DE INVISIBILIDADE AFETIVA

BLACK WOMAN'S SOLITUDE: A HISTORY OF AFFECTIVE INVISIBILITY

Mirella Rodrigues Da Cruz¹

Resumo: Esse artigo tem como objetivo manifestar uma análise do livro *Kired, Laços de sangue*, de Octavia E. Butler, sob a perspectiva de observação dos aspectos que permeiam as dinâmicas de afetividade, a partir do diálogo empregado nas disparidades raciais, tendo em vista o condicionamento social que determina nossas inclinações amorosas, estabelecidas por intermédio de um ponto de vista histórico e racial, que inviabiliza mulheres negras como indivíduos ativos nos espaços afetivos.

mento.

Abstract: This article aims to show an analysis of the book *Kired, Laços de sangue*, by Octavia E. Butler, under the perspective of observing the aspects that permeate the dynamics of affectivity, from the dialogue used in racial disparities, with a view to conditioning social that determines our loving inclinations, established through a historical and racial point of view, which makes black women unfeasible as active individuals in affective spaces.

Palavras-chave: Afetividade; mulheres negras e condiciona-

Keywords: Affectivity; Black women and conditioning.

¹ Graduanda em Licenciatura em Geografia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)

INTRODUÇÃO

A origem deste trabalho advém do estudo do livro: Kired, Laços de sangue, de Octavia E. Butler, que se propõe a analisar Dana, protagonista do livro, como sujeito em detrimento do coletivo, o que alicerça diversas discussões acerca do papel da mulher negra na sociedade, enquanto indivíduo, que se estabelece afetivamente. Determinando um recorte relacionado a afetividade, problematizaremos como a escravização dos corpos dessas mulheres negras, anteriormente colocadas na sociedade escravista como incubadoras de novos escravos, que as dotaram o lugar de mulheres desregradadas, dialoga com a introdução da ideia da adoção de um padrão de mulheres que seriam associadas ao lar e ao cuidado familiar, e as que não

teriam serventia para esse papel, repercute nos enlaces afetivos atualmente.

“Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve que produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado.”
(HOOKS, 1995, p. 469)

A ideia de uma mulher negra “forte”, contribui para a solidão dessas mulheres e esses encargos se refletem nos mais variados espaços sociais. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o casamento de pessoas entre a

mesma raça é maior entre brancos (74,5%), pardos (68,5%) e índios (65%), o que aponta que os negros, no Brasil, continuam, em sua maioria, a preferir se relacionar com alguém de outra raça, podemos interligar esses dados as políticas de fortalecimento da mestiçagem, anteriormente negadas por Nina Rodrigues, por considerar que cada raça estava em um determinado nível de desenvolvimento e evolução, pré-datando um atributo intelectual a cada uma, ou seja, existiam raças superiores e inferiores. Sílvio Romero, por outro lado, defendia a miscigenação, porém contendo a predominância cultural branca, para que no fim obtivermos uma nação homogênea e integrada, estimulando então o melhoramento das raças. A miscigenação é colocada por muitas vezes para atestar a democracia racial brasileira, com isso as relações inter-

-raciais no Brasil foram e são fortemente estimuladas, entre tanto, a hipersexualização da mulher negra proveniente da cultura estabelecida no período escravista a coloca como um “objeto” de consumo sexual e não como um ideal afetivo, inviabilizando um olhar romantizado direcionado a essas mulheres. Em contrapartida, a categoria da hipersexualização do homem negro e o machismo contribuem para que a solidão afetiva que os afligem ocorra em menor grau, o estudo do IBGE indica que há (7%) de probabilidade de uma mulher negra permanecer solteira, criando uma espécie de celibato definitivo, o que nos faz questionar a seletividade que perpassa entre as relações amorosas em nosso país.

SOCIEDADE E O DESAFETO COM MULHERES NEGRAS

Partindo dos pressupostos que permeiam os desenhos históricos que marginalizaram a população negra em múltiplos níveis, é importante salientar alguns eventos onde os transmitidos do governo brasileiro possibilitou que a segregação desse povo, mesmo que não tão explicitamente, tal qual ocorreu nos Estados Unidos, sucedesse de maneira pontual e cirúrgica. A lei de terras (1850), se traduz como um exemplo disso, lei essa que impediu que a ocupação espacial e territorial da população negra fosse digna e saudável, subjugando esse povo a ocupar majoritariamente as zonas periféricas, a lei da vadiagem (1941), no entanto, se estabeleceu como um dos principais responsáveis pela notória ocupação preta das prisões, já que a pois a abolição os anteriormente escravizados foram deixados a Deus dará nas

ruas, contribuindo para que as carceragens se tornassem lugar comum para os mesmos, seja o fortalecimento governamental da vinda dos imigrantes com o intuito de ocupar o mercado de trabalho brasileiro e embranquecer a população e seus futuros descendentes, no mais, a aplicação jurídica mais nociva corresponde a lei da abolição da escravatura (lei Áurea, 1888), que incutiu um falso ideal de liberdade, quando na verdade, uma população que foi sequestrada, agredida, estuprada e explorada fora jogada a mercê, sem nenhum tipo de compensação, a exemplo da que os judeus obtiveram, ao término do nocivo processo que envolveu a escravização na América, nesse contexto, as mulheres negras, além de lidarem com as adversidades impostas pelas questões de gênero, que as impediam de estarem ativas no mercado de

trabalho digna e amplamente e com os seus direitos garantidos, ainda permanecia a necessidade de se articularem numa estrutura de uma sociedade machista e racista, Yzalú, em sua música, mulheres negras, nos conduz a reverberar sobre atual condição social dessas mulheres devido ao período escravista:

“Enquanto mulheres convencionais lutam contra o machismo, as negras duelam pra vencer o machismo, o preconceito, o racismo, lutam pra reverter o processo de aniquilação que encarcera afrodescendentes em cubículos na prisão.” (YZALÚ, 2012).

O parecer prescrito em torno das mulheres negras, como submissas as transformam em indivíduos sociais que são forçada-

mente direcionados a abdicarem das relações que envolvam amor, cuidado, afeto e prazer para si mesmas, mas que se estabeleçam como sujeitos que detêm a obrigatoriedade de fornecer subsídio emocional e prazer aos demais, ideia essa transmitida historicamente pelas amas de leite, que cuidavam e amamentavam os filhos das sinhás e as escravizadas que tinham relações consensuais ou não para gerar mão de obra escravizada. Gilberto Freyre, na sua obra, *Casa-grande & senzala*, minimiza os estupros sofridos pelas escravizadas, romantizando as relações sexuais forçadas com os senhores de engenho, argumentando que essas mulheres estavam encarregadas de fornecer “acalento” e prazer sexual aos seus senhores, para além disso, a violência obstétrica paira sobre a vida maternal dessas mulheres, um estudo desenvolvi-

do em relação as desigualdades raciais na saúde pública apontou que as mulheres negras demoravam mais para serem atendidas com a finalidade de darem entrada no procedimento do parto e recebiam 50% menos anestesia que as mulheres brancas. No livro Kired, laços de sangue, uma passagem nas páginas iniciais do mesmo fornece um relato que demonstra a negligência e a falta de afeto direcionado a Dana, mulher negra, protagonista do livro.

“Os policiais eram sombras que apareciam intermitentemente ao lado de minha cama para fazer perguntas que eu precisava me esforçar para entender. — Como machucou seu braço? — Perguntavam — Quem machucou você? — Eu prestei atenção à palavra que eles usaram: machucar.

Como se eu estivesse arranhando o braço. Será que achavam que eu não sabia que o havia perdido?” (Kired Laços sangue, 2017, p.17).

Esse diálogo nos permite analisar que há uma latente negligência e falta de empatia para com a personagem. No mais é relevante evidenciar que os espaços ocupados nos dias atuais tanto no mercado de trabalho, quanto nas relações afetivas estão diretamente ligados ao contexto histórico dessas mulheres, os vínculos trabalhistas ocupados por mulheres negras são majoritariamente os cargos de limpeza, a sua ocupação nas universidades é inferior as mulheres brancas, aos homens negros e brancos, apenas (10, 4%) das mulheres negras concluem o ensino superior, ainda segundo o IBGE, as mulheres

negras ganham (57%) do salário de um homem branco no Brasil, o papel majoritário de mulheres negras nos relacionamentos estão ligados a erotização dos seus corpos, visto que apenas (7%) dessas mulheres se casam, e elas são maioria como mães solo no Brasil, o condicionamento á solidão é gritante, visto que a raça é um fator predominante para a escolha dos parceiros.

BREVE FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com a finalidade da plena compreensão do artigo, além de usufruir do livro Kired, Laços de sangue, de Octavia E. Butler, recorri aos métodos de análises presentes nas obras de bell Hooks: Vivendo de amor, que carrega em si uma percepção sobre a quase ou total falta de amor na vida das mulheres negras, ademais

utilizamos outros parâmetros norteadores complementares que tangem a discursão em torno da solidão da mulher negra, o sofrimento que envolve essa dissociação do afeto direcionado a essas mulheres, presente no artigo da Isabela Alves: A solidão tem cor: O sofrimento da mulher negra no Brasil, Ainda proveniente do artigo: Engravidei, pari cavalos e aprendi a voar sem asas: Reflexões acerca da afetividade e solidão da mulher negra, de Lorena Ribeiro, que nos convida a reverberar sobre as relações afetivas e sexuais das mulheres negras, ainda recorrendo a bell Hooks como pressuposto teórico: Mulheres negras: moldando a teoria feminista, texto que traduz uma reflexão do visceral e silencioso sofrimento vivenciado, mais do que diário por essas mulheres e por último, o livro: Mulher negra: afetividade e solidão, de

Ana Cláudia Lemos Pacheco que traz a percepção no que diz respeito aos papéis direcionados as mulheres no âmbito racial, a mulher branca como a tradução do matrimônio e da cultura do que deve ser considerado afetivo e a mulher negra no lugar da erotização e do mercado sexual.

METODOLOGIA

Para que houvesse uma maior clareza e domínio sobre o tema pesquisado, foi concebido um formulário online direcionado ao público masculino e a mulheres lésbicas, com o intuito de analisar se a suposta “preferência” por mulheres brancas está vinculado com um processo sócio histórico, que condiciona os indivíduos acerca dos seus desejos amorosos ou é algo que já se foi superado no século XXI, e se a raça é um fator importante na

escolha dos parceiros conjugais, além disso esse questionário foi projetado com o propósito de analisar o favoritismo racial e o motivo que tange os mesmos, no que diz respeito as possíveis relações sexuais, amorosas e matrimoniais, no mais observamos as impressões acerca das propagandas presentes na mídia quando se trata de matrimônio, quem são as mulheres que “vendem” o sonho do casamento?

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Quando se trata de discutir as opressões que englobam as vidas de mulheres negras, a pioneira a se apresentar para nós é o racismo, trabalhando a perspectiva da Interseccionalidade que apresenta os múltiplos sistemas de opressão, raça, gênero e

classe, os resultados transmitem um maior esclarecimento das opressões que regem a vivência das mulheres negras. Obtivemos a participação de 28 pessoas no estudo, dessas 20 são homens heterossexuais e 8 mulheres homossexuais (lésbicas ou bissexuais), quando questionado sobre o papel da mídia na venda do ideal matrimonial (96,4%) das pessoas afirmaram que na maioria dos anúncios de casamento detectaram a presença majoritária das mulheres brancas na grande maioria anúncios. A pergunta posterior se tratava da longevidade dos relacionamentos que teriam a intenção de gerar matrimônio, (50%) disseram que nos relacionamentos que tinham a intenção de casar-se eram com mulheres brancas, (29,2%) com mulheres pardas e (20,8%) com mulheres negras. Foi questionado também se a cor da pele se

tratava de um fator importante na escolha do parceiro, (81,5%) afirmaram que não, porém quando perguntado se haveria um tipo específico de parceiro para se relacionar (78,6%) responderam que sim, no âmbito do aborto paterno (ocorre quando o pai abandona a criação desde o princípio dos filhos, sem dar qualquer outro tipo de explicação, uso essa expressão procurando diferir na que se refere ao abandono paterno por entender que é necessário participar em algum momento da formação da criança para abandonar), foi perguntado qual o perfil geral das mães solo brasileiras, (99%) responderam que acreditam que o perfil dessas mulheres é majoritariamente de negras e que tenham baixa escolaridade. Buscando incorporar as questões afetivas e socioeconômicas, questionamos o consentimento dos participantes em

relação as disparidades sociais das mulheres negras, entre elas a sua ocupação nas universidades, (85,7%) responderam que as mulheres brancas são maioria nas universidades, já no panorama salarial, (100%) dos participantes responderam acreditar que as mulheres negras são as que recebem os menores salários no Brasil.

Os dados acima nos ajudam a consolidar a nossa argumentação em torno dos elementos que compõem a solidão das mulheres negras e as suas assimetrias socioeconômicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inegável dissociação de amor e afetividade em vínculo com mulheres negras atribui responsabilidade as mais variadas adversidades vivenciadas pelas mesmas, é imprescindível a que-

brar dos grillhões numa sociedade desigual economicamente e até afetivamente para essas mulheres, o amor cura, e é por ele que elas precisam ser acolhidas, bell Hooks em vivendo de amor, nos relembra que somos um povo ferido, e com isso a complexidade em torno da afetividade expande e nos inquieta.

“A vontade de amar tem representado um ato de resistência para os Afro-Americanos. Mas ao fazer essa escolha, muitos de nós descobrimos nossa incapacidade de dar e receber amor.” (HOOKS, 1994).

O que transparece são os reflexos históricos que interferem nas relações afetivas da população negra atualmente, já que as mulheres negras são as principais vítimas de feminicídio, en-

quanto o homicídio de mulheres brancas diminuiu de (3,6%) por 100 mil em 2003 para (3,2%) em 2013, uma redução de (11,9%), o de mulheres negras aumentou de (4,5%) para (5,4%) por 100 mil no mesmo período, um crescimento de (19,5%). Os companheiros ou ex-companheiros foram responsáveis por (33,2%) dessas mortes, ou seja, 4 mortes ao dia, ainda quando se trata de raça, em 2013 (66,7%) de mulheres negras foram assassinadas a mais do que mulheres brancas, em relação ao perfil dos agressores, (73,3%) eram pardos ou negros, bell Hooks em vivendo de amor nos atenta a pensar numa justificativa a esses índices:

“Essa talvez seja a razão pela qual muitos negros estabeleceram relações familiares espelhadas na brutalidade que conheceram na

época da escravidão. Seguindo o mesmo modelo hierárquico, criaram espaços domésticos onde conflitos de poder levavam os homens a espancarem as mulheres e os adultos a baterem nas crianças como que para provar seu controle e dominação.” (HOOKS, 1995)

No mais, podemos justificar as prerrogativas estabelecidas em torno da mulher negra no Brasil ao seu processo histórico colonial escravista e de formação, que subjuga o indivíduo de acordo com as suas particularidades que se opõem ao sistema patriarcal e branco dominante, logo as mulheres negras precisam transgredir em ambas as estruturas dominantes para se desvencilhar das amarras do sistema. Em ensinando a transgredir, bell Hooks explicita o papel da transgressão

como arma de desmonte do sistema:
tema:

-mulheres-negras-no-brasil/.

Acesso em: 23, maio de 2021.

“Temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, exigir de nós e de nossas camaradas uma abertura da mente e do coração que nos permite encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginemos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir.” (HOOKS, 1994, p.273).

BUTLER, OCTAVIA. KIREL: Laços de sangue. São Paulo: Morro Branco; 2017.

COSTA, ROSELY GOMES Mestiçagem, racialização e gênero. Scielo, 2009. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222009000100006&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 23, maio de 2021.

FREYRE, GILBERTO Casa-grande & Senzala. São Paulo. Global; 1933.

REFERÊNCIAS

ALVES, ISABELA A solidão tem cor: O sofrimento das mulheres negras no Brasil. Observatório do terceiro setor, 2018. Disponível em <https://observatorio3setor.org.br/carrossel/a-solidao-tem-cor-o-sofrimento-das->

HOOKS, bell Tudo sobre o amor. Hopkinsville. Elefante; 1994.

HOOKS, bell Ensinando a transgredir a educação como prática da liberdade. Hopkinsville..

WMF Martins Fontes; 1994.

RIBEIRO, LORENA Engravidei,
pari cavalos e aprendi a voar sem
asas: Reflexões acerca da afetivi-
dade e solidão da mulher negra.
Periódicos UFJF, 2019. Dispo-
nível em: [https://periodicos.ufjf.
br/index.php/darandina/article/
view/28063](https://periodicos.ufjf.br/index.php/darandina/article/view/28063). Acesso em: 23, maio
de 2021

ATENDIMENTO DO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA EM CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

CARE OF PSYCHOLOGY PROFESSIONALS IN CASES OF DOMESTIC VIOLENCE

Maria Perla Alencar R dos Santos¹

Sérgio Henrique Oliveira da Silva²

Leandro Matos Souto da Rocha³

Resumo: O presente trabalho refere-se à avaliação psicológica em casos de violência doméstica aprendida a partir da disciplina Técnicas de exame psicológico II. Um dos principais objetivos da dupla era compreender a situação de casais em isolamento social provocado pela quarentena do coronavírus e as consequências de um relacionamento abusivo, usando o método da pesquisa descritiva, e assim verificando dados pertinentes para tal assunto. Diante disso, o estudo promove maior conhecimento

e compreensão sobre o contexto social voltado para dificuldades apresentadas tanto pela pandemia quanto para a convivência com o parceiro. A experiência do trabalho foi de grande relevância no sentido de compreender o comportamento do agressor quanto da vítima da violência, evidenciando a importância de um olhar mais minucioso para com a saúde da mulher e a romantização dos relacionamentos abusivos onde o ciúme é visto como uma forma de amor e cuidado. O estudo mostra a importância da avaliação psi-

1 Centro Universitário Cesmac

2 Cesmac

3 Centro Universitário Cesmac

cológica nesses casos, para assim trabalhar de forma individual ou em conjunto as questões psicossociais dos que fazem parte do contexto familiar, diante das dificuldades apresentadas.

Palavras chaves: Violência; Testes Psicológicos; Contexto familiar.

Abstract: The presente work refers to psychological assessment in cases of domestic violence learned from the subject Psychological examination techniques II. One of the main objectives of the pair was to understand the situation of couples in social isolation caused by the coronavirus quarantine and the consequences of an abusive relationship, using the descriptive research method, and thus verifying relevant data for this matter. Therefore, the study promotes greater knowledge and

understanding about the social context facing the difficulties presented both by the pandemic and for living with the partner. The work experience was of great relevance in order to understand the behavior of the aggressor and the victim of violence, highlighting the importance of a closer look at women's health and the romanticization of abusive relationships where jealousy is seen as a form of love and care. The study shows the importance of psychological assessment in these cases, in order to work individually or together on the psychosocial issues of those who are part of the family context, given the difficulties presented.

Keywords: Violence; Psychological tests; family context.

INTRODUÇÃO

Sabe-se por violência doméstica, toda ou qualquer prática que envolva ao parceiro (a) constrangimento, humilhação, agressões físicas, psicológicas, sexuais ou patrimoniais. No Brasil, foi apenas em 2006 que a Lei de Prevenção à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, também conhecida como Lei Maria da Penha promulgada dando, em teoria, segurança à integridade da mulher.

O objetivo geral do trabalho é a descrição de como se dá o trabalho do profissional de psicologia em casos de atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica, identificando as consequências psicológicas para as vítimas de violência, de forma que haja uma compreensão para a produção e a sensibilização de desenvolvendo de materiais para estudo da violência doméstica, como também, registrar os tipos

de violências domésticas existentes.

Sendo assim, deve-se levar em consideração hipóteses para este artigo que é a de que os homens crescem sendo ensinados que para mostrar força e superioridade, a violência é uma resposta simples, rápida e efetiva e que o uso de substâncias psicoativas desencadeia o comportamento agressivo que foi ensinado por anos.

É comum em casos de violência, a vítima seguir comportamentos autodestrutivos como uso de substâncias psicoativas, segundo Zilberman e Blume (2005, p.2)

O uso de substâncias psicoativas (pelo perpetrador, pela vítima ou por ambos) está envolvido em até 92% dos episódios notificados de violência doméstica.

O álcool frequentemente atua como um desinibidor, facilitando a violência. Os estimulantes como cocaína, crack e anfetaminas estão frequentemente envolvidos em episódios de violência doméstica, por reduzirem a capacidade de controle dos impulsos e por aumentar as sensações de persecutoriedade.

Segundo Garbin, et.al (2006) são várias as causas para não denunciar o agressor entre elas a dependência financeira, emocional, medo e a impunidade. O pré-conceito das autoridades colabora para a dificuldade das mulheres procurarem por justiça, já que de uma forma ou outra elas, mesmo vítimas, serão julgadas por muitos como a culpada da violência.

Por esta razão ela neces-

sita de uma ajuda externa que a auxilie a criar mecanismos para mudar sua realidade e superar as sequelas deixadas pelo processo de submissão às situações de violência. (HIRIGOYEN, 2006). Sendo assim, busca-se nesse trabalho mostrar os tipos de violência contra a mulher, os testes que podem ser aplicados, relatos atuais como o aumento de casos na quarentena e a lei Maria da Penha, uma conquista demorada, porém, muito necessária.

O trabalho do Psicólogo nesses casos mostra-se de suma importância já que além de ter um ouvido terapêutico, irá auxiliar a vítima com caminhos que ela ainda não consegue enxergar seja por medo ou falta de conhecimento. Os grupos de apoio se mostram também fundamentais já que a vítima não está sozinha e não é a única que passa por esse tipo de problema. O autoconhe-



cimento fará com que a vítima recupere sua autoestima e o tratamento psicológico pode durar meses ou anos até essa “ferida” cicatrizar.

Para a realização deste trabalho, foi necessário o uso da pesquisa descritiva para que a dupla analisasse os dados onde comprovassem o aumento de casos de violência doméstica contra a mulher durante a pandemia junto a uma análise do papel do psicólogo em casos de violência contra a mulher e como deve ser feito o trabalho do mesmo, importante destacar também a forma em que a mulher tende a se comportar após as agressões e como deve ser feita a intervenção ofertando a ajuda necessária para cada caso.

Foi necessário também o uso da pesquisa exploratória onde foram investigados os fatores que causam essa problemá-

tica, com o objetivo de entender como ocorrem as violências. Para obter o resultado, foi preciso ser feito o uso de pesquisas de referencial teórico, acerca do que causaria ser uma resposta devido à agressão por parte do agressor e qual seria a atitude da vítima que deu abertura para que o agressor agisse de maneira que a agredisse.

No primeiro capítulo deste artigo, abordaremos a definição de violência doméstica e como são caracterizadas. Para o segundo capítulo, será preciso entender a atuação do Psicólogo em casos de violência doméstica, como ele trabalhará, os obstáculos e como auxiliar a vítima da melhor forma possível e será também falado sobre a lei Maria da Penha e suas contribuições. Para então emitirmos nossas considerações finais acerca do que podemos compreender do

estudo em questão.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: Definições e características da violência doméstica

De acordo com o art. 5º da Lei Maria da Penha, violência doméstica e familiar contra a mulher é “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”. Ou seja, a caracterização de violência doméstica parte do princípio de que toda e qualquer agressão física ou moral que chegue a ferir a mulher é considerado crime.

A palavra violência, segundo o dicionário (FERREIRA, 1999), significa qualidade de ser violento; ato de violentar; constrangimento físico ou moral; uso da força; coação. Ponderar sobre a palavra violência nos leva a re-

lacionar a este significado, pois, a palavra contribui para a compreensão do termo e do contexto como um todo.

É necessário entender que o contexto de violência doméstica não é algo novo, e sim, passado por gerações e era baseado no contexto social em que a família tradicional estava inserida: Às margens da violência social, precarização de serviços e possuindo mulheres e crianças sem direitos como cidadãos e se viam dependentes da figura masculina de protetor, chefe da família e provedor das necessidades que esta família apresentava.

Com o passar dos anos e os avanços sociais, a definição de família foi mudando e ainda no século passado, direitos foram conquistados como por exemplo o direito de separação matrimonial e direito à voto. Aos poucos a mulher era vista como cidadã e

podia, enfim, dar sua voz e decidir o que lhe era mais conveniente, e claro, como toda mudança não é bem vista a princípio, os casos de violência doméstica eram frequentes e insolucionáveis graças a precariedade do sistema judicial brasileiro, o caso mais famoso desse relapso, é o da Maria da Penha que, hoje em dia, é uma lei conhecida que visa a proteção à mulher em casos de violência doméstica.

Segundo Lisboa, Patrício, Leandro, (2009, p. 23) “O conceito de violência deve ser entendido como algo dinâmico e reportando aos valores e normas socialmente atribuídos para cada um em determinado momento.” Neste contexto fica visível que no momento em que cada um possui tarefas sociais bem atribuídas e em um determinado momento, ocorre a quebra desses paradigmas, um choque entre o conside-

rado “certo” e o “errado” e o que resulta no comportamento passado para homens, que permanece na sociedade contemporânea, de tentar resolver seus problemas com violência e autoritarismo.

Segundo dados da OMS, em 2013 o Brasil já ocupava o 5º lugar, num ranking de 83 países onde mais se matam mulheres. A violência doméstica virou um ciclo vicioso com aumento constante, onde, a cada dia novas mulheres trazem seus relatos; seja uma agressão física, psicológica, moral ou sexual.

Grande parte das agressões contra as mulheres acontecem em tentativa de separação, onde, elas acabam desenvolvendo complexo de inferioridade, submissão e sensação de isolamento. Estas são apenas algumas das várias consequências deixadas pós agressão, ameaça e/ou humilhação.

Um fator importante em casos de violência doméstica é que ela não distingue etnia, raça, classe social, religião e muito menos orientação sexual, todos os dias surgem novas notícias e relatos de que mulheres sofreram algum abuso e até são dadas como mortas, este último devido a brigas e desavenças que já eram presentes e comuns entre o casal. Ou seja, não existe perfil específico, qualquer mulher está sujeita a sofrer algum tipo de violência doméstica.

É importante ressaltar que apesar de muitas pessoas não conhecerem, a violência doméstica pode ter variações como a violência psicológica, moral, financeira, sexual, patrimonial, moral e todas elas desencadeiam uma série de comportamentos que o agressor pode ter total domínio da vítima se tornando, com o passar dos tempos, casos

mais sérios que podem envolver sequelas ou morte.

Segundo Azevedo e Guerra (1995) o uso do vocábulo Violência Doméstica não corresponde diretamente a um espaço de convívio, já na Lei Maria da Penha, refere-se a toda ocorrência de violência dentro do espaço de convívio, independente de existir ou não vínculo familiar.

A violência contra as mulheres simboliza uma das principais causas de morbidade e mortalidade, sendo delas a sexual no contexto doméstico a mais grave, tornando assim uma grande preocupação uma vez que tem como consequência sequelas físicas e psicológicas. Ambos exercem grande impacto sobre as mulheres, sendo a psicológica com maiores sequelas, tendo em mente que envolvem palavras e atos que humilham a vítima.

Por se tratar de um as-

sunto antigo, a violência doméstica traz dados mundiais que se referem a várias mulheres que já sofreram algum tipo de agressão, seja ela sexual ou física; mas que sempre arremetida por alguém próximo a ela. A violência destaca alguns fatores que se relacionam ao seu vínculo familiar, envolvendo educação, gênero e sociedade.

Em pesquisa realizada por Meneghel et al. (2003), foi notado que uma das estratégias de enfrentamento à violência que as participantes de seu estudo mais utilizavam no dia a dia era o suporte familiar, geralmente formado por outras mulheres, como mães, avós, tias ou vizinhas. Outras estratégias mostradas por elas foram: abstinência sexual, recusa em conceder favores sexuais, além da separação e reconstituição da família, embora em diversos casos a situação de

violência se repita com outro parceiro.

É necessário políticas públicas, incentivos governamentais seja por parte do ministério da saúde e do ministério da justiça para que casos de violência doméstica sejam evitados. Segundo Oliveira e Cavalcante (2007), “políticas públicas podem ser entendidas como as respostas do Estado às demandas sociais de interesse da coletividade” (p. 44). As autoras mostram como a violência pode causar regressão social e o surgimento das políticas públicas servem como mecanismo para solução de problemas de violência doméstica.

A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA EM CASOS DE VIOLENCIA DOMÉSTICA

A atuação do psicólogo

em casos de violência doméstica não se restringe apenas na mulher, sendo necessário levantamento de dados e confecções de relatórios. O ato da violência contra a mulher lhe acarreta vários sintomas deixando sequelas e consequências por toda sua vida. Oliveira (2010) faz a caracterização de violência seja social ou física como amplo, a doméstica vem em constante crescimento durante os anos deixando marcas e mostrando a grande desigualdade entre homem e mulher.

Segundo Silva, (1992, p.26).

As representações acerca da mulher, seja na relação familiar ou na sociedade, passam pela concepção de fragilidade, dependência e submissão, que dão ao homem o direito de tutela sobre ela. Essa situação é frequen-

temente posta como se fosse uma questão inerente à natureza das mulheres e não fruto de uma ideologia que tende a reproduzir uma ordem social baseada nas relações de poder.

Para a OMS (2002), a violência doméstica se caracteriza por: violência interpessoal vista como doméstica, autoprovocada sendo contra si mesmo e a coletiva onde se relaciona a grupos políticos. Sendo assim, entende-se como uma negação para com o outro, uma desvalorização e falta de respeito contra a mulher. Em grande parte, as agressões partem do homem que vê a mulher como um objeto e querendo ter prioridade e poder sobre ela.

Consta-se que as mulheres vítimas de violência doméstica

ca procuram serviços de saúde devido a algum problema que surgiu em meio a violência sofrida e não para relatar o que aconteceu. Ao atendê-las é necessário que o profissional analise de maneira apurada o motivo o qual a vítima procurou o local e assim possa tornar mais fácil o relato na área.

Formas de Violência contra a mulher

Segundo Comino, 2016, a violência contra a mulher pode ser caracterizada em:

- Física: Caracterizada por qualquer atitude que agrida e que cause danos à integridade ou a saúde da mulher; por exemplo: empurrar e ameaçar.
- Psicológica: Caracterizada quando

a dano emocional e/ou diminuição da autoestima da vítima, e que possa prejudicá-la quanto ao seu desenvolvimento;

- Sexual: Entende-se como conduta que constrange a vítima obrigando-a a presenciar ou participar de relação sexual não desejada;

- Patrimonial: Qualquer conduta que configure subtração ou destruição parcial ou total de objetos, documentos pessoais, bens materiais;

- Moral: Configura-se como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Segundo Kashani; Allan (1998) existe uma violência pouco divulgada contra a mulher que

é a psicológica, onde não provoca marcas físicas, mas sim internas, que ao decorrer da vida destrói toda sua autoestima. O agressor humilha, despreza e culpa a vítima de forma que ela se sinta inferior. Devido à violência psicológica, a vítima pode chegar a praticar o suicídio.

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO

As consequências da violência doméstica contra a mulher são delicadas e deixam lembranças que perduram por longos anos, além de que, as marcas físicas causam enormes danos emocionais, como por exemplo: Influências na vida sexual da vítima, a baixa autoestima e a enorme dificuldade em criar laços. Os sintomas psicológicos encontrados com maior frequência nas vítimas são: insônia, falta de concentração, como também depressão, ansiedade e estresse

pós-traumático.

De acordo com Dutra (2008) não se pode pensar no sujeito sem levar em consideração sua história de vida e o meio no qual ele se insere. Por estes motivos se faz necessário à atuação do psicólogo com as vítimas, tendo ciência de que são grandes as sequelas existentes em todas as mulheres que sofreram algum tipo de agressão, seja física ou psicológica. É preciso que o psicólogo atue com ela uma forma de superação para todos os medos e traumas deixados, como por exemplo, o sentimento de submissão à outra pessoa. Outro objetivo do atendimento psicológico as mulheres é fazer com que elas recuperem sua condição de sujeito, tal como a sua autoestima. (HIRIGOYEN, 2006; SOARES, 2005).

Atuação do Psicólogo no aten-



dimento às mulheres vítimas de Violência Doméstica

O psicólogo, independente, da abordagem ou método escolhido para realizar esse tipo de atendimento, deverá primeiramente criar um “rapport” e um vínculo terapêutico com a vítima, fazendo com que ela se sinta num ambiente seguro e confiável, pois, somente desta forma, ela conseguirá compartilhar as experiências vividas que lhe causaram sofrimento (SOARES, 2005; PIMENTEL, 2011).

Segundo Hirigoyen (2006), algumas etapas precisam ser seguidas durante o processo terapêutico com mulheres que já foram ou são vítimas de violência doméstica. O primeiro passo da psicoterapia é fazer com que a mulher enxergue a violência sofrida, pois, muitas mulheres possuem dificuldades para perceber que se encontram numa relação

composta por violência. Acreditam que por já ter vivido algo similar, torna-se um comportamento natural na relação; o que dificulta o processo para identificação. A partir do momento em que a mulher reconhece a violência feita contra ela, dará início a um novo processo de evolução quanto à situação em que se encontra.

O PAPEL DO PSICÓLOGO NO ATENDIMENTO AOS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A realização de intervenções nesse contexto se faz necessária uma compreensão sobre a atitude do homem em cometer violência contra a mulher, pois, inicialmente o agressor era visto como um portador de alguma psicopatologia. Com os avanços dos estudos foi possível identi-

car que a presença dos distúrbios não é causa de violência cometida contra a mulher. Algumas tentativas de explicar a agressão por parte do homem se relaciona ao uso de álcool e drogas, quando na verdade, existem homens que mesmo sem o uso de substâncias cometem o ato de agressão. (AGUIAR, 2009).

Aguiar (2009) diz que é difícil encontrar um padrão de homem que violenta a mulher e diz que nenhuma está livre desse possível ato já que pode atingir qualquer classe, etnia e cultura, porém em homens algumas características se mostram presentes como as ideias mais rígidas em relação ao papel da mulher na sociedade e na família.

Sendo assim, Aguiar (2009) e Oliveira & Gomes (2011) complementa dizendo que o trabalho com os homens nesses casos é feito em grupo educati-

vo ou reflexivo onde os homens possam refletir sobre seus comportamentos, como chegaram a eles e as consequências que trazem com o que foi aprendido por questões de gênero, por exemplo, o homem foi criado para reprimir sentimentos como tristeza, saudade e amor para se encaixarem socialmente.

O trabalho com homens nesse contexto passa a ser delicado já que a forma que será trabalhada não é punitiva, mas sim educacional. “[...] Outro cuidado necessário é não emitir nenhum juízo de valor sobre o homem agressor, pois, se isso ocorrer, impossibilita que ocorra o vínculo terapêutico e como consequência o trabalho do psicólogo fica prejudicado. (AGUIAR, 2009; OLIVEIRA, 2011)”

As intervenções grupais então surgem como a melhor forma de intervenção psicológica

nesses casos por conta de:

As intervenções grupais são, portanto, as que geram efeitos mais positivos no trabalho com autores de violência doméstica, já que, no consultório privado, o homem tende a se esquivar dos assuntos relacionados à violência. No trabalho em grupo, o homem agressor se identifica com os outros membros do grupo, pois percebe que eles compartilham de formas semelhantes de pensar, agir e sentir. Ele pode enxergar no outro algo que não percebia em seu comportamento. No contexto grupal, a defesa e resistência do homem em falar sobre seus conflitos são menores, pois ele percebe que não é o único a possuir esses conflitos e pensamentos. Quando

percebe no outro um pensamento machista, ele passa a refletir sobre seus próprios valores e pontos de vista, bem como sobre suas formas de agir. Estes grupos reflexivos abrem espaços para a discussão de temas que em seu cotidiano, não são pensados nem discutidos. (AGUIAR, 2009; ANDRADE & BARBOSA, 2008; MARQUES, 2007).

Levando em consideração a forma de intervenção, Tenório (2012) “ratifica dizendo que o objetivo desta intervenção, é mostrar uma reflexão ao agressor e trazer a responsabilidade à ele para que possam trabalhar, ter o cuidado em relação a insegurança do homem já que ele pode possuir carência afetiva ou outra vivência traumática e conscientizar em relação aos princípios ma-

chistas que aderem a prevalência da superioridade masculina à feminina.”

Lei Maria da Penha

Apesar do que se pensa, a lei Maria da Penha não foi promulgada pelo fato do Brasil proteger seus cidadãos, nesse caso específico, as mulheres. O fato foi de que em 2001 o Brasil foi condenado no sistema Interamericano de Direitos Humanos sendo assim, apenas em 2006, o então presidente Lula instaura a Lei Maria da Penha.

O Brasil sendo considerado omissos na luta por justiça de Maria da Penha Maia Fernandes foi obrigado a criar uma política pública de atendimento a casos como o da Maria da Penha, evitando que mulheres como ela ficassem desamparadas e seus agressores impunes. Essa lei pro-

move estratégias no combate a violência contra a mulher, mas diferente da maioria delas, essa lei mostra que neste caso a punição ao agressor não é o que fará com que a violência acabe já que a causa está enraizada na cultura brasileira e apenas punir não faria com que as agressões diminuíssem, justamente por prever atendimento integral à vítima e determinar a criação de oportunidades de conscientização é que a lei se tornou internacionalmente reconhecida e celebrada.

Segundo Gherini (2019) “Para que a lei seja aplicada é necessário que a vítima seja mulher [...] Outro fator relevante, e que poucos sabem, é que o agressor não precisa ser um homem para que a Lei Maria da Penha possa ser aplicada.” Apesar da lei e da forma que ela é executada, os números cresceram, principalmente durante a pandemia do coronaví-

rus.

será bastante abordado no futuro mercado de trabalho.

CONSIDERACOES FINAIS

Durante o desenvolvimento deste trabalho foi abordado sobre a violência doméstica e como o Psicólogo deve agir diretamente com a vítima, foi analisado fatores como a lei Maria da Penha que teoricamente protege as vítimas, as formas de violência que apesar do que se pode pensar, não existe apenas na forma física, as consequências na vítima que as agressões podem causar e a forma que o Psicólogo trabalha perante casos como estes. Este tema é de imensa importância para os estudantes de Psicologia já que os casos de violência doméstica estão cada vez mais frequentes como também traz os tipos de violência e alguns meios de ajuda à vítima, por ser algo que provavelmente

Referências

- AGUIAR, Luiz Henrique. Gênero e Masculinidade: follow-up de uma intervenção com homens autores de violência conjugal. Dissertação de Mestrado. Programa de PósGraduação em Psicologia: Universidade de Brasília, 2009.
- AZEVEDO, M. A. & Guerra, V. (1995). Violência doméstica na infância e na adolescência. São Paulo: Robe Editorial.
- BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em 17 de Dezembro de 2020
- COMINO, Tamires Maria. A Atuação Direta do Psicólogo com Mulheres Vítimas de Violência Doméstica. Psicólogo,

- [S.l.]. (2016). Disponível em <<https://psicologado.com.br/atuacao/psicologia-juridica/a-atuacao-direta-do-psicologo-com-mulheres-vitimas-de-violencia-domestica>> . Acesso em 25 Jun 2020.
- DATASENADO. Violência doméstica e familiar contra a mulher. Secretaria de Transparência. Mar. 2013.
- DUTRA, E. Considerações sobre as significações da psicologia clínica na contemporaneidade. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 9, 381-387, 2004.
- FERREIRA, A. B. H. (1999). *Novo Aurélio século XXI: o dicionário de língua portuguesa (3ª ed., rev. e ampl.)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira
- GARBIN, Cléa Adas Saliba et al. Violência doméstica: análise das lesões em mulheres. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 12, p. 2567-2573, Dec. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&piX2006001200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 de Agosto de 2020.
- GHERINI, Pâmela Michelena Marchi. 13 anos da Lei Maria da Penha: entenda quando ela pode ser usada. *Catracalivre*, 2019. Disponível em <https://catracalivre.com.br/cidadania/13-anos-da-lei-maria-da-penha-entenda-quando-ela-pode-ser-usada/>. Acesso em: 26 de Junho de 2020
- HIRIGOYEN, Marie France. *A violência no casal: da coação psicológica à agressão física*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006
- INSTITUTO MARIA DA PENHA. *Cartilha de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher. Projeto Contexto: Educação, Gênero, Emancipação. Plataforma Educação Marco Zero*. Fortaleza, 2018.
- KASHANI, Javad H.; ALLAN, Wesley D. *The impact of family*

violence on children and adolescents. Thousand Oaks, Ca: Sage, 1998.

Lisboa, Manuel, Joana Patrício, Alexandra Leandro (2009), “Considerações teóricas e conceituais relevantes para o estudo”, In Manuel Lisboa (Coord.), Violência e Género – Inquérito Nacional sobre a Violência exercida contra Mulheres e Homens, Lisboa, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Meneguel, S., Barbiani, R., Steffen, H., Wunder, A., Roza, M., Rotermund, J., Brito, S. & Kordorfer, C. (2003). Impacto de grupos de mulheres em situação de vulnerabilidade de género. Caderno de Saúde Pública, 19(4),955-963.

Oliveira. A. P. G. & Cavalcanti, V. R. S. (2007). Violência doméstica na perspectiva de género e políticas públicas. Revista Brasileira Crescimento Desenvolvi-

mento Humano, 17(1),39-51

OLIVEIRA, Kátia Neves Lenz César de. Quem tiver a garganta maior vai engolir o outro: sobre violências conjugais contemporâneas. São Paulo: Casa do Psicólogo.

OMS, Informe Mundial sobre Violência e Saúde 2002. Disponível em http://www.who.int/violence_injury_prevention/ Acesso em: 23 de Junho de 2020.

PIMENTEL, Adelma. Violência Psicológica nas Relações Conjugais – Pesquisa e Intervenção Clínica. São Paulo: Summus, 2011.

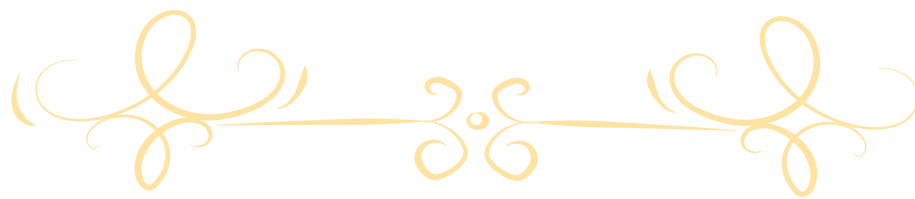
SILVA, Marlise Vinagre. Violência contra a mulher: quem mete a colher? São Paulo: Cortez 1992.

SOARES, Bárbara M. IN: BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Enfrentando a Violência contra a mulher – Brasília: Secretaria Especial de

Políticas para as Mulheres, 64p.
2005.

TENÓRIO, Carelene Maria Dias.
Acompanhamento Psicossocial
em Grupo de Autores e Vítimas
de Violência Conjugal. Trabalho
Apresentado no Congresso de
Gestalt Terapia. UniCeub, Brasília.
2012.

ZILBERMAN, Monica; BLU-
ME, Sheila. Violência doméstica,
abuso de álcool e substâncias
psicoativas. Rev Bras Psiquiatr.
São Paulo. 2005. Disponível em:
[https://www.scielo.br/pdf/rbp/
v27s2/pt_a04v27s2](https://www.scielo.br/pdf/rbp/v27s2/pt_a04v27s2) Acesso em:
25 jun 2020.



Estudos Interdisciplinares



TERRAS INDÍGENAS: DA COLÔNIA A ATUALIDADE

INDIGENOUS LANDS: FROM THE COLONY TO CURRENTITY

Gabriela Carneiro Macedo¹

Bruna Silva de Souza²

Giovana Menezes da Cruz Lima³

Pedro Alves do Carmo Neto⁴

Bruno Oliveira Santos⁵

Resumo: Este artigo enfoca na problemática da demarcação do território indígena no Brasil, identificando todo o processo histórico, desde a colonização até os dias atuais. Utilizando de uma pesquisa bibliográfica e apresentando dados e fatos que fundamentam todo o entrave que os indígenas passam desde a chegada dos portugueses, foi possível identificar toda problemática em torno do direito territorial indígena. Além disso, foi realizada uma pesquisa descritiva, feita a partir de um questionário com o intuito de aproximar o apresentado com a opinião pública e esclarecer

120

1 Graduandos do curso de direito da Faculdade Nobre de Feira de Santana

2 Graduandos do curso de direito da Faculdade Nobre de Feira de Santana

3 Graduandos do curso de direito da Faculdade Nobre de Feira de Santana

4 Graduandos do curso de direito da Faculdade Nobre de Feira de Santana

5 Graduandos do curso de direito da Faculdade Nobre de Feira de Santana

qual a posição dos aborígenos perante a sociedade em geral, na atualidade. Ademais, as perguntas feitas ao povo, ratificou o pensamento de que, ao longo dos anos, os índios têm perdido mais que ganhado, o que não se trata só de riqueza, mas de cultura, história e legitimidade como o povo nativo desse Estado. Portanto, tem-se que os malefícios da colonização refletem até hoje na vida dos indígenas, que se antes eram os “donos” das terras, hoje precisam lutar pelos seus direitos para garantir a sobrevivência e as poucas demarcações que lhes restam.

Palavras chaves: demarcação territorial, terras indígenas, colonização, capitalismo, atualidade.

Abstract: This article focuses on the problem of the demarcation of indigenous territory in Brazil,

identifying the entire historical process, from colonization to the present day. Using a bibliographic search and presenting data and facts that justify all the obstacles that the indigenous people face since the arrival of the Portuguese, it was possible to identify all the problems surrounding indigenous territorial law. In addition, a descriptive research was carried out, based on a questionnaire to approximate what was presented with public opinion and to clarify the position of aborigines before society in general, today. Furthermore, the questions asked to the people, confirmed the thought that, over the years, the Indians have lost more than won, which is not only a matter of wealth, but of culture, history and legitimacy as the native people of that State. Therefore, it is clear that the evils of colonization still reflect in the

lives of the indigenous people, who were formerly the “owners” of the land, today they must fight for their rights to guarantee their survival and the few demarcations that remain.

Keywords: territorial demarcation, indigenous lands, colonization, capitalism, present.

INTRODUÇÃO

Em meados de 1500, vivendo um cenário de euforia mercantilista e de busca por um novo caminho marítimo para chegar ao oriente, o português Pedro Álvares Cabral chega, por acidente, ao território, hoje, denominado Brasil. Inicialmente, não se interessaram pelas terras brasileiras, nem acharam riquezas ou exploraram o território, encontraram apenas um povo com costumes muito diferentes dos europeus, chamando-os de índios (COSTA,

M., 2016). A carta do descobrimento, descrevendo a população indígena demonstra a discrepância existente entre essas culturas, como escrito por Pero Vaz de Caminha (1500):

A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos, narizes, bem-feitos. Andam nus, sem nenhuma cobertura. Nem estimam de cobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto.

O processo de colonização não demorou a acontecer e os índios, que eram vistos como selvagens, tiveram que se adequar ao modelo instituído pela coroa e pelos itinerantes portugueses. De forma violenta e agressiva ocorreu a catequização, o ensino da língua portuguesa e a utilização

da mão de obra de modo análogo a escrava, retirando dos nativos o direito de possuir a sua terra, a própria identidade e a dignidade (RIBEIRO, D.,2006).

O período colonial vivido pelo país, juntamente com os diversos processos históricos vividos ao longo dos anos, trouxe grandes perdas culturais e religiosas ao povo indígena, refletindo na situação precária vivida na atualidade por essa parcela e no baixíssimo asseguramento aos seus direitos humanos e territoriais. Mesmo já tendo conseguido algumas conquistas, por meio da legislação e da criação das organizações que garantem proteção, os aborígenos ainda sofrem com a falta de normas efetivas e assistência jurisdicional.

A população indígena, no cenário brasileiro contemporâneo, enfrenta grandes problemas, por meio de brigas judiciais

e físicas, com a demarcação de terras.

A Constituição Federal brasileira, no artigo 231, garante o reconhecimento a cultura, organização e, principalmente, o direito sobre o território que tradicionalmente ocupam. Porém, mesmo possuindo respaldo constitucional, as regiões pertencentes ao povo aborígene correm riscos com os ataques de grandes empresários, fazendeiros e políticos, sendo esse fato veiculado, amplamente, pelas mídias sociais.

A evolução do capitalismo e da questão latifundiária no Brasil, trazendo a terra um caráter de mercadoria e geradora de altos lucros, acarretou em diversas expropriações e expulsões dessa população tradicional. Aos índios que resistiram, e ainda continuam resistindo, restou sobreviver com as ameaças e lutas



contra os avanços das variadas formas de exploração comercial. Outro fator preponderante, e que gera o interesse da classe economicamente dominante, é a vasta riqueza natural que as regiões ocupadas pelos indígenas possuem, atraindo o agronegócio e impulsionando os embates jurídicos e conflitos físicos, que são uma realidade brasileira (SILVA, E., 2018).

Portanto, os processos históricos e o sistema econômico, desenvolvido pelo país, trouxeram perdas incalculáveis a população indígena, trazendo destaque a importância de refletir sobre a história e discutir sobre o direito territorial e a concretização das leis de defesa já existentes, com o objetivo de reparar os danos sofridos, permitir o pleno desenvolvimento da sua cultura e assegurar a possibilidade de viver livremente, conforme a sua

tradição.

CONTEXTO HISTÓRICO E A EXPROPRIAÇÃO INDÍGENA

A população indígena, segundo o censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), chega a, aproximadamente, novecentos mil pessoas, sendo estas divididos em 305 etnias. Representando, apenas, 0,4% do povo brasileiro, os índios estão convivendo com o descaso político, as frequentes disputas territoriais e a luta assistencial, reflexo da exploração histórica e da falta de direitos dos aborígenos ao longo dos anos.

O Brasil esteve durante séculos sob o domínio português, fato que resultou na retirada de muitas riquezas naturais e culturais, além da dizimação de milhares de indivíduos, principalmente, dos povos tradicionais

e nativos. Segundo Fernando Bastos (1956), só no litoral brasileiro somavam um milhão de índios, sendo grande parte de origem Tupi. A partir dos dados apresentados, é possível notar a quantidade de indivíduos que morreram e as tradições que ficaram esquecidas no caminho.

Os portugueses quando chegaram aqui, encontraram um povo diferente, com costumes, religião, cultura e tradição nunca antes vistos. Já desenvolviam a agricultura, principalmente, os povos tupis, que representavam maioria no litoral, garantindo a alimentação no cultivo de milho, mandioca, batata-doce, entre outros ingredientes. Faziam também atividades de caça, pesca e, posteriormente, pastoreio (RIBEIRO, D., 2006), ou seja, os indígenas usufruíam e dependiam totalmente da terra e dos frutos gerados por ela.

Buscando a dominação e o ganho da confiança desses indivíduos, que possuíam muito conhecimento sobre o território brasileiro, iniciou-se um sistema de trocas de informação e trabalho por mercadorias irrisórias mas novas para o povo indígena. Conquistando o monopólio brasileiro e desejando a posse efetiva da terra, logo esse sistema foi deixado para trás e a escravização passou a vigorar, com muitas mortes aborígenes no caminho (COSTA, M., 2016).

Na instauração política do sistema de sesmarias, que eram grandes porções de terra concedidos pela Coroa portuguesa a homens ricos e da confiança do rei, foi realizado o Alvará Régio de 1680, e posteriormente reforçado pela Lei Pombalina em 1755, o direito do domínio dos índios sob as terras já ocupadas por eles, sem que possa ocorrer inva-

sões e explorações (FUNAI). Na prática, o que ocorreu, novamente, foi a exploração territorial e a dominação indígena resultando na grande concentração de terras nas mãos das classes agrárias e na desigualdade da distribuição fundiária no Brasil.

A sociedade colonial passou por mudanças, porém ainda possuía a mesma estrutura social. Os índios tiveram a sua mão de obra substituída, em boa parte, pela de negros africanos que eram exportados e possuíam maior força física para trabalho, este fato, no entanto, não deu a liberdade nem assegurou direitos e, menos ainda possibilitou a reapropriação das terras que eram do povo nativo. Ao contrário disso, os índios continuaram a ser tratados como um povo sem civilização e racionalmente inferior, sendo subjugados das mais variadas formas pelo modelo

imposto e tendo a sua fonte de sobrevivência – a terra- tomada pela monocultura com o objetivo de angariar riquezas.

A retirada dos índios do local onde viviam afetou, diretamente, a subsistência, a tradição e a sobrevivência do índio, portanto a questão fundiária para os aborígenos tornou-se um problema que só foi intensificado com o tempo. Após a declaração da independência, o pensamento continuava sendo a dominação para a eliminação e a questão territorial indígena tornou-se um problema muito maior.

Segundo Maria Hilda (2010, p.2),

[...]no tocantes ao destino das populações indígenas, a questão do lugar a ser ocupado por essas populações sempre foi um problema de difícil solução.

Admiti-las como os primitivos proprietários do país, implicava no reconhecimento do seu direito ao território que ocupavam, o que contrariava os interesses das elites e da população em geral, segmentos sociais defensores da expansão continuada do processo de conquista e exploração das terras que compunham, como um todo, o território nacional.

Nesse sentido, a elite e o governo da época discutiam entre eliminar os indígenas para retirar esse obstáculo ao progresso de apropriação das terras brasileiras ou manter a exploração da mão de obra aborígine, desvalorizando, continuamente, o papel nativo na sociedade. Em 1850, então, a lei de Terras regulamentou a questão fundiária, legitimando

o latifúndio, institucionalizando diversas formas de apropriação e permitindo aos fazendeiros realizar a agricultura em alta escala (SILVA, E.C.A.,2018).

O direito territorial indígena só foi, firmemente, debatido e assegurada juridicamente na constituição no fim do governo provisório de Getúlio Vargas. Ademais, esta garantia legislativa não foi colocada em prática e a população indígena continuou a ser negada em relação aos seus direitos. Nos governos subjacentes, a população aborígine continuou sem receber a assistência necessária e nem o ressarcimento dos danos culturais e das perdas territoriais que sofreram com a retirada da terra em que produzia e morava e a exploração de seu trabalho.

O interesse capitalista aumentou, e a questão indígena sobrevive, até hoje, com a incer-



teza de ter as suas terras atacadas, constantemente, por fazendeiro e empresários, apoiados, na maioria das vezes, pela política brasileira.

GARANTIAS LEGISLATIVAS E SUA EVOLUÇÃO COM O TEMPO

No período colonial, como tratado anteriormente, houveram duas leis - o Alvará Régio e a Lei Pombalina – que defendiam o direito territorial indígena, protegendo, legalmente, de invasões e dizendo, expressamente, que aquela região era dos índios. Porém, essas leis não foram suficientes para controlar a retirada da terra indígena e nem o processo de exploração vivido nesse período.

No período imperial, a lei de Terras, de 18 de setembro de 1850, de modo contraditório ao objetivado por essa legisla-

ção, trouxe o artigo 72 esclarece que,” serão reservadas as terras devolutas para colonização e aldeamento de indígenas, nos distritos onde existirem hordas selvagens.”, e o artigo 75:

As terras reservadas para colonização de indígenas, e para eles distribuídas, são destinadas ao seu usufruto; não podendo ser alienadas, enquanto o Governo Imperial, por ato especial, não lhes conceder pelo gozo delas, por assim o permitir o seu estado de civilização. (BRASIL,1850)

Em 1934, a Constituição republicana outorgada por Getúlio Vargas, a posse territorial indígena foi assegurada no artigo 129, “Será respeitada a posse de terras de silvícolas que nelas se achem permanentemente loca-

lizados, sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las.”. Esta garantia foi novamente citada nas Constituições seguintes – 1937 e 1946 – trazendo ênfase aos direitos aborígenos.

Em 1967, instituída no período de regime militar, apesar do seu caráter repressivo, a Constituição expressou que os indígenas teriam o direito não só de possuir, mas também de usufruir dos recursos naturais e de todos os bens provenientes da terra. A emenda constitucional de 1969, acrescentou a legislação um parágrafo anulando os efeitos jurídicos que utilizem como objeto os territórios ocupados por populações indígenas, preservado ainda mais os direitos territoriais.

Anos mais tarde, foi instituído, por meio da Lei 6.001 de 19 de setembro de 1973, o Estatuto do Índio que expressa uma série de regulamentações sobre

direitos civis, assistenciais, trabalhistas e territoriais, além de uma série de definições jurídicas acerca da vida indígena. Entre os assuntos tratados e os conceitos instaurados, está o de terras indígenas que segundo o artigo 17, trata-se de terras ocupadas ou habitadas, bem como as que estão no domínio indígena, e as que são reservadas pela união para que possam viver e obter a subsistência.

Somando-se a isso, o estatuto foi um dos primeiros documentos legislativos que falou sobre a demarcação das terras indígenas, no artigo 19, dizendo quais regiões são de posse permanente indígena e dando o prazo de cinco anos para que a delimitação ocorresse, conferindo, também, assistência da União e das Forças Armadas para assegurar a região habitada. Além disso, e do fato de poder usufruir

da terra e de todos os bens provenientes dela, as áreas de propriedade aborígene só poderá sofrer intervenção por motivos de segurança e saúde pública.

A Constituição Federal do Brasil de 1988, que está em vigor até a atualidade, conta com diversas disposições sobre as terras e a vida indígena, ampliando os conceitos dispostos na constituição anterior e reforçando os aspectos descritos no Estatuto do Índio. O reconhecimento a organização social, os costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos territoriais no documento considerado a Carta Magna do país trouxe maior prestígio a cultura dos índios. Com isso, a constituição, conhecida como cidadã, deixou para trás a ideia, retrograda, que acreditava na integração e adaptação dos indígenas a sociedade, para que fossem incorporados nela, e colocado

uma ideologia valorativa nos dispositivos presentes.

Fernando Henrique Cardoso, presidente do Brasil entre 1995 e 2003, baixou o Decreto 1.775 de 8 de janeiro 1996, que buscava dispor sobre os procedimentos administrativos para a demarcação de terras aborígenes e estabelecendo prazos curtos para que fossem efetuadas as demarcações territoriais. Esse decreto foi relevante, e é utilizado até os dias atuais, pelo estado brasileiro.

Todos os documentos legislativos elencados, tinham como objetivo regulamentar os direitos territoriais indígenas e salvaguardar a cultura e a tradição, visto que a terra possui função fundamental para a subsistência, manutenção da vida e dos aspectos sociológicos da comunidade indígena.

DEMARCAÇÃO DE TERRAS NA ATUALIDADE

Segundo dados do Funai, existem hoje no Brasil 462 terras demarcadas, ou seja, cerca de 12,2% do território nacional, localizado em todos os biomas, pertencem aos índios. Outra pesquisa feita pelo órgão, indica que, dessas terras regulamentadas, 8% não estão plenamente em posse indígena. Estes dados mostram que mesmo com as diversas leis de proteção territoriais, esse direito não está sendo efetivado, demonstrando que a questão da demarcação de terras é um problema no país.

A questão fundiária envolve interesse antagônicos: por um lado os indígenas, querendo usufruir da terra concedida legalmente pela União, e de outro os grandes proprietários de terra, buscando aumentar seus lucros e explorar. Este impasse tem ge-

rado muitos conflitos, principalmente nas regiões Norte, Sul e Sudeste que possuem maior contingente populacional de índios, levando ao aumento da morte de aborígenos.

Segundo dados do CPT (Conselho Pastoral da Terra), em 2013 houve o assassinato de 15 índios motivados pela disputa de terra e, um dado mais recente, mostra que em 2019 morreram 7 lideranças indígenas em conflitos no campo. Desse modo, é possível perceber que, ao contrário do que foi assegurado, o governo federal não tem intervindo para assegurar os direitos conquistados, permitindo que muitas vidas indígenas sejam perdidas.

A política brasileira, no entanto, durante toda a sua história, buscou beneficiar as classes com maior poder aquisitivo e potencializar os ideais capitalistas. Nessa perspectiva, o Congresso

Nacional Brasileiro conta com a chamada Bancada Ruralista, que se formou a alguns anos, representando os interesses dos latifundiários e do agronegócio e criticando as leis trabalhistas e ambientais. Desde 2016, com a posse de Michel Temer como presidente e o apoio dele a esses deputados, uma série de medidas que pretendem permitir a agricultura em terras indígenas e vedar a expansão das demarcações.

Com pouca representação no congresso e o interesse no crescimento econômico predominando, a população indígena vem perdendo muitos direitos e os que ainda restam não são eficientemente aplicados, deixando essa parcela da população carente de ações efetivas e a mercê do grande capital.

A situação política no país tem caminhado de modo cada vez mais desfavorável as co-

munidades indígenas. Desde que o atual presidente Jair Messias Bolsonaro assumiu o governo do país, diversas ações têm sido feitas para travar o processo de demarcação de terras. Somando-se a isso, o governante expôs durante muitas declarações oficiais que não pretende demarcar nenhuma terra indígena em seu mandato.

Segundo um levantamento da Agência Pública, cerca de 114 certificações a fazenda foram aprovadas, pelo Sistema de Gestão de Terras, em terras não homologadas, ou seja, regiões que estavam esperando o decreto presidencial para serem demarcadas. Muito mais do que uma questão político-partidária, trata-se de manter um posicionamento que busca reduzir os direitos instituídos constitucionalmente, agir ilegalmente e retroceder os direitos que foram adquiridos com muita luta pelos aborígenos.

Desse modo, é possível concluir que a demarcação de terras é um assunto que precisa ser mais debatido e que, apesar da maioria dos pesquisados concordar com a demarcação de terras, o ideal integracionista, de que todos devem ser tratados como uma unidade, disseminado durante muitos anos na sociedade, ainda reflete na atualidade. Essa opinião majoritária contribui para o avanço dos ideais capitalistas, de leis que beneficiem esse sistema e a inserção dos indígenas e suas terras no campo econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de pesquisa feito nesse artigo, que tem como objetivo ampliar a discussão acerca do problema territorial indígena, conta com referenciais literários e históricos para entender esse problema que persiste na

sociedade hodierna. Nessa perspectiva, foram feitas reflexões sobre como a falta de asseguramento dos direitos indígenas de hoje em dia, tem profunda ligação histórica com a origem do que hoje chamamos de Brasil, e essa ligação é exposta não apenas pela história em si, mas também pela legislação que se transforma paralelamente com o país.

O Brasil, apesar de tudo, ainda tem um número considerável de populações indígenas no seu território, e para que seus direitos sejam assegurados é necessário que as discussões e pesquisas no âmbito acadêmico e jurídico sobre o assunto continuem a evoluir cada vez mais, pois essa é a única forma de reparar historicamente esses povos que ainda hoje são hostilizados e maltratados sem que haja, de fato, um protetor de seus interesses. Portanto, é necessário reforçar, ain-

da mais, a luta a favor dos povos que estão no território brasileiro muito antes da chegada dos portugueses.

Diante dos fatos abordados, fica evidente que as legislações que protegem e asseguram os direitos dos povos aborígenes, em relação às suas terras, são extremamente deficitárias e está longe do ideal para que se possa dizer que é de fato justo a forma que o território brasileiro é repartido. A conclusão mais clara que se pode tirar desse artigo que foi apresentado, é que a população geral também precisa lutar por interesses indígenas, pois apenas dessa forma, as políticas públicas direcionadas para esses povos poderão ser implementadas de uma forma eficiente e que se possa lutar contra grandes latifundiários, que são os grandes opositores de povos indígenas, como exposto durante a pesquisa.

Tudo o que foi apresentado ao longo deste artigo, é meramente uma fração da realidade cruel que existe Brasil afora, conscientizar e informar é um dos grandes méritos de que gozam um trabalho acadêmico, que muito além para acúmulo de dados, serve também para expor problemas antepassados que insistem em impregnar a sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS:

COSTA, Marcos. A história do Brasil para quem tem pressa. Rio de Janeiro: Valentina, 1 ed., 2016. SILVA, Elisangela Cardoso de Araújo da. Povos Indígenas e o direito à terra brasileira. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 133, p. 480-500, set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ssoc/n133/0101-6628-ssoc-133-0480.pdf>. Acesso em: 19

de junho de 2020

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro. São Paulo: Cia da Letras, p. 98-105, 2006.

PARAISO, Maria Hilda B. Construindo o estado da exclusão: os índios brasileiros e a constituição de 1824. Revista Clio, Salvador, v. 28.2, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view-File/24259/19680>. Acesso em: 19 de junho de 2020.

BRASIL. Constituição (1934). Constituição dos Estados Unidos do Brasil: promulgada em 16 de julho de 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 21 de junho de 2020.

BRASIL. Constituição (1937). Constituição dos Estados Unidos do Brasil: promulgada em 10 de novembro de 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 21 de junho de 2020.

www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm.

Acesso em: 21 de junho de 2020.

BRASIL. Constituição (1946). Constituição dos Estados Unidos

do Brasil: promulgada em 18 de setembro de

1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm.

Acesso em: 21 de junho de 2020

BRASIL. Constituição (1967). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada

em 15 de março de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm.

Acesso em: 21 de junho de 2020

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em

5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 de junho



de 2020.

BRASIL. Lei nº601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do império. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm . Acesso em: 21 de junho de 2020

BRASIL. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6001.htm . Acesso em: 22 de junho de 2020.

BRASIL. Decreto 1.775, de 8 de janeiro de 1996. Dispõe sobre o processo administrativo de demarcação de terras indígenas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1775.htm Acesso em: 22 de junho de 2020

“Terras indígenas: o que é?” .Funai. Disponível em: [coes/demarcacao-de-terras-indigenas?li%20mitstart=0#](http://www.funai.gov.br/index.php/nossas-a-</p>
</div>
<div data-bbox=) . Acesso em: 22 de junho de 2020

SASAKI, F. “O poder da bancada ruralista”. Guia do estudante, 2017. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/blog/atualidades-vestibular/o-poder-da-bancada-ruralista-no-congresso/> . Acesso em: 22 de junho de 2020.

FONSECA, Bruno. “Com Bolsonaro, fazendas foram certificadas de maneira irregular em terras indígenas na Amazônia” Publica, 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/05/com-bolsonaro-fazendas-foram-certificadas-de-maneira-irregular-em-terras-indigenas-na-amazonia/> . Acesso em: 22 de junho de 2020

SANSON, Cesar. “Disputas por posse de terra no Brasil mataram 15 índios em 2013, diz CPT”. Instituto Unisinos, 2014. Disponível em: [136](http://www.ihu.unisinos.br/noti-</p>
</div>
<div data-bbox=)

[cias/530682--disputas-por-posse-de-terra-no-brasil-m%20ata-ram-15-indios-em-2013-diz-cot.](#)

Acesso em: 22 de junho de 2020

ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO PARA AS MÍDIAS NA MODERNIDADE LÍQUIDA: DIALOGIA E IN- TERDISCIPLINARIDADE

HIGH SCHOOL AND MEDIA EDUCATION IN LI- QUID MODERNITY: DIALOGY AND INTERDISCI- PLINARITY

Alessandra Maria Martins Gaidargi¹

Resumo: O presente artigo, de caráter teórico-conceitual, aborda a relação entre educação para as mídias e a modernidade líquida, apontando a dialogicidade e a interdisciplinaridade como caminhos possíveis para o estabelecimento de um processo de ensino-aprendizagem acerca da temática com jovens estudantes do Ensino Médio. Este estudo apresenta referencial teórico estruturado sobre os conceitos de diálogo e dialogicidade de Paulo Freire e das condições de liquidez e fluidez das sociedades modernas de Zygmunt Bauman, contextualizadas a partir do momento atual da sociedade, especificamente no âmbito da escola de nível médio direcionada à educação dos jovens. Nas considerações apontamos a viabilidade da dialogia e da interdisciplinaridade freiriana enquanto caminho para uma educação para as mídias integrada à realidade e receptiva às mudanças e atualiza-

¹ Universidade Nove de Julho

ções contínuas do conhecimento demandadas pela modernidade líquida, oferecendo uma proposta de educação emancipatória e libertadora a partir da integração entre escola e todos os tipos de mídias disponíveis.

Palavras-chave: Dialogia; Jovens; Freire; Bauman.

Abstract: This theoretical-conceptual article addresses the relationship between education for the media and liquid modernity, pointing out dialogicity and interdisciplinarity as possible paths for the establishment of a teaching-learning process with young students of High School. This study presents a structured theoretical framework on the concepts of dialogue and dialogicity by Paulo Freire and the conditions of liquidity and fluidity of modern societies by Zygmunt

Bauman, contextualized on the current moment of society, specifically in the context of secondary school aimed at education of young people. In the considerations, we point out the viability of Freire's dialog and interdisciplinarity as a path towards an education for the media integrated to reality and receptive to the changes and continuous updates of knowledge demanded by liquid modernity, offering an emancipatory and liberating education proposal based on the integration between school and all types of media available.

Keywords: Dialogy; Young; Freire; Bauman

INTRODUÇÃO

A escola passa por desafios para se aproximar dos alunos, que cada vez mais se individuali-



zam e buscam conhecimento por conta própria, através dos meios midiáticos e tecnológicos disponíveis. No Brasil, a relação entre escola e comunicação tem sido objeto de muitos estudos e propostas interdisciplinares.

A educação é terreno dialógico, é espaço de encontro de homens e mulheres para, em comunhão, construir o mundo (Freire, 2011b). Sendo local de diálogo é, portanto, espaço que pertence a todos e reflete a sociedade que o entorna. A atividade escolar não é uma parte da vida dos seres humanos, é a própria vida acontecendo dialogicamente, num ambiente onde tudo aquilo que pertence à vida deve estar presente para tornar-se objeto do diálogo – o que inclui as mídias.

Se a escola se propõe a promover educação de mulheres e homens, que se educam em relação e mediatizados pelo mun-

do (Freire, 2011b), a instituição escolar se apresenta local extremamente apropriado para que aconteça o aprendizado sobre as mídias. E, neste mesmo sentido, o aprendizado sobre a tecnologia que permite a comunicação integrada e virtual, diretamente ligada às novas mídias e à acessibilidade que hoje se apresenta. Sabe-se que a informação é, hoje, oferecida em larga escala, porém demanda a avaliação e o senso crítico em sua tradução como conhecimento. Com uma necessidade crescente de checagem permanente de fontes, visto o crescimento acentuado de fake news, cabe à escola o papel de mediadora da relação entre crianças e jovens e mídia. A postura crítica à tecnologia adotada pelas escolas por muitas décadas é hoje ressignificada em relação à identificação do jovem com as tecnologias e, considerando esta

uma parte importante do processo de sua construção de conhecimento, auxiliar na busca pela informação por diversos meios, educando para a utilização das tecnologias e mídias da maneira mais produtiva.

A educação, em si, não transforma a realidade, quem o faz são os sujeitos dialógicos ao educarem-se, mas a educação participa da constituição social (Freire, 2011a). Educação não é locus de reprodução do status quo mas sua função social e humanística requerem que o mundo adentre suas portas exatamente como é para que possa ser transformado.

As mídias na sociedade caracterizam-se, neste momento, como um fluxo contínuo, dentro do paradigma da modernidade líquida (Bauman, 2001; 2010). Neste contexto de relações fluídas, a própria relação entre

educação e comunicação é revisitada a fim de que se encontrem condições de uma educação para as mídias não limitante. A escola que alunos e alunas buscam como caminho para seu desenvolvimento é aquela com que se identificam, por sua vez também com a característica da flexibilidade trazida pela modernidade líquida. Bauman (2010) aponta, em sua obra *Capitalismo Parassitário*, a característica básica de nossa realidade atual:

No mundo líquido moderno, a solidez das coisas, assim como a solidez dos vínculos humanos, é vista como uma ameaça: qualquer juramento de fidelidade, qualquer compromisso a longo prazo (e mais ainda por prazo indeterminado) denuncia um futuro prenhe de obrigações que limi-



tam a liberdade de movimento e a capacidade de perceber novas oportunidades (ainda desconhecidas) assim que (inevitavelmente) elas se apresentarem. (BAUMAN, 2010, p.41)

Desta forma, uma das necessidades da escola passa a ser tornar-se identificável com este aluno que não quer alianças com situações passadas, que se vê acuado pela proposta de um ensino estagnado, onde sua atuação no processo educativo se resume a ouvir e comprovar que aprendeu. Este é um movimento que já vem ganhando força há algum tempo, visto que o conceito de educação bancária (Freire, 2011b), que chega pronta para ser consumida e não construída entre pares, já vem sendo negado quando se leva em conta a poten-

cialidade dialógica do educar. A questão é que, no cenário atual, “a perspectiva de se ver restrito a uma única coisa a vida inteira é repulsiva e apavorante” (Bauman, 2010, p.41) dentro da perspectiva da modernidade líquida, e a educação tem de estar sempre em construção para suprir as expectativas destes alunos e alunas que vivenciam a liquidez em todas as esferas do viver.

Visando integrar o aprender e o viver a realidade surgem projetos de educação para as mídias apoiados em interdisciplinaridade. Reconhecido em alguns movimentos também como educomunicação, o conceito de educação onde o aluno é orientado a produzir e compreender os diversos veículos de comunicação, criando uma ponte com o mundo e podendo, a seu tempo, explorar a informação que recebe de maneira adequada,

apresenta-se como um caminho para a construção de uma relação saudável e crítica entre homens e mulheres e as mídias que os conectam ao mundo que constroem e transformam.

EDUCAÇÃO E OS JOVENS MODERNOS

O Ensino Médio é um período de descobertas e de apropriação do mundo para os jovens. A escola de nível médio integra-se com a realidade em todos os seus aspectos a fim de se tornar ambiente de possibilidades dialógicas para adolescentes em seu momento de transição para a vida adulta. A autonomia buscada na educação por meio do diálogo (Freire, 2011a) se desenvolve no cotidiano escolar de jovens que exercitam o estar sendo no mundo a partir de suas particularidades, dentre elas as mídias exatamente como se apresentam

na existência fora dos muros escolares.

Pensar em educação como algo estático, na perspectiva da modernidade líquida, pode tornar-se um pesadelo para os jovens e, também, para os educadores, se almejam a dialogia em sua prática. Este é um panorama muito diferente do que buscamos num contexto de educação dialógica, onde o aluno tem a escola como sonho, e como força de impulso para alcançar outros sonhos. De acordo com Bauman (2010, p.42), “a ideia de que a educação pode consistir em um produto feito para ser apropriado e conservado é desconcertante”, em outras palavras, para o jovem do século XXI uma escola que não se constrói juntos e uma educação que não se revisita o tempo todo são mais que limitantes ou ineficazes, constituem um modelo perturbador. Cabem

então, aos educadores, propostas que permitam a interação das relações propriamente escolares e a liquidez de relações às quais seus alunos estão expostos sem que, nesta intersecção, tornem-se líquidos também os ideais educativos.

Encontrar caminhos para esta conexão entre a escola e os estudantes é tarefa duplamente árdua aos professores e às professoras que ousam questionar e revolucionar a educação moderna. Além da questão da superação de dogmas e paradigmas que estão consigo desde sua formação, a fim de romper com o tradicionalismo e abrir portas para novas formas de ensinar, exige-se deles que desempenhem papel de interlocutores de um mundo que muitas vezes não dominam por completo, que muda a todo o tempo.

As gerações Z, de crianças nascidas entre 1995 e 2010,

e Alfa, de crianças nascidas a partir de 2010 (McCrindle, 2009; 2015), compreendem a tecnologia e a maneira bastante integrada com o mundo e com a própria existência, diferente dos seus educadores e educadoras, por sua vez representantes em sua grande maioria de gerações anteriores, que aprenderam a lidar com a tecnologia como algo externo. É um choque cultural efetivamente, visto que qualquer reatividade que parta dos que se propõe a ensinar é recebida como uma ruptura com a própria realidade por aqueles que estão no papel de aprendizes.

Evidentemente, num contexto dialógico, todos os envolvidos no processo educativo são, ao mesmo tempo, aprendizes e ensinantes, posto que todos trazem consigo seus saberes e leitura de mundo (Freire, 2011a). Entretanto a organização escolar

pressupõe a autoridade do professor e da professora, que afastada do autoritarismo permite a ordem e o respeito que permitem o diálogo (Freire, 2011b). É neste ponto, quando professores e professoras se dedicam ao ofício de organizar e possibilitar o terreno do diálogo, que as diferenças estruturais entre as gerações no que tange a tecnologia e a relação com as novas mídias pode tornar-se um uma situação delicada, especialmente quando se trata do ambiente virtual – quintal das novas gerações e ambiente inóspito para os nascidos antes de 1995. Este choque de culturas digitais tem se estabelecido de maneira mais aberta no Ensino Médio.

Esta questão particular deve ser considerada para evitar a banalização do novo contexto do educador numa educação que faça sentido ao jovem. Se “em todas as épocas o conhecimento foi

avaliado com base em sua capacidade de representar fielmente o mundo” (Bauman, 2010, p.43), como deve agir o professor que se vê diante de um mundo em constante movimento, “que muda de uma forma que desafia constantemente a verdade do saber existente” (id., ibid.)? Entender a relação dos jovens com as mídias e com o mundo virtual como um todo é imprescindível para uma educação dialógica.

APROXIMANDO A EDUCAÇÃO DA REALIDADE

Neste contexto de novos modelos de mídias coexistindo com as antigas propostas, e de convivência entre gerações de diferentes compreensões de mundo, notadamente o digital e virtual (McCrindle, 2015), dentro das salas de aula, surgem os projetos de educação para as mídias

não só como um estudo sobre o que são as interações midiáticas e como se constroem, mas como uma proposta de educar na intersecção entre os saberes já estabelecidos e os novos, que surgem diariamente. Por meio de práticas que envolvem as tecnologias que fazem parte da vida dos jovens em suas relações diárias e das quais eles se apropriam sem precisar de ajuda, estas propostas viabilizam a construção de senso crítico sobre a informação recebida, por vezes massificada, canalizando o conhecimento apreendido por meio delas.

O uso de novos recursos para a educação, principalmente aqueles que foram integrados à vida dos alunos por eles mesmos em sua descoberta de mundo, parece uma alternativa viável para aproximar a escola do estudante que está a frente de seu próprio tempo, tendo por vezes dificulda-

de, inclusive, de se encaixar nele.

O diálogo constrói a ponte entre os jovens, e entre estes e seu próprio tempo, portanto a dialogicidade nos processos de aprendizagem é a aprendizagem em verdade, visto que é movimento pelo qual homens e mulheres tornam-se sujeitos de sua própria história (Freire, 2011b).

A busca da escola deve ser no sentido de compreender os novos desafios que se abrem diante do jovem e proporcionar meios para construir autonomamente caminhos para superá-los, para se sentir pertencente à sua sociedade, ainda que ela seja rápida e muitas vezes fugaz. Como traz Bauman “num mundo como este, o conhecimento é destinado a perseguir eternamente objetos sempre fugidios que, como se não bastasse, começam a se dissolver no momento em que são apreendidos” (2010, p.45), e esta

velocidade desenfreada do novo é um fator de desmotivação para o aluno se ele não identificar que se educa no mundo, dialogicamente, em comunhão com o outro, na mesma velocidade. O aluno e a aluna do Ensino Médio precisam se sentir apoiados e incentivados pelos educadores para não desistir de aprender a aprender, ainda que não se tenha mais como outrora o aprendizado como um tesouro sólido e imutável. Entender a educação como um processo dialógico (Freire, 2011a) e líquido (Bauman, 2010) é dar ao processo educativo a flexibilidade de construir-se de maneira própria e personalizada cada vez que se estabelece entre os indivíduos, é aceitar a educação como um lugar de eternos aprendizes em busca da compreensão de quem são e quais os propósitos de sua existência.

A necessidade de se

reinventar imposta aos jovens pela modernidade líquida, uma vez consideradas as premissas de Bauman (2001; 2010) de que qualquer coisa pode acontecer a qualquer momento e nada pode ser feito de uma vez por todas neste momento histórico, ultrapassa os sujeitos e acaba se tornando também necessária à instituição escola, que se não adere à transformação gradual e multifacetada se distancia irremediavelmente do seu aluno. Se nada é agora que não possa ser alterado, a educação é fluída. Se a educação se dá de maneira diferente para cada um visto que a diferença entre homens e mulheres é característica intrínseca da própria humanidade, ela é fluída. Esta parece ser a grande inovação necessária a escola, dar-se conta de que não é necessária uma mudança para um novo estado, e sim um estado de mudança em curso.



Uma escola onde todos tem voz traduz a realidade de seus estudantes. Não há como considerar a vida intramuros escolares diferente daquela que se dá extramuros escolares. A educação que não considera a sociedade tal qual se dá é alienante, e a alienação destrói as perspectivas do diálogo (Freire, 2011b), por consequência da conscientização.

Neste caminho, a proposição de uma educação onde jovens sejam apresentados a meios de compreender e utilizar os recursos de mídia sem se tornar, neste processo, manipulados por elas, ganha destaque. E nesse contexto educar para as mídias passa a ser englobado no currículo de diversas escolas, tornando-se, inclusive, alvo de políticas públicas em alguns municípios, como São Paulo.

Todavia, não se pode

apartar, num processo de educação e comunicação composto, o instrumento da realidade que ele leva ao jovem, da verdade que ele traz – e que é o cerne do interesse do aluno pelo instrumento. Engana-se aquele que vê alunos e alunas como usuários simplistas de um computador ou de uma estação de rádio por sua característica tecnológica apenas, por seus botões. A geração Z não tem medo de apertar botões, a curiosidade é uma de suas marcas registradas porque querem entender o que e por que fazem (McCrindle; Wolfinger, 2009). Independente, o que entusiasma o jovem é a conexão que esta tecnologia permite que ele faça com o mundo externo, e quanto mais rápida a velocidade de informação permitida, mais interessante as sinapses que permite.

A integração de educadoras e educadores com a tec-

nologia é fundamental para que os projetos de educação para as mídias caminhem no sentido de possibilitar autonomia e emancipação dos educandos e educandas, visto que a educação dialógica é um processo que se dá em relação (Freire, 2011a). O diálogo acontece no encontro de ideias entre homens e mulheres que se compreendem pares, que entendem suas diferenças como complementares (id.,ibid.), portanto torna-se inviável se um dos envolvidos não se propõe ao novo, a conhecer o que é diferente de seu saber instituído.

É importante que professoras e professores interajam com as mídias e com este mundo muitas vezes digital e virtual que as mídias e as próprias tecnologias midiáticas possibilitam. Do contrário, não serão capazes de mediar a relação dos sujeitos estudantes com o conhecimento,

visto que este conhecimento é novo e diferente do que foi apresentado aos educadores e educadoras em sua formação – e talvez diferente até mesmo do que foi construído na semana anterior. Como exemplifica Bauman, “foi o mundo fora da escola que mudou muito em relação ao tipo de mundo para o qual as escolas descritas por Myers ou Jaeger preparavam seus alunos” (2010, p.50). Sendo assim, docentes não podem pretender construir conhecimento dialogicamente com discentes se desconhecem a realidade dos alunos e alunas, também a sua própria.

INTERDISCIPLINARIDADE E EDUCAÇÃO PARA AS MÍDIAS

Uma vez que o intuito da aprendizagem dialógica é a emancipação (Freire, 2011b) ela

deve partir da realidade concreta, sem transferência de saberes. A partir da criação de possibilidades para a construção ou produção de conhecimento pelos próprios educandos e educandas a educação se faz emancipadora (Freire, 2011a) e a interdisciplinaridade pode ser uma importante aliada neste processo de ensino-aprendizagem porque traz consigo o ideal de educação que se integra.

Conhecimentos construídos coletivamente, considerando desenvolvimento da autonomia e a partir de ação dialógica contemplam a característica da permanente mudança, conectada ao conceito da fluidez da modernidade e também à perspectiva de formação libertadora. Este cenário privilegia uma demanda importante dos jovens de hoje, “conservar a capacidade de recriar a ‘identidade’ e a ‘rede’ a

cada vez que isso se fizer necessário ou esteja prestes a sê-lo” (Bauman, 2010, p. 27). Bauman complementa, ainda, que “a preocupação de nossos antepassados com a identificação é substituída pela reidentificação” (id.,ibid.), ou seja além de identificar-se com a escola os estudantes hoje desejam conseguir reidentificar-se com ela a todo o tempo, considerando que toda educação passa a ser transformadora e transformar, inclusive, suas próprias estruturas.

A interdisciplinaridade se mostra um modelo adequado para o trabalho com educação para as mídias porque, considerando que estaremos tratando dos temas da atualidade abordados pelas mesmas, o trabalho conjunto e colaborativo seria o mais indicado. O estudo das mídias apenas em sua função de transmissão é o estudo da tecno-

logia apenas, mecânica. Para que esta aprendizagem permita efetivamente o diálogo precisa abarcar a dimensão das mídias que se encontra diretamente com a realidade dos estudantes, uma vez que o diálogo se dá entre os homens mediatizados pelo mundo.

A educação dialógica traz em sua concepção a investigação de temas geradores, interdisciplinar. Após os círculos de cultura, onde os temas geradores são previamente abordados, inicia-se um estudo sistemático e interdisciplinar acerca deles (Freire, 2011b). Entretanto, quando consideramos uma educação para as mídias dialógica não é necessário que este modelo seja seguido, contanto que se mantenha a característica do diálogo para a construção conjunta de conhecimento, o que implica a algum tempo um movimento interdisciplinar a fim de contem-

plar a ligação entre a realidade e a escola.

Em Freire (2011b) a interdisciplinaridade é construção de conhecimento pelos sujeitos baseada em sua relação com a realidade, com os contextos e com a cultura. Portanto, este processo não está vinculado a uma metodologia específica, caracteriza-se por movimentos dialéticos distintos de problematização da situação dada, a partir da qual se observa e investiga a realidade, e a sistematização do que se investigou, o diálogo construtivo. A interdisciplinaridade sob a ótica dialógica é integração.

A fim de contemplar a inserção dos jovens e sua educação na modernidade líquida dada, com sua implícita necessidade de atualização constante (Bauman, 2010), inclusive de toda construção de conhecimento proposta, a interdisciplinaridade dialógica,

promotora de troca de saberes e colaboração entre todos os envolvidos no contexto educacional, aponta como modelo de trabalho pedagógico desejado, visto que permite, para além da educação que promove construção de conhecimento, a educação que emancipa e liberta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da perspectiva de que as duas frentes para o desenvolvimento do conhecimento real na modernidade líquida seriam a informação e a educação, para que estas duas variáveis caminhem da forma mais próxima possível dentro da escola, ainda que sua total fusão ainda não tenha sido concebida de forma estruturada, nos parece ser a educação dialógica e interdisciplinar a proposta viável mais promissora para alcançar este ideal no En-

sino Médio. Bauman ilustra a situação de avanço perfeito destas duas frentes da seguinte forma:

Em ambas as frentes, “a linha de chegada” desse avanço – o fim da guerra – era visualizado com clareza desde o início: no final, todos os vazios seriam preenchidos, um mapa-múndi completo teria sido traçado e um número suficiente de canais de educação estaria disponível para os membros da espécie humana, com todas as informações necessárias para que eles se deslocassem livremente pelo mundo mapeado. (BAUMAN, 2010, p.55)

A grande quantidade de informação espalhada e facilmente acessíveis a todos, especialmente por meios digitais e virtuais, já está disponível.

Porém, com o livre acesso aumentou a necessidade de desenvolvimento do senso crítico que permite a seleção e compreensão desta informação, inclusive no que diz respeito à compreensão da necessidade de entender as fontes e referências das informações. Como o próprio filósofo coloca, esta linha de chegada onde informação e educação chegam juntas parece ainda distante, entretanto, apesar da propensão à que esta guerra não seja vencida, a educação não se dá por vencida! E um de seus esforços mais significativos é a educação para as mídias, preenchendo parcialmente esta lacuna.

O ideal de uma educação dialógica não nos parece se contrapor completamente ao entendimento de que há uma organização de fluidez na sociedade atual, uma liquidez. Parece, contudo, que é muito importante

que a educação se dê conta desta volatilidade que desconecta homens e mulheres de suas origens e valores para que, ao validá-la, possa apresentar-se como caminho para a vida nesta sociedade realinhada ao potencial senso crítico humano, alimentado pelo diálogo que permite entender-se sujeito de sua existência.

A inconclusão humana é visitada por Freire e Bauman, considerada uma das características que conferem humanidade aos homens e mulheres. Estar sempre em processo de aprendizagem, de construção e reconstrução de sua própria identidade e reconhecendo-se, a partir do diálogo, sujeito de sua história, o ser humano, uma vez consciente de seu inacabamento entende-se “um ser ético, um ser de opções, de decisão” (Freire, 2011b, p. 108). Compreender-se um ser de decisões, que tem sua existência

pautada por suas decisões e capaz de decidir por si a respeito de sua existência, é o que possibilita e homens e mulheres o diálogo que leva a libertação. As novas gerações interessam-se cada vez mais pelo acesso a este caminho de permanente possibilidades de ser mais.

A expansão de propostas de educação para as mídias surge na contramão histórica da fuga da informação ameaçadora por sua quantidade e velocidade, exacerbada e desordenada. É da completa aceitação da situação dada que se inicia o diálogo acerca da mesma, capaz de transformá-la. Ao validar e adentrar o fenômeno informativo moderno, educadores e educadoras que se propõe a ensinar alunos e alunas a se comunicarem e se informarem, transformando este ser e fazer em conhecimento. Utilizar as ferramentas existentes para se

fazer ouvir e ler o mundo é tão importante quanto ter a consciência real do poder das ferramentas da quais se utiliza. Enfrentar o medo de uma invasão tecnológica e midiática comum à escola moderna nos parece interessante estado de combate a um dos maiores problemas da educação brasileira em nível médio: o desinteresse dos jovens pela escola por não conseguirem assimilar o caráter libertador e emancipatório intrínseco à educação ou, em outras palavras, por não conseguirem estabelecer pontes entre o que aprendem na escola e a própria vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. Capitalismo Parasitário. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2010.

Press, 2009

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011a.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2011b.

MCCRINDLE, Mark. Generation Alpha: Mark Mccrindle Q & A With The New York Times. The McCrindle Blog, 2015. Disponível em: <<http://mccrindle.com.au/the-mccrindle-blog/tag/youth/>>. Acesso em: 10 mai 2021

MCCRINDLE, Mark.; WOLFINGER, Emily. The ABC of XYZ: understanding the global generations. Sydney: UNSW

A (IN) EFICIÊNCIA NA APLICAÇÃO DA LEI DE MIGRAÇÃO DE 2017 E O CONTEXTO DAS MIGRA- ÇÕES VENEZUELANAS NO TERRITÓRIO BRASI- LEIRO

THE (IN)EFFICIENCY IN THE ENFORCEMENT OF THE 2017 MIGRATION LAW AND THE CONTEXT OF VENEZUELAN MIGRATION IN BRAZILIAN TERRITORY

Karina Ramos Perez Martins¹

Laís Helena Pacheco Silva²

Juliane dos Santos Ramos Souza³

Resumo: O presente trabalho expõe uma análise do contexto histórico das migrações no espaço geográfico, e a evolução do referido fenômeno na contemporaneidade, a partir da influência dos conflitos geopolíticos mun-

diais. Destarte, identificou-se a nítida incongruência da conceituação de imigrantes realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) – a partir da necessidade de mobilidade transfronteiriça pelos embates internacionais,

156

1 Discentes do 2º (segundo) período da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Instituto Três Rios

2 Discentes do 2º (segundo) período da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Instituto Três Rios

3 Mestre em Direito Constitucional e Professora Assistente, dedicação exclusiva, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto Três Rios



catástrofes naturais e animo próprio- adjunto a salvaguarda de seus direitos fundamentais, ainda que existam ferramentas no ordenamento jurídico brasileiro. Além disso, a presente pesquisa aborda a crise migratória venezuelana que assola o território do país e apresenta reflexos nas fronteiras Brasil-Venezuela, em especial o estado de Roraima, como fator de modificação do espaço geográfico e geopolítico de ambas as nações. Cabe-se, desse modo, assimilar as suas consequências e os impactos no Estado brasileiro, que repercutiram na inabilidade da aplicação da Lei de Migração nº 13.445, de 24 de maio de 2017. O emprego da nova Lei ansiou salvaguardar os direitos fundamentais dos imigrantes e preservar os interesses do povo brasileiro, propiciando estabilidade e ordem social. Todavia, ao final da pesquisa, veri-

ficou-se a ineficiência da Lei de Migração de 2017 no que tange à proteção dos direitos individuais dos venezuelanos instalados no país e a salvaguarda de sua dignidade, já que seus dispositivos não obtiveram a eficiência esperada na contenção dos discursos de ódio, práticas violentas por parte do povo brasileiro, e até mesmo a xenofobia praticada pelo próprio poder judiciário estadual. A metodologia empregada no presente trabalho consiste na pesquisa do tipo bibliográfica do estudo de caso, utilizando-se dos artigos 1º, 2º, 3º e 4º da Lei Nº13.445 de maio de 2017 e da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, além da Declaração Universal dos Direitos Humanos, valendo-se da análise de artigos científicos, reportagens específicas e de informativos advindos do website oficial da ONU.

Palavras-chave: Imigrantes. Lei de Migração nº13.445, de 2017. Venezuelanos. Crise Humanitária

Abstract: The present work expose an analysis of the historical context of migrations in the geographical space, and the evolution of this phenomenon in contemporary times, from the influence of world geopolitical conflicts. Thus, it was identified the clear incongruity of the conceptualization of immigrants carried out by the United Nations (UN) - from the need for cross-border mobility by international conflicts, natural disasters and own will to safeguard their fundamental rights, even if there are tools in the Brazilian legal system. In addition, this research addresses the Venezuelan migratory crisis that is plaguing the country's territory and has repercussions on the Bra-

zil-Venezuela borders, especially the state of Roraima, as a factor of modification of the geographical and geopolitical space of both nations. Thus, it is appropriate to assimilate the consequences and the impacts on the Brazilian State, which impacted on the inability to apply Migration Law nº 13,445, of May 24, 2017. The use of the new Law sought to safeguard the fundamental rights of immigrants and preserve the interests of the Brazilian people, providing stability and social order. However, at the end of the survey, the 2017 Migration Law was ineffective in terms of protecting the individual rights of Venezuelans in the country and safeguarding their dignity, as their provisions didn't achieve the expected efficiency in containing hate speech, violent practices by the Brazilian people, and even xenophobia practiced by the state judiciary it-

self. The methodology employed in the present work consists of a bibliographic research of the case study, using articles 1º, 2º, 3º and 4º of the Law nº 13.445, of May 2017 and the Constitution of the Federative Republic of Brazil of 1988, in addition to the Universal Declaration of Human Rights, using the analysis of scientific articles, specific reports and newsletters from the official UN website.

Keywords: Immigrants. Migration Law nº 13455, 2017. Venezuelans. Humanitarian Crisis.

INTRODUÇÃO

As migrações no espaço geográfico mantêm-se arraigadas constantemente a historicidade humana. É a partir desse ponto, que torna-se necessário analisar as estratégias para o acolhimento desses indivíduos. O Brasil,

desde sua colonização é marcado pela receptividade de imigrantes, elaborando instrumentos de proteção, tais como a Lei de Migração Nº 6.815, de 1980, o Estatuto do Refugiado e a Lei de Migração vigente Nº 13.445, de maio de 2017. Entretanto, a eficiência do texto legislativo de 2017 é passível de questionamento, em virtude da crise humanitária venezuelana que se iniciou em meados de 2013 e impactou diretamente o território brasileiro.

É inegável a existência de mobilidades fronteiriças desde a pré-história, na qual os seres humanos saíram da África em direção a Europa e a Ásia. Esses movimentos se dão no presente, devido a indisponibilidade de recursos substâncias à sobrevivência, conflitos étnicos, políticos e sociais, catástrofes naturais e possibilidade de maior qualidade de vida.

No Brasil, o fluxo migratório é datado do contexto da colonização portuguesa, que adentraram nas fronteiras brasileiras juntamente com indivíduos advindos de nações europeias colonialistas, deslocados, em sua maioria, para as lavouras. Todavia, esse cenário modifica-se a partir do século XX, no qual o Estado brasileiro idealizou um plano de ocupação das áreas fronteiriças por meio da realocação dos imigrantes, utilizando das movimentações como instrumento propulsor da economia e do desenvolvimento nacional.

Ainda assim, os conflitos internacionais, tais como a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, a Guerra Fria e embates internacionais, adjacentes às mudanças climáticas, acentuaram a mobilidade no espaço geográfico, propiciando transtornos infraestruturas. Esses empe-

nhos transcorrem, atualmente, em políticas anti-migratórias em países europeus e nos Estados Unidos, que vislumbram a suspensão do acolhimento aos indivíduos. Até mesmo a população brasileira passou a acreditar nessas políticas anti-migratórias.

Isso ocorreu devido às imigrações venezuelanas com destino ao Brasil, especificamente no estado de Roraima, que propiciou uma crise infraestrutural nos serviços básicos. Assim, sucedeu-se da obrigatoriedade do Estado brasileiro em conter os embates na região desfrutando da Lei de Migração de 2017, como mecanismo de amparo. Porém, cabe destacar no presente artigo a eficiência questionável e as consequências do aparato legislativo na proteção do povo brasileiro e do território.

O eixo central do trabalho consiste na aplicação da Lei

nº 13.445, de maio de 2017 na crise migratória venezuelana no estado de Roraima e a sua dicotômica eficiência no ordenamento jurídico brasileiro, no que tange a salvaguarda dos direitos fundamentais do povo brasileiro e dos imigrantes venezuelanos.

A metodologia empregada no artigo compreende não somente a pesquisa bibliográfica, como também a análise analítica, a avaliação de informações, o estudo de caso e o exame jurídico da legislação. Como arcabouço bibliográfico, utilizamos da Constituição da República Federativa do Brasil, as Lei de Migração, livros, artigos científicos e reportagens específicas.

O presente artigo estrutura-se em cinco partes. Em primeira instância, será abordado brevemente a definição de imigrantes e o respaldo jurídico da positivação de seus direitos

fundamentais. No segundo momento, far-se-á menção ao aparato jurídico brasileiro no que tange às políticas de imigração e o acolhimento dos estrangeiros em solo nacional. Em seguida, descrever-se-á o contexto da crise econômica na República Bolivariana da Venezuela e a precípua interação governamental entre o presidente Hugo Chávez e a nação venezuelana no que tange a geopolítica nacional. E finalmente, em última instância caberá ponderar a eficiência da Lei de Migração de 2017 na conflituosa correspondência brasileira ao fluxo migratório, seus efeitos socio-estruturais no estado de Roraima e a repercussão em circunstância nacional.

OS IMIGRANTES COMO SUJEITOS DE DIREITO



No contexto de diversos conflitos internacionais, os indivíduos acabam saindo de seus países de origem, partindo em direção a outras localidades na tentativa de alcançar melhores condições de vida, de sobrevivência e de maior proteção da sua dignidade. São recorrentes os casos de pessoas que deixam parte da sua família, a sua cultura, o patriotismo, na expectativa de um futuro minimamente digno.

Com as duas Grandes Guerras Mundiais, os fluxos migratórios intensificaram-se tomando repercussões mundiais. Os indivíduos partem de países subdesenvolvidos, em situação de guerra e pobreza para as grandes potências econômicas. Em virtude disso surge o conceito de imigrantes para agrupá-los e conceder direitos.

A definição de imigrante segundo a Lei de Migração

brasileira considera como imigrante a pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil. (Lei nº 13.455, de 24 de maio de 2017, Art.1 II)

A disparidade do imigrante frente ao refugiado reside no fato que o imigrante não saiu do seu país fugindo de um conflito armado. Ele apenas saiu do seu país em busca de melhores oportunidades de vida. Essa distinção se faz importante porque a forma de tratamento do governo com o imigrante é diferente da forma de tratamento do refugiado.

Depois da 2ª guerra mundial vivemos um momento de reconstrução dos direitos humanos. Na visão de Comparato isso se deu porque:

“A cada grande surto de violência, os homens recuam hor-

rorizados, à vista da ignomínia que afinal se abre claramente diante de seus olhos; e o remorso pelas torturas, pelas mutilações em massa, pelos massacres coletivos e pelas explorações aviltantes faz nascer nas consciências, agora purificadas, a exigência de novas regras de uma vida mais digna para todos. “(2008, p.38):

Em virtude das atrocidades cometidas na Primeira e na Segunda Guerra Mundiais as grandes autoridades do mundo se reuniram e estruturaram a Organização das Nações Unidas (ONU), criada com o intuito de prevenir a reincidência de genocídios e outros horrores da guerra. Em 1948, com 90% de aprovação, a ONU ratificou a Declaração Universal dos Direi-

tos Humanos, que edificou diversos direitos sociais e fundamentais. Dentre eles o direito de migração expresso no artigo 15, II, no qual ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade. (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948, p.3) Ao analisar as migrações em um contexto histórico, constate-se que elas ocorrem desde os primórdios, a partir da movimentação periódica dos povos nômades em virtude do clima, da alimentação e na busca por melhores condições de subsistência. No período das grandes navegações também ocorrem grandes ondas migratórias em direção aos países recém-descobertos, correlacionadas a exploração e escravidão dos povos, como os escravos vindos da África que serviam de mão de obra no novo mundo e os



próprios europeus vislumbrando o mercado de trabalho brasileiro.

A migração considerada moderna teve seu início com a Revolução Francesa. Nesse momento, os países iniciaram um processo de percepção da necessidade de criar um arcabouço jurídico almejando controlar esses contingentes populacionais estrangeiros. Assim, o primeiro Estado a criar uma lei que versava sobre os imigrantes foi o Estados unidos em 1882, que a intitulou de Estatuto Geral da Imigração, proibindo a entrada de trabalhadores chineses no país.

Na contemporaneidade, esse assunto se torna cada vez mais relevante e alvo de incessantes discussões internacionais. As estatísticas da ONU revelam que, em 2015, o número de migrantes internacionais chegou a 244 milhões de pessoas, dos quais 224 milhões eram imigrantes e ape-

nas 20 milhões refugiados. Destarte, o Brasil tornou-se rota de fluxos migratórios, possui 703 mil migrantes sendo uma parcela significativa dos migrantes mundiais, o que tornou necessário a criação de um aparato jurídico que fosse capaz de desempenhar a regulamentação dessa realidade.

CRFB/88 E A NECESSIDADE DE UMA NOVA LEI DE IMIGRAÇÃO.

Em 1988, o Brasil e toda a América Latina passaram por um processo de redemocratização, livrando-se das amarras e retrocessos dos regimes ditatoriais que vivenciaram. Assim, a Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 1988 é um resquício dessa fase, almejando retomar os direitos

fundamentais e individuais. Tal fato culminou em sua célebre consideração como uma lei maior ímpar, reconhecida internacionalmente a partir da nomenclatura da Constituição solidária. Ela trouxe inegáveis avanços nos direitos fundamentais e no quesito que tange o imigrante não foi diferente. No artigo 5º ela afirma que:

“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes.”

A nova carta Magna não condizia com o Estatuto do Estrangeiro de 1980 que estava

vigente. Ele além de tornar extremamente burocratizado e lento o processo de imigração, abrindo grande margem de discricionariedade do Estado para aceitar ou não a permanência do indivíduo. Da mesma forma, estipulava diversos empecilhos para a naturalização do imigrante, indo contra o art. 12, da CRFB/88, que estipula normativas simplistas para o processo de naturalização do estrangeiro. Esses aspectos antiquados tornaram-se adjacentes ao aumento do fluxo migratórios para o Brasil a partir de 2010, devido a posição de destaque mundial do país por sediar a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e as Olimpíadas de 2016, sucedendo-se aos planos internacionais como um Estado de mercado de trabalho fértil. Diante disso, verifica-se a vinda de bolivianos, haitianos, paraguaios, africanos em busca



de empregos. Soma-se a isso, a pressão social que tornou necessária à criação de uma nova lei de migração.

A partir dessa carência de um aparato jurídico eficiente, surgiram diversos interesses contraditórios na pauta da criação da nova lei. Emergiram-se três projetos de lei: O da Secretária Nacional de Justiça (SNJ), buscando modificar a lei visando assegurar as garantias e direitos do imigrante. Esse anteprojeto passou por aprovação popular na I Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio (COMIGRAR)¹, realizada em 2014; o segundo projeto de lei foi o do Conselho Nacional de Imigração

¹ COMIGRAR aconteceu nos dias 30 de maio e 1º de junho de 2014, na cidade de São Paulo. Tinha o objetivo de reunir imigrantes e profissionais envolvidos na temática para refletir sobre o tema e fomentar a criação do plano nacional de migrações e refúgio

(CNIg)² que também visava ampliação dos direitos do imigrante; e, por fim, o projeto de lei do Senado (PLS) 288/2013, elaborado pelo senador Aloysio Nunes que tinha a proposta de fazer avançar o estatuto jurídico da questão migratória na direção das garantias e dos direitos, assegurar a plena integração dos imigrantes, implementar a cooperação internacional, combater o tráfico de pessoas, e contemplar a questão dos emigrantes.

O projeto 288/2013 avançou no Senado, e em 24 de maio de 2017 O presidente da república finalmente sancionou a nova lei de imigração, a Lei 13.445/2017 que apesar de ter sofrido 20 vetos, representou uma grande evolução no que tange os direitos dos imigrantes. O refe-

² CNIg é a instância de articulação da política migratória brasileira. Ela dialoga com a sociedade para criar políticas de migração

rido projeto acabou com o anacronismo³ e discricionariedade do antigo Estatuto do Imigrante, que era focado simplesmente na questão de segurança nacional.

Dentre os avanços, a nova lei trouxe a reformulação do Conselho Nacional sobre Migração, além da definição de imigrante e pauta dos princípios que regeram a política migratória brasileira no Art. 3. E reafirma no art. 4 que:

Art. 4º Ao migrante é garantida no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como são assegurados.

Dessa forma a nova lei,

³ O anacronismo consiste em atribuir a uma época ideias e sentimentos que são de outra época

de forma díspar ao estatuto do imigrante, se encontra em simetria ao artigo 5º da CRFB/88, garantindo a dignidade e tratamento igualitário para o imigrante. Ademais, a legislação brasileira sobre o assunto é internacionalmente reconhecida por tratar do assunto de forma humanitária e acolhedora buscando a efetividade dos direitos iminentes aos imigrantes.

A CRISE ECONÔMICA NA VENEZUELA

Para compreender a crise na República Bolivariana da Venezuela é necessário fazer uma retomada histórica para o período no qual se instaurou o Chavismo. Hugo Chávez presidente eleito em 1998 era, inicialmente, paraquedista do exército venezuelano e membro do Movimento Bolivariano Revo-

lucionário 200, MBR-200. Essa organização insurgente tinha como objetivo tomar o poder na Venezuela, a partir de um golpe em 1992, contudo, fracassaram e acabaram presos. Em 1994, Chávez foi anistiado, dando início a carreira política, defendendo a necessidade de promover justiça social a partir do petróleo. Destarte, acabou por vencer as eleições de 1998, permanecendo no poder por quatorze anos.

É necessário ressaltar que durante o governo Chávez, as propostas governamentais eram de esquerda, contrariando setores conservadores da sociedade. Assim, seus projetos incumbiam-se da reforma agrária, da restrição da participação de multinacionais na economia venezuelana no que tange a comercialização e exploração do petróleo, além da estatização de setores estratégicos, como energia, telecomuni-

cações e indústrias minerais.

Durante seu governo, Hugo Chávez almejou combater a desigualdade, a partir de uma distribuição igualitária de renda, em que o coeficiente Gini⁴ do país passou a ser 0,39, de acordo com a BBC Brasil. O ex presidente alcançou tal feito a partir de uma política assistencialista, que ambicionava camadas mais pobres e marginalizadas, erradicando o analfabetismo e a mortalidade infantil.

Em relação a política externa, Chávez combateu veementemente a doutrina imperialista, rompendo relações com os Estados Unidos. Esse feito transmutou-se para a um conflito indi-

⁴ Coeficiente Gini é usado para medir o grau de concentração de renda, apontando a disparidade do rendimento dos mais pobres em relação aos mais ricos, variando de zero a um. O valor zero representa a igualdade plena, enquanto que o valor um representa a desigualdade em uma plena atividade

reto entre os dois países, já que a nação norte-americana passou a financiar os líderes opositores de Chávez, expandindo esse embate as reuniões diplomáticas sediadas pela Organização das Nações Unidas, ONU. A esse respeito, Hugo Chávez se pronunciou na XV Conferência Internacional da Organização das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, realizada em Copenhague:

O que vivemos neste planeta é uma ditadura imperial e, a partir daqui, continuamos a denunciá-la. Abaixo a ditadura imperial! E que os povos, a democracia e a igualdade vivam neste planeta! E o que vemos aqui é um reflexo disso: exclusão. Há um grupo de países que se considera superior a nós do Sul, a nós o terceiro mundo, a nós subdesenvolvidos,

ou como diz o grande amigo Eduardo Galeano: esmagamos isso como se por um trem que nos rolasse na história. (Hugo Chávez, Discurso em Copenhague, 2009)

A partir desse discurso, são perceptíveis as intenções de Chávez em instaurar uma nova ordem social utilizando do petróleo⁵ como impulsionador da integração latino-americana, com a iniciativa titulada de sul-sul. Com base na política de desvalorização do petróleo, o então presidente acreditava que estimularia a economia venezuelana e proporcionaria a tão sonhada integração. Por conseguinte, aliou-se as nações contrárias ao imperialismo estadunidense e que

⁵ A Venezuela é o país com uma das maiores reservas de petróleo em nível mundial, fazendo parte da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)



compartilhavam da mesma linha de exportação, objetivando encerrar a hegemonia absoluta dos Estados Unidos

Os legados deixados por Hugo Chávez foram herdados por Nicolas Maduro em seu mandato, entretanto, o novo presidente deveria lidar com uma forte contestação. Isso pois, durante seu governo, Chávez promoveu perseguições aos opositores que, atualmente, dividem opiniões a respeito do novo governante. Dessa forma, a administração de Nicolas Maduro deteve grande resistência, graças aos resquícios da gerencia anterior, além da desvalorização do petróleo como estratégia econômica arraigada a omissão de investimentos na indústria e na agricultura do país, transmutando-se para uma forte dependência da importação de commodities⁶.

6 Commodities são produtos que funcionam como matéria

Por conseguinte, em meados de 2014, ocorreu uma desvalorização do preço do barril de petróleo, ocasionando em um corte de importações de 33% em relação ao ápice em 2012, de acordo com o site Isto é Dinheiro. Ademais, a volatilidade do mercado explorador de petróleo durante o período de maior produção provocou um colapso de preços, que foi compreendido na Venezuela por uma crise humanitária ferrenha. Estima-se que o nível de desemprego que em 2014 era de 6,7% quadruplicou, chegando a 38% em 2019, de acordo com a Folha de São Paulo.

Conseqüentemente, a queda dos preços do petróleo somada as fortes oposições ao governo de Nicolas Maduro trans- prima, podendo ser estocados. O preço é determinado pelo mercado internacional a partir da lei da oferta e da procura. O milho representa 4,15% das importações venezuelanas, seguido do arroz com 1,8%

correram na bipolarização do país. A então vislumbrada queda do atual presidente por parte da população é alvo de repressão pelo exército venezuelano, principal apoiador de Maduro. Tal situação é alvo de críticas no cenário internacional e rebeliões internas, perfazendo-se em um reconhecimento de Juan Guaidó, líder da oposição, como interino pelos países que sofrem diretamente com a crise humanitária e migratória.

A amplitude do cenário de caos instaurado na Venezuela perpassou a situação interna, sobrevivendo agora as nações transfronteiriças que absorvem o contingente populacional maciço advindo do contexto de instabilidade socioeconômica. A crescente migração tornou-se alvo de magnânimas discussões, transpondo demanda por soluções à ONU, mais especificamente a

Organização Internacional de Migrações e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, incorrendo em uma preocupação globalizada da atual crise venezuelana.

MIGRAÇÃO VENEZUELANA EM DIREÇÃO AO BRASIL E SUAS IMPLICAÇÕES

A crise humanitária que se instaurou na Venezuela conduziu à América Latina uma inter-relação migratória “sem precedentes”, de acordo com porta-voz do Programa Mundial de Alimentos, PMA, Herve Verhoosel. Isso pois, de acordo com Verhoosel em 2018 aproximadamente 3 milhões de venezuelanos já estão vivendo fora do seu país, e se a escassez de alimentos e subsídios se perpetuar, ao final de 2019 esse número poderá chegar a 5,3 milhões. O Representante Especial



Conjunto do ACNUR e da OIM para refugiados e migrantes venezuelanos, Eduardo Stein, afirmou que “esse número alarmante evidencia a necessidade urgente de apoiar as comunidades anfitriãs desses países de acolhida”.

Como ressaltado no primeiro capítulo, é possível classificar os migrantes venezuelanos como grupos mistos, isso pois, adentrando às questões políticas e econômicas, estão presentes em um mesmo ajuntamento refugiados e imigrantes, a partir de uma especificação realizada em conformidade com os Direitos Humanos que estão sendo violados.

Como país fronteiro, o Brasil juntamente com a Colômbia tornou-se a principal rota para os migrantes advindos da Venezuela. O estado de Roraima, em particular, sofrera diretamente com essa mobilidade, já que, por localizar-se no marco que se-

para os dois países, o contingente populacional cresceu substancialmente em um breve período de tempo. De acordo com um levantamento realizado pela Polícia Federal de 2015 a junho de 2018, um total de 56.740 venezuelanos solicitaram refúgio ou residência no Brasil, além daqueles que atravessaram a fronteira ilegalmente.

A cidade de Pacaraima, situada a 200 quilômetros da capital Boa Vista, sofre diretamente com a atual conjuntura migratória. Isso em razão de que está localizada exatamente na fronteira caracterizada como seca, sendo a porta de entrada desse contingente populacional, que muitas vezes permanece na cidade sem ambição de deslocar-se dali. Tal situação gerou uma superlotação do sistema de ensino e de acordo com o prefeito da cidade Juliano Torquato:

“Em 2017, eu tinha 1.743 alunos; em 2018, eu passei para 2.072 e, neste ano, eu tenho 2.772 alunos, um aumento de 35% com a mesma renda do Fundeb [Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica], sem aumentar um real, sendo que, desses 2.700 alunos, 903 são venezuelanos”.

Ademais, o prefeito ainda citou, ainda, o aumento da criminalidade na localidade, somado ao problema com drogas e a multiplicação do número de armas. Grande fluxo de imigrantes também tem buscado por atendimento médico e, segundo dados oficiais, foram registrados 50.000 consultas e atendimentos a venezuelanos em 2017.

As buscas por atendi-

mento médico e pelos sistemas de ensino, a ambição profissional, além dos distúrbios sociais, como aumento da criminalidade e do tráfico tem transmutado a realidade do estado de Roraima, colocando-o como um epicentro de tensões sociais. Esses conflitos vão muito além na relação brasileiros natos e imigrantes/refugiados, atingindo os três poderes da Federação Brasileira.

Em 2018, a Governadora do estado, Suely Campos, decidiu limitar o acesso dos venezuelanos ao sistema de saúde, afirmando que os migrantes seriam redirecionados aos postos de saúde do exército:

Nós vamos agora pontuar o que os venezuelanos podem acessar na rede de saúde. Se eles estão aqui no nosso país, eles têm que obedecer às leis que regem

o nosso país. Episódio maternidade na sala de pré-parto não é possível a presença da figura masculina. São várias mães ali naquele procedimento.

Além disso, a governadora autorizou a fiscalização da Secretaria da Fazenda em Pacaraima, na fronteira, por meio de postos de controle. Foi realizado, ainda, a verificação de documentação necessária para a trânsito e permanência em território nacional por agentes estaduais. Em abril de 2018, o governo de Roraima entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal pedindo o fechamento temporário da fronteira. Entretanto, a Advocacia Geral da União e o Ministério da Defesa foram contrários a essa ação, acreditando estar ferindo acordos e internacionais e

de direitos humanos.

Devido as proporções jurídicas e sociais tomadas pela situação, no dia 28 de agosto de 2018 o então presidente Michel Temer assinou o Decreto nº9.483, decretando a Garantia da Lei e da Ordem (GLO) no estado de Roraima, vigorando de 29 de agosto à 12 de setembro de 2018. A partir do pronunciamento, o Ex-Presidente afirmou:

“Tomei essa decisão para complementar as ações humanitárias que o governo federal promove há vários meses em Pacaraima e Boa Vista — afirmou o presidente. — Oferecemos atendimento médico, assistência social e abrigos que recebem as famílias de migrantes em fluxo cada vez mais intenso.”⁷

7 Em um pronunciamento oficial realizado na 28 de agosto

Como previsto na Constituição da República Federativa do Brasil (CRBF/88), caput do artigo 144, “a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”, portanto, o decreto objetivou a restauração da ordem social e da segurança nacional. Assim, o artigo 1º, § 1º articulou que “as Forças Armadas atuarão também na proteção das instalações e das atividades relacionadas ao acolhimento de refugiados”. (Incluído pelo Decreto nº 9501, de 2018).

de 2018, o presidente Michel Temer anunciou que vai assinar um decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), para a atuação das Forças Armadas no estado de Roraima. O estado enfrenta dificuldades para lidar com a crescente chegada de refugiados da Venezuela

A GLO implementada em Roraima contou com a cooperação das Forças Armadas, respaldada pelo artigo 142 da CRFB/88, em que salienta:

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do presidente da República, e destinam-se à defesa da pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Assim sendo, a partir da implementação do Decreto nº 9.483 pelo “ presidente da república que é, para todos os fins,



o comandante supremo das Forças Armadas”. (Gilmar Ferreira Mendes, Paulo Gustavo Gonet Branco. – 12. ed. rev. e atual. – São Paulo:

Afinal, percebe-se que o contexto vivenciado em Pacaraima e em todo o estado de Roraima demandou medidas governamentais, a fim de ratificar a integridade, a dignidade e os direitos humanos dos imigrantes, além de assegurar os direitos civis dos brasileiros natos no que consta o artigo 12 da CRFB/88.

A (IN) EFICIÊNCIA DA LEI DE MIGRAÇÃO Nº 13.445, DE MAIO DE 2017

A confecção da Lei de Migração Nº13.445, como já supracitada, deu-se a partir da necessidade de ampliar e salvaguar-

dar os direitos dos migrantes já prescritos na Lei Nº 6.815 de 19 de agosto de 1980. As modificações já são perceptíveis no artigo 1º da nova Lei que classifica os imigrantes a partir das motivações de sua movimentação, já na antiga Lei, o artigo 1º tratava com generalidade dos estrangeiros que adentravam ao Brasil.

Em primeira instância, é necessário analisar que a Lei Nº 13.445 apresenta em seu artigo 3º os princípios e diretrizes que regem a política migratória nacional, cabendo evidenciar os incisos I, II e III, que abordam a garantia dos direitos humanos, o repúdio a xenofobia e a não criminalização da migração, transpassando uma imagem de política receptiva. Todavia, isso não é visto na realidade, utilizando-se como exemplo os episódios que persistem em ocorrer no estado de Roraima.

Como já mencionado, no estado fronteiro com a Venezuela a população passou a revoltar-se contra os imigrantes devido a superlotação dos sistemas de saúde e educação, além da competitividade no mercado de trabalho e do aumento exponencial da criminalidade. Isso ocorreu por conta da falta de infraestrutura para receber a demanda populacional que se instaurou nas localidades, adjunto a ausência, num primeiro momento, de uma redistribuição dos indivíduos.

Entretanto, esses ataques não são particularidades da população, até mesmo os Judiciários municipais e estaduais preconizaram atos de xenofobia, ao realizar o fechamento da fronteira sem autorização do Executivo. Como se já não bastasse, a Governadora do estado transitou com uma ação almejando blo-

quear temporariamente a entrada no estado pela fronteira, o que o Supremo Tribunal julgou improcedente.

Outro acontecimento foi imposição de passaporte para atendimento médico público, que feriu diretamente o artigo 3º, inciso XI que assegura como princípio o “acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social”.

O impedimento de entrada no Brasil é estabelecido pela Seção II, Do Impedimento de Ingresso, que predispõe condições específicas para vetar o acesso ao território brasileiro. Nesse ínterim, as ações realizadas não são fundamentadas na Lei vigente, opondo-se ao ordenamento jurídico brasileiro e

aos tratados de direitos humanos constitucionalizados.

Na Lei Nº 13.445, o artigo 4º reconhece os imigrantes e estrangeiros equitativamente aos brasileiros natos, no que cerne “a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Isso posto, a legislação publicada em 2017 vai de encontro com a Declaração dos Direitos Humanos, em especial no artigo II:

Artigo II

1 - Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

Por fim, os atos praticados pela população, assim como aqueles dirigidos pelo Judiciário estadual, cogitando o indeferimento da entrada de venezuelanos advindos de situação de crise, corrobora com a compreensão da ineficiência da lei, que mesmo ostentando uma grande evolução no que se refere a classificação dos imigrantes, a criminalização da xenofobia e a instituição de direitos fundamentais a estes, ainda assim não possui sua eficácia plena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise humanitária venezuelana acarretou em uma acentuada movimentação geográfica em direção ao território brasileiro. Esse fato demandou da República Federativa do Brasil mecanismos para suprir a neces-

cidade de salvaguarda dos direitos fundamentais dos imigrantes e de seu próprio povo, no que tange o artigo 12 da CRFB/88.

Destarte, o ordenamento jurídico nacional usufruiu da Lei nº 13.455 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração atualizada, a fim de definir as diretrizes da política migratória brasileira em seu artigo 2º, focalizando-se no inciso II que repudia a xenofobia e as formas de racismo e discriminação.

Entretanto, a partir da análise realizada, percebe-se a ineficiência da Lei de Migração no contexto das movimentações venezuelanas, em especial no estado de Roraima. Isso pois, tornou-se necessário a implementação de medidas constitucionais excepcionais, tais como a Garantia da Lei e da Ordem, objetivando reestabelecer a paz e a ordem social, devido a recorrência de

atos xenofóbicos e preconceituosos que repercutiram no judiciário.

O fechamento da fronteira pela magistratura estadual, a política de utilização de passaportes para usufruir de serviços públicos estabelecida pela administração local de Pacaraima, somado a queima de abrigos venezuelanos pela população brasileira desestabilizaram o equilíbrio social, lesando diretamente os direitos fundamentais dos imigrantes e sobressaindo as ordens do Poder Executivo nacional.

Esses fatores supracitados reforçam a ineficiência da Lei nº 13.445 de 2017, no que tange o artigo 2º, em especial a acolhida humanitária; a igualdade de tratamento e de oportunidade ao migrante; e fundamentalmente a universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos.

Dessa forma, os Direitos Humanos recepcionados e instituídos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 devem ser limitadores da ação dos órgãos e poderes da União, prevalecendo-se sobre os interesses privados individuais, tendo-se em vista a situação que suscitou a crise migratória.

Outrossim, o ordenamento jurídico brasileiro demanda uma reelaboração de sua conduta frente a aplicabilidade da Lei de Migração e as sanções impostas por ela aos que ultrajarem seus preceitos fundamentais, substanciando uma política de acolhimento pacífica e humanitária. Ademais, a ineficiência da Lei supracitada é responsabilidade dos Poderes em âmbito nacional, estadual e municipal, o que negligenciaram seus preceitos e faltaram com a incumbência de estabelecer um ambiente amisto-

so e mediar a correlação entre os imigrantes e a população local.

BIBLIOGRAFIA

ACNUR intensifica sua resposta diante do aumento das solicitações de refúgio de venezuelanos-2017. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2017/07/17/acnur-intensifica-sua-resposta-diante-do-aumento-das-solicita-coes-de-refugio-de-venezuelanos/>. Acesso em: 07 de outubro de 2019.

ALVES FILHO, Manuel; VILLEN, Gabriela. As novas faces das migrações internacionais. *Jornal da UNICAMP*, [s. l.], 22 fev. 2018. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2018/02/22/novas-faces-das-migracoes-internacionais>. Acesso em: 2 out. 2019.

BRANDÃO, Marcelo. Pacaraima está à beira de colapso social com aumento de imigração: Prefeito da cidade esteve hoje no Senado falando sobre venezuelanos. Agência Brasileira, [s. l.], 6 maio 2019. Disponível em: agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-05/pacaraima-esta-beira-de-colapso-social-com-aumento-de-imigracao. Acesso em: 27 set. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei 7.876, de 13 de junho de 2017. Brasília, 2017. Disponível em: www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2141497>. Acesso em: 21 jun. 2017.

BRASIL. Lei nº 6.815, de 1980. De ne a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Con-

selho Nacional de Imigração e dá outras providências.. Estatuto do Estrangeiro. p. 12-30

BRASIL. Ministério da Justiça. Anteprojeto de Lei de Migrações e Promoção dos Direitos dos Migrantes no Brasil. Brasília, 2014.

Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/10947.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos. Grupo de Trabalho. Brasília: SAE, 25 de julho 2012. Disponível em: http://www.sae.gov.br/site/?page_id=19845>. Acesso em: 22 ago. 2014

BRASIL. Senado Federal. Lei 13.445, de 24 de maio de 2017. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13445-24-maio-2017-784925-publicacaooriginal-152812-pl.html>>. Acesso



- em: 18 jun. 2017. [BRASILIA. Decreto-Lei nº N° 9.483, de 28 de agosto de 2018. Autoriza o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem nas áreas especificadas, no Estado de Roraima. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/618856188/decreto-9483-18>. Acesso em: 2 out. 2019.
- CANZIAN, FERNANDO. EUA financiaram a oposição a Chávez: Órgão controlado pelo Congresso republicano enviou mais de US\$ 1 mi a opositores para organização de referendo. Folha de São Paulo, WASHINGTON, 16 abr. 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1603200416.htm>. Acesso em: 2 out. 2019.
- COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 7 ed. São Paulo: Sarai-
- va, 2010.
- Entenda qual o perfil dos imigrantes venezuelanos que chegam ao Brasil-2018. Disponível em: <http://dapp.fgv.br/entenda-qual-o-perfil-dos-imigrantes-venezuelanos-que-chegam-ao-brasil/>. Acesso em: 15 de setembro de 2019.
- GOMES, Luiz Flávio. Ser imigrante ilegal é crime?. [S. L]: 2013 Disponível em: Acesso em: 25 out. 2013
- LEI DE MIGRAÇÃO. Decreto-Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Diário Oficial da União, 24 setembro 2017.
- MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de Direitos Humanos. [S. l.]: Método, 2014.
- MENDES, Gilmar Ferreira;

- BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. 13. ed. [S. l.: s. n.], 2018.
- MIGRAÇÃO humana. Britannica escola, [s. l.], 2019. Disponível em: <https://escola.britannica.com.br/artigo/migração-humana/481905>. Acesso em: 2 out. 2019.
- MINISTÉRIO DA DEFESA. Garantia da Lei e da Ordem. Brasil, 2017. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/exercicios-e-operacoes/garantia-da-lei-e-da-ordem>. Acesso em: 4 out. 2019.
- NÚMERO de refugiados e migrantes da Venezuela ultrapassa 4 milhões, segundo o ACNUR e a OIM. Agência da ONU para Refugiados, [s. l.], 7 jun. 2019. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2019/06/07/numero-de-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-ultrapassa-4-mi-lhoes-segundo-o-acnur-e-a-oim/>. Acesso em: 30 set. 2019.
- O LEGADO de Chávez: os prós e os contras. BBC News, [s. l.], 7 mar. 2012. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/03/130306_chavez_argumentos_pro_contra_rw.shtml. Acesso em: 1 out. 2019.
- OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. Nova lei brasileira de migração: avanços, desafios e ameaças. Revista Brasileira de Estudos de População, São Paulo, p.1-26, 2017.
- ONU diz que crise migratória na Venezuela já está quase no nível de fluxo de refugiados no Mediterrâneo. BBC News, [s. l.], 25 ago. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45307311>. Acesso em: 2 out. 2019.
- ONU. UNHCR ACNUR. Número de refugiados e migrantes da

Venezuela ultrapassa 4 milhões, segundo o ACNUR e a OIM. UNHCR ACNUR -Agência da ONU para Refugiados, [s. l.], 7 jun. 2019. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2019/06/07/numero-de-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-ultrapassa-4-milhoes-segundo-o-acnur-e-a-oim/>. Acesso em: 16 out. 2019.

PATARRA, Neide Lopes. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. Scielo, São Paulo, v. 20, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200002. Acesso em: 12 out. 2019.

POLÍTICA NA VENEZUELA: O FIM DE UMA ERA? -2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/politica-venezuela/>. Acesso em: 28 de setembro de

2019. RAMOS, André de Carvalho. Curso de Direitos Humanos. [S. l.]: Saraiva, 2017.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. [Constituição (1988)]. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. [S. l.: s. n.], 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 set. 2019.

RUIC, Gabriela. 5 pontos para entender a crise na Venezuela: Da ascensão de Maduro ao poder em 2013 até os dias de hoje, entenda os fatores que deram origem e aprofundaram a crise Venezuela. Exame, [S. l.], p. 1-1, 13 maio 2017. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/mundo/5-pontos-para-entender-a-crise-na-venezuela/>. Acesso em: 8 outubro. 2019.

SOUZA, Vicente Matheus Assis de. Da história do direito do imigrante no Brasil: breves considerações. JusBrasil, Mato Grosso do Sul, p.1-20, 2004.

VENEZUELA. OEC, [s. l.], 2017. Disponível em: <https://oec.world/pt/profile/country/ven/>. Acesso em: 1 out. 2019

WELLE, Deutsche. Número de refugiados e migrantes da Venezuela chega a 4 milhões. Agência Brasileira, [s. l.], 7 jun. 2019. Disponível em: agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-06/numero-de-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-chega-4-milhoes. Acesso em: 27 set. 2019.

WOLFFENBÜTTEL, Andréa. O que é? - Índice de Gini. Ipea, [s. l.], 11 abr. 2004. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&It

emid=23. Acesso em: 2 out. 2019.

DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O DESAFIO DAS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC)

TEACHING IN HIGHER EDUCATION: TEACHER TRAINING AND THE CHALLENGE OF NEW INFORMATION AND COMMUNICATION TECHNOLOGIES (ICT)

Liliane Aparecida Estavas¹

Heidy Elizia Sauer Andrade²

Resumo: Em face do avanço das novas tecnologias que vem ocorrendo e atingindo a todos os setores da sociedade, o presente artigo traz uma discussão pautada em estudos sobre as mudanças que estão ocorrendo na educação. É relevante pensar de que maneira é possível utilizar tantos recursos disponíveis atualmente ao passo de poder proporcionar mudanças no processo de ensino-aprendizagem que até então era visto como algo estático e con-

1 Liliane Aparecida Estavas, é graduada em Letras pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e aluna do curso de pós-graduação em Docência no Ensino Superior pela Faculdade de Sinop (FASIPE) e atua na Educação Básica da rede estadual do município de Sinop/ MT, como professora de Língua Portuguesa

2 Heidy Elizia Sauer Andrade é graduada em Letras pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), é aluna do curso de pós-graduação em Docência no Ensino Superior pela Faculdade de Sinop (FASIPE), e atua como servidora pública

servador. A tarefa do professor no século XXI não é mais a de levar o conhecimento pronto ao discente, mas tem sim o papel de atuar como mediador e facilitador no processo de construção do conhecimento. As mudanças que estão ocorrendo obrigam os educadores a buscar conhecimentos gerais e específicos para que possam desempenhar de modo satisfatório seu papel na sociedade.

Palavras chave: Educação, Tecnologia, Formação de Professores, ensino.

Abstract: In the face of the advance of new technologies that has been occurring and reaching all sectors of society, this article presents a discussion guided by scholars about the changes that are occurring in education. It is important to think of how you can use so many resources

available today while providing power changes in the teaching-learning process which until then was seen as something static and conservative. The task of the teacher in the twenty-first century is no longer ready to take the knowledge to the student, but rather has the role of acting as a mediator and facilitator in the process of knowledge construction. The changes that are taking place have led educators to seek knowledge and expertise so that they can perform satisfactorily their role in society.

Keywords: Education, Technology, Teacher Training, Teaching

INTRODUÇÃO

Na sociedade pós - moderna vive -se dias em que as regras têm sido moldadas e impostas de acordo com as inovações tecnológicas que são dis-

ponibilizadas constantemente no mercado. Desta maneira, pode-se afirmar que é praticamente impossível viver indiferente às transformações vivenciadas no cotidiano das pessoas. Esses avanços tecnológicos têm levado as pessoas a buscarem incessantemente novos conhecimentos para que consigam acompanhar o turbilhão de informações e novidades pelo qual são aplacadas dia após dia.

As transformações que vêm sendo instauradas pela tecnologia de modo geral é evidente tanto é que a tendência comum das pessoas e organizações tem sido uma só: qualificação; até mesmo os setores mais resistentes da sociedade tem cedido a essa nova sociedade do século XXI. Exemplo disso é a educação que está cada vez mais adaptando-se ao novo cenário que se desenha para que não seja ultra-

passada. A preleção jesuítica, isto é, a prática do ensino onde o professor de certo modo é o detentor do conhecimento e o aluno, por sua vez aprendiz, está apto para aprender sem questionar consiste atualmente em um modelo de ensino que ficara impregnado durante séculos está sendo aos poucos modificado e modernizado pela inserção das novas tecnologias no universo educacional.

Nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, a introdução de novas tecnologias representa uma realidade, onde é possível observar, de modo especial nas instituições de nível superior, que as novas tecnologias vem sendo implantadas progressivamente.

O processo de introdução de novas tecnologias nas instituições de ensino superior, seja em países estrangeiros ou no Brasil, não é definitivamente um

movimento lento em que pesem as estatísticas e as iniciativas governamentais, e ainda que considerada por muitos, como um fato irreversível, a introdução das novas tecnologias não deixa de causar polêmicas.

O avanço das TIC- Tecnologias de Informação e Comunicação- tem propiciado maiores possibilidades de disseminação de informações, facilitando o acesso a estas, no entanto é preciso desenvolver competências e habilidades para se apropriar dos conhecimentos oferecidos pelas informações.

Na educação brasileira, sobretudo ao atingir o ensino superior, as tecnologias são hoje uma das questões mais discutidas entre educadores. Pesquisas, relatos e debates especializados, como os que vem acontecendo em diversos países demonstram que esta nova questão educacio-

nal não parece fugir às tradicionais trajetórias de resistência por que passam sempre as inovações.

Exemplo disso pode-se citar os congressos e eventos que tem sido desenvolvidos por respeitadas universidades brasileiras como a UNB- Universidade de Brasília - que promove desde 2012 o Congresso Íbero- Americano de Estilos de Aprendizagem, tecnologias e inovações com intuito de debater e promover a reflexão sobre a novo cenário educacional encarado pela sociedade e suas transformações assim como a UNEMAT- Universidade Estadual de Mato Grosso- que também vem realizando o Seminário de Informática na Educação para discutir a inserção de novas tecnologias no setor educacional.

A democratização do saber por meio da informação propõe alternativas que busquem

produzir, socializar e facilitar o acesso ao conhecimento, ultrapassando a metodologia de trabalho fundamental da reprodução para a produção do conhecimento. Por isso torna-se necessário buscar um referencial teórico que discuta a questão prática e a teoria na educação.

Os computadores estão cada vez mais presentes na sociedade, chegam às universidades como recurso importante para a modernização do sistema educacional permitindo e facilitando a concretização da produção de trabalhos. Exemplo disso é o acesso à internet que trouxe consigo mudanças radicais no processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, a sua inserção no ensino é um processo irreversível e a revolução tecnológica em cursos está se dando sem que os educadores possam contê-la.

Mediante a tudo isso,

faz-se necessário um acompanhamento do impacto tecnológico sobre a educação no ensino superior, com objetivo principal das melhorias da qualidade de ensino.

O cenário atual no tocante às instituições de nível superior é de elevada pressão em relação aos avanços tecnológicos, que por um lado lhes garantem melhores condições didáticas e pedagógicas e de outro, ocasiona mudanças ambientais e tecnológicas de uma era da modernidade, portanto, no atual contexto tecnológico em que o mundo se volta para um sistema comandado e dominado pela tecnologia; é necessário despertar-se para um modelo educacional que acompanhe este sistema. Para isso as universidades devem atender a um apelo de abrangência mundial, onde é indispensável o conhecimento teórico e prático

desse processo global. Essa preocupação é devido à prioridade dispensada aos profissionais habilitados nessa área no mercado de trabalho.

Com a globalização o processo de mecanização tem crescido de modo surpreendente e a educação como um sistema voltado para preparar o cidadão para a vida, deve se lançar na luta para levá-lo a deparar-se com essa situação com formação e capacitação tecnológica, oferecendo-lhe oportunidade de enfrentar os desafios surgidos.

É importante ressaltar que por muitos séculos a educação desenvolveu-se através da utilização de métodos e técnicas tradicionais, o conceito que tinha-se sobre ensino era de que o importante era transmitir conteúdos acumulados ao longo do tempo, pautados em fatos e conhecimentos que eram pertinentes à

sociedade da época ou que foram significativos para outros povos; no entanto esta mesma educação foi responsável pela criação científica e tecnológica que se incumbiria de modificar esta mesma estrutura conservadora e tradicional atualmente.

Dessa maneira acredita-se que o foco desse artigo é preponderante porque vem a colaborar com o debate sobre os avanços das novas tecnologias na educação, abrindo novas alternativas de melhoria para os problemas ocasionados por essa demanda nas instituições de Ensino Superior e também discutir o papel do docente frente à tais transformações.

É importante que no setor da educação, mais especificamente no que diz respeito aos cursos de nível superior, haja um amoldamento condizente com as novas exigências da socieda-

de atual e preponderantemente avocar para si um papel exemplar nessa conjuntura.

O novo cenário que se desenha na educação exige também que haja uma adaptação pedagógica por parte dos docentes, ou seja, usar as TIC's a favor da construção do conhecimento. Observa-se frequentemente é que muitos professores levados pelo ímpeto de ensinar acabam apenas reproduzindo conteúdos, isso significa, uma enorme carga teórica que muitas vezes não está relacionada à realidade social do aluno, causando assim uma dissociação clássica entre teoria e prática, fato bastante comum entre alunos recém-graduados.

Desse modo, pode-se dizer que a relação de conhecimentos e habilidades pode ser prejudicada caso as informações recebidas durante o curso de graduação se derem de forma que o

acadêmico não consiga estabelecer uma associação coerente com a prática pedagógica; se o foco não estiver claro, o conhecimento certamente não será construído de maneira apropriada; o que é preocupante; pois na sociedade atual as expectativas em relação aos profissionais que chegam ao mercado de trabalho são muitas, principalmente de que sejam pessoas flexíveis e criativos para lidarem com as necessidades em questão.

As Diretrizes Curriculares Nacionais atuais, homologadas a partir de 2001, indicam a necessidade de estruturar os cursos por meio de um projeto pedagógico onde o domínio das TICs é recomendado, ou seja, é relevante considerar que o cenário educacional não é mais algo estável e monótono, precisa estar inteirado, adequado às novas necessidades de mercado.

Nesse sentido, o presente artigo foi orientado com o objetivo de corroborar com as reflexões desenvolvidas no íterim do avanço das tecnologias no cenário da educação superior, com intento de auxiliar e melhorar o esclarecimento do papel do docente mediante à esta nova realidade.

Este trabalho implica numa metodologia de pesquisa indireta, de caráter bibliográfico, que consiste na utilização de referências teóricas já publicadas para análise e discussão do problema. Quanto aos fins, considera-se descritiva, pois a preocupação central é caracterizar a influência da tecnologia no Ensino Superior.

INFORMATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA: ASPECTOS RELEVANTES

Conectados, interligados; são estas as duas palavras que resumem a realidade atual, sites de busca, vídeos e redes sociais. Há avanços tecnológicos em todos os setores da sociedade, o mundo para se a Internet tiver algum problema. Os grandes centros financeiros e até mesmo os rincões do planeta dependem atualmente das tecnologias disponíveis no mercado. Vive-se a Era das Redes Sociais, da integração entre grandes organizações através da tecnologia; não há mais como evitá-la, ela tornou-se indispensável nos dias de hoje.

A sociedade indubitavelmente vem passando por grandes mudanças em todos os aspectos principalmente no que diz respeito às práticas educacionais, que apesar da resistência, estão tendo que acompanhar e adequar-se às novas regras dita-



das pela globalização. Espera-se de acordo com as exigências atuais que a educação faça o papel de preparar pessoas aptas a produzir transformações, questionar verdades absolutas e não apenas reproduzir o conhecimento já existente. De acordo com Silva:

O processo de globalização vem trazendo transformações ao mundo contemporâneo. O desenvolvimento de novas tecnologias assim como sua difusão pelos mais variados meios de comunicação, aponta para a necessidade se refletir sobre os paradigmas atuais de cultura, o mundo do trabalho e sociedade, fundamentalmente, da educação. A autonomia se constitui uma das marcas da diferença para o mundo do trabalho na contemporaneidade. A

mudança do modelo fordista para o pós fordismo exige um homem autônomo e reflexivo. (SILVA, 2004, p.13)

Mais do que profissionais capacitados tecnicamente, as universidades de modo geral estão sendo pressionadas a fornecer aos seus estudantes um ensino à altura das inovações e modificações ocorridas pelo avanço das tecnologias em um contexto geral, para que possam efetivamente conseguir desempenhar seu papel profissional dentro da sociedade contemporânea. Na realidade atual, um ensino tradicionalista que ignora as transformações que vem ocorrendo já não tem prestígio no cenário econômico global; Behrens afirma que:

O advento da economia globalizada e a

forte influência dos avanços dos meios de comunicação e dos recursos de informática aliados à mudança de paradigma da ciência não comportam um ensino nas universidades que se caracterize por uma prática pedagógica conservadora, repetitiva e acrítica. (BEHRENS, 2000, p.69)

Presume-se a partir disso que os profissionais devem estar cada vez mais atentos e prontos para adaptarem-se às mudanças que surgem dia após dia com o advento das novas tecnologias cada vez mais presentes e acessíveis no mercado. Não há espaço para um ensino de mesmices e pouco dinâmico isto é que não envolva o aluno diretamente na construção de seu próprio conhecimento. Neste tocan-

te é necessário promover a ponte entre teoria e prática e estar disposto a formar profissionais cada vez mais versáteis e criativos no âmbito social.

Após três décadas do surgimento do computador pessoal, que a priori era algo que representava poder para poucos, hoje tornou-se um item indispensável no cenário educacional tecnológico. Certamente os jovens da época dos hippies, dentre eles Steve Jobs, Paul Allen e Bill Gates promoveram uma revolução tecnológica imprescindível para a sociedade atual.

Passados cerca de trinta anos do surgimento do computador pessoal, podemos constatar que os objetivos de um grupo de jovens em “instituir novas bases para a informática revolucionar a sociedade” foram,

até certo ponto atingidos, fanáticos por eletrônica, esses jovens da época dos hippies tinham a pretensão “ de desviar a nova tecnologia em favor da “contra cultura” (LEVY, 1993, p.43)

Esta revolução continua a acontecer em todos os setores da sociedade, inclusive no mais resistente, no caso a educação, vive-se a Era da informação, tudo é muito rápido, imediato e finda por tornar indispensável a inserção de tecnologias na educação e também uma mudança em relação ao ensino, o professor já não deve mais pautar-se apenas em transmitir o conhecimento, mas sim incentivar o aluno a construí-lo e buscá-lo. Afirmo Silva:

A Era da Informação pressupõe uma

sociedade em transformação constante, portanto exigirá uma escola em transformação constante. A inserção de novas mídias e das telecomunicações torna-se fundamental. Métodos participativos deverão substituir a mera transmissão de conhecimento. O professor passa a ser um estimulador e coordenador do processo de ensino-aprendizagem e não mais um mero transmissor de conhecimento fragmentado em disciplinas. (SILVA, 2004, p.24)

O cerco está se fechando contra a resistência à tecnologia, não há mais como viver e conviver na sociedade se não houver uma adaptação ao novo jeito de construir a educação, não há mais como ignorar as trans-

formações cada vez mais evidentes, como por exemplo o uso das tecnologias como instrumento de melhoramento pedagógico, isto é o uso de computadores, internet e outras mídias com intuito de transformar o patamar educacional atual, sendo assim ignorar a força da “Era da Informação” é o mesmo que não estar apto a trabalhar neste setor da sociedade. Pode-se afirmar veementemente que a educação hoje está passando por um processo metamórfico que perdurará por alguns anos ainda até que haja total integração entre profissionais- alunos e tecnologia, obviamente quem não estiver preparado não permanecerá neste caminho longo e desafiador.

AS TIC- TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO- E MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA

A princípio para dar início à reflexão sobre as TIC, tecnologias da informação e comunicação, é relevante que tenha-se ao menos uma definição do são elas e o que representam no âmbito educacional; Segundo BEHREN (2000), pode ser compreendida da seguinte forma:

Num caráter mais amplo, a tecnologia da informação, entendida como recursos de hardware, software e redes de computadores, pode ajudar a tornar mais acessíveis e conhecidos para os professores as políticas educacionais dos países, os projetos pedagógicos das escolas em todos os níveis, os projetos de aprendizagem construído por professores e alunos, as opções paradigmáticas e as

proposições metodológicas das instituições de ensino, bem como os mais diversos aplicativos que podem ser colocados à disposição dos alunos e de todos os usuários da sociedade. (EHREN,2000,p.94)

Neste íterim, é possível afirmar de maneira irrefutável que as novas tecnologias de comunicação e informação, popularmente chamadas de TIC; trouxeram mudanças significativas e positivas para a educação. Há uma diversidade de opções que atualmente são disponibilizadas no mercado atual pode-se citar como exemplos os vídeos, programas educativos tanto na televisão quanto no computador, sites educacionais , softwares diferenciados que tornam mais dinâmicas aulas que até então só eram ministradas de forma

tradicional, e fazem desse modo com que haja transformação no espaço de ensino-aprendizagem, anteriormente dominado apenas por uma lousa, giz, a voz do professor e o indispensável livro. As mudanças estão acontecendo de maneira gradual, porém ao mesmo tempo exige que haja uma adequação urgente para que elas possam estar colaborando efetivamente com o bom desenvolvimento educacional. De acordo com Cascarelli:

A velocidade das mudanças tecnológicas é tamanha que exige que a educação mude rapidamente, para acompanhá-las. O surgimento do rádio, da televisão, de microcomputadores e dos CD-ROMS interativos passou a influenciar o modo pelo qual aprendemos e continuamos aprendendo. Com uma

fonte de energia elétrica e uma conexão telefônica, mesmo as áreas mais remotas podem ter acesso aos grandes centros de informação do mundo. (CASCARELLI, 1998, p 77)

Todavia, para que as TIC possam trazer alterações no processo educativo, precisam ser entendidas e aliadas pedagogicamente, ou seja, é preciso ter respeito pelas especificidades do ensino e também da tecnologia, para poder assegurar que seu uso, de fato, seja um notável diferencial. Não basta apenas usar o computador, vídeos e a TV, e necessário entender de que maneira empregar pedagogicamente a tecnologia escolhida.

Conforme Coelho (1990), a sociedade atual vivencia uma Era de Revolução tecnológica que torna perfeitemen-

te indispensável que mesmo os setores tido como os mais retrógrados, como é o caso da Educação, passe a rever seus conceitos e adaptar-se ao novo integrando pedagogicamente. De modo que a tecnologia possa corroborar positivamente com o aprendizado e desenvolvimento dos alunos sem ignorar até mesmo a cultura de massa, e que possa desenvolver através dela projetos pedagógicos que possibilitem a inovação na maneira de ministrar aulas.

Afirma ele:

A revolução tecnológica constitui um novo ambiente pós-industrial, onde o técnico e o consumo personalizado invadiram o cotidiano. Ou seja, não faz mais sentido que a educação continue a alimentar o horror pela sedução e pela banalização

da cultura de massa. É preciso reconhecer maduramente suas vantagens e limites, procurar desenvolver projetos pedagógicos que oportunizem aos alunos uma interação mais ativa e crítica com os meios de comunicação e as novas tecnologias. (COELHO, 1990, p.104).

Entretanto faz-se necessário lembrar que de nada adianta ter nas mãos uma ferramenta fantástica, capaz de produzir excelentes resultados se não houver conhecimento necessário para sua boa utilização, isto significa dizer então que, em meio a esse cenário de inovações tecnológicas na educação, se não houver adequação pedagógica não haverá resultados tão bons quanto poderiam ser.

Por isso, ao docente

cabe cada vez mais o papel de mediador e facilitador da construção do conhecimento utilizando-se do que há de melhor nas TIC atualmente; em consonância com Pais:

A síntese de um conhecimento ocorre sempre a partir de informações, mas o conhecimento em si mesmo não deve ser confundido com dados informativos. Da mesma forma como ocorre na natureza, na elaboração do conhecimento não existe geração espontânea. Todo conhecimento tem uma precedência. (PAIS,2010, p.19)

Neste contexto, apesar de todas TIC que estão disponíveis para serem utilizadas no campo da educação, é importante que elas sejam usadas de maneira

que venha agregar melhorias no processo de ensino-aprendizagem, que haja engajamento entre a construção do conhecimento e as tecnologias, sendo utilizadas a favor do desenvolvimento do aluno, com projetos pedagógicos eficientes e capazes de produzir resultados cada vez melhores tanto para os discentes quanto para os docentes. São muitos os recursos disponíveis, computadores, vídeos, televisão, internet entre tantos outros, no entanto o realmente fará diferença será a maneira com que tudo isso for empregado; É o desafio da educação no século XXI.

O PERFIL DOCENTE DO ENSINO SUPERIOR E AS EXIGÊNCIAS DE FORMAÇÃO

A sociedade pós-moderna exige mudanças em todos

os setores, mesmo aqueles essencialmente tradicionalistas, como é o caso da Educação precisam ser transformados. A Era do conhecimento a qual está sendo vivenciada nos dias atuais requer inovação e criatividade. Nas últimas décadas o conhecimento tomou uma dimensão tão significativa que exige novas maneiras de ser adquirido; aos poucos o espaço para a pedagogia jesuítica cujas aulas pautavam-se na preleção, isto é exposição de determinado conteúdo perante uma plateia e logo após exercícios já não está atingindo os objetivos estipulados hoje no processo de ensino-aprendizagem, sobre isso ressalta Moran:

Muitas das formas de ensinar hoje não se justificam mais. Perdemos tempo demais, aprendemos muito pouco, desmotivamo-nos continua-



mente. Tanto professores como alunos temos a clara sensação de que muitas aulas convencionais estão ultrapassadas. Mas para onde mudar? Como ensinar e aprender em uma sociedade mais interconectada? (MORAN,2000, p.11)

Há um grande desafio para a docência atual: como romper o tradicionalismo e oferecer aulas que agucem o desejo de aprender? Como chamar a atenção em uma sociedade cada vez mais moderna? Para ser docente atualmente, não basta apenas ter cursado uma boa faculdade, as exigências vão muito além, nem todos estão preparados para lidar com a sociedade pós-moderna e por isso há a necessidade de estar atualizando os conhecimentos e estar disposto a aderir à novas formas de ensinar, isto é conse-

guir aliar os recursos tecnológicos disponíveis ao que se pretende ensinar, podendo proporcionar dessa maneira uma nova motivação aos discentes em aprender. O professor que não se pré-dispõe a isto não está preparado para lidar com atividade docente; e apesar de hoje estarem disponíveis as TIC na educação, professor deve ter claro em sua mente que apenas elas são incapazes de surtirem um resultado positivo.

Neste tocante, MORAN, (2000) diz que como em outras épocas, há uma expectativa de que novas tecnologias nos trarão soluções rápidas para o ensino. Sem dúvida tecnologias nos permitem ampliar o conceito de aula, de espaço e tempo, de comunicação audiovisual, e estabelecer pontes novas entre o presencial e o virtual, entre o estarmos juntos e o estarmos conectados à distância. Mas, se

ensinar só dependesse de tecnologias, já teríamos achado as melhores soluções há muito tempo. Elas são importantes, mas não resolvem as questões de fundo. Ensinar e aprender são os desafios maiores que enfrentamos em todas as épocas e particularmente agora em que estamos pressionados pela transição do modelo de gestão industrial para o da formação e do conhecimento.

Em relação ao uso das TIC na educação e o papel do professor mediante a este contexto afirma Papert que as tecnologias da comunicação não substituem o professor, mas modificam algumas das suas funções. A tarefa de passar informações pode ser deixada aos bancos de dados, livros, vídeos, programas em CD. O professor se transforma agora no estimulador da curiosidade do aluno por querer conhecer, por pesquisar, por buscar

a informações mais relevantes.

Num segundo momento, coordena o processo de apresentação dos resultados pelos alunos. Depois, questiona alguns dos dados apresentados, contextualiza os resultados, adapta-os à realidade dos alunos, questiona os dados apresentados. Transforma informação em conhecimento e conhecimento em saber, em vida, em sabedoria – o conhecimento com ética.

Na conjuntura social atual só há espaço para profissionais dispostos a encarar desafios e desenvolver um trabalho diferenciado de maneira eficaz e produtiva, caso contrário, acaba por ser exilado do meio profissional em que se dispõe a atuar. Por certo esta situação vem culminar essencialmente nas crescentes exigências de formação do responsável por formar estes novos profissionais; isto é, crescem



cada vez mais a lista de requisitos que o professor universitário deve enquadrar-se, inclusive no que diz respeito ao domínio da TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação); o grande problema é que nem todos são preparados para lidar com elas, haja vista que as universidades que oferecem cursos voltados para a docência não ofertam uma preparação condizente. A questão é como lidar com os avanços tecnológicos atuais se não houve uma preparação adequada; afinal qual o papel do professor mediante a isso e de que forma trabalhar com esta problemática?

Em consonância com Behren (2000) as exigências de uma economia globalizada afetam diretamente a formação dos profissionais em todas as áreas do conhecimento. Torna-se relevante alertar que o profissional esperado para atuar na sociedade

contemporânea exige hoje uma formação qualitativa diferenciada do que se tem ofertado em um grande número de universidades; ou seja, para atuar no mercado de trabalho atual é necessário ter qualificação, qualidade de trabalho e versatilidade para adaptar-se às mais complexas situações a serem enfrentadas cotidianamente.

Para o professor, não é diferente, pelo contrário, de certo modo é até mais desafiador do que qualquer outra profissão, pois lidar com a formação de novos profissionais exige hoje: talento, criatividade, dedicação e responsabilidade para exercer tal papel social. Conforme Moran (2000), ensinar é um processo social (inserido em cada cultura, com suas normas, tradições e leis), mas também é um processo profundamente pessoal: cada um de nós desenvolve um estilo, seu

caminho, dentro do que está previsto para a maioria. A sociedade ensina. As instituições aprendem e ensinam. Os professores aprendem e ensinam. Sua personalidade e sua competência ajudam mais ou menos. Ensinar depende também de o aluno querer aprender e estar apto a aprender em determinado nível (depende da maturidade, da motivação e da competência adquiridas), isto é, além da dedicação do professor no processo de ensino-aprendizagem, também é importante que haja predisposição do aluno, que ele consiga sentir-se envolvido e motivado para aprender o que lhe está sendo ensinado; o que caracteriza, indiscutivelmente para o educador um desafio constante.

Com a vasta gama de informações hoje disponibilizadas através das mídias existentes, seja ela escrita, televisiva ou mesmo virtual, que de certa for-

ma fica difícil conseguir gerenciá-las e separar o que deve-se ou não ser observado com maior relevância. Isto indica que de certo modo tornou-se impossível permanecer exercendo a docência de maneira tradicionalista. Não há espaço para uma educação essencialmente formal, onde o professor está em sala de aula apenas com a função de transmitir conteúdos preestabelecidos. Afirma Moran sobre isso:

Ensinar e aprender exigem hoje exigem muito mais flexibilidade espaço-temporal, pessoal e de grupo, menos conteúdos fixos e processos mais abertos de pesquisa e de comunicação. Uma das dificuldades atuais é conciliar a extensão da informação, a variedade das fontes de acesso, com o aprofundamento da sua



compreensão, em espaços menos rígidos, menos engessados. Temos informações demais e dificuldade em escolher quais são as mais significativas para nós e em conseguir integrá-las dentro da nossa mente e da nossa vida.” (MORAN, 2000, p.29)

Moran(2000) afirma que o professor, com acesso a tecnologias telemáticas, pode se tornar um orientador/ gestor setorial do processo de aprendizagem, integrando de forma equilibrada a orientação intelectual, a emocional e a gerencial. Para que haja uma otimização das informações disponíveis atualmente o professor deve estar preparado para o papel de gestor/ orientador de seus alunos e não como o detentor do saber em sala de aula, deve hoje estar no papel de mediador e

não ditador de verdades absolutas e inquestionáveis, deve estar apto a auxiliar o aluno a construir seu próprio conhecimento.

Papert (1988) destaca que inserir a utilização de tecnologias em sala de aula é algo inovador e que o uso das mesmas é capaz de melhorar a relação professor-aluno possibilitando que o cada discente possa construir seu próprio conhecimento tendo no professor o orientador para desenvolver suas atividades efetivamente.

As tecnologias da comunicação não substituem o professor, mas modificam algumas de suas funções. A tarefa de passar informações pode ser deixada aos bancos de dados, livros, vídeos, programas em CD.o professor se transforma agora no estimulador da

curiosidade do aluno por querer conhecer, por pesquisar, por buscar informações mais relevantes. Num segundo momento, coordena o processo de apresentação dos resultados pelos alunos. Depois, questiona alguns dos dados apresentados, contextualiza os resultados, adapta-os à realidade dos alunos, questiona os dados apresentados. Transforma informação em conhecimento e conhecimento em saber, em sabedoria- o conhecimento com ética. (PAPERT, 1988, p.21)

O autor supracitado deixa claro que o professor deve ser instigador da pesquisa e orientador de seu desenvolvimento. No entender de Levy (1996) compete ao professor incitar os discentes a aprender a pensar e

não aceitar apenas o que já está pronto, porém para que o professor possa exercer a docência de tal modo, isto é utilizando-se das TIC, ele deve ter passado por um processo de formação que o preparou para tal atividade, fato que massivamente não ocorre nas universidades, sabe-se que existem dificuldades através dos meios convencionais para se preparar professores aptos a lidarem com novas tecnologias, deste modo é preciso formá-los da mesma maneira que exige-se que eles atuem, o que é indiscutivelmente prejudicial para o seu desempenho profissional.

Conforme Mercado (2002), para que o processo de formação do professor atendes-se ao que exige-se em função do avanço das TIC (Tecnologias de Informação e comunicação) que ele desenvolva seria necessário incorporar à sua metodologia



conhecimentos das novas tecnologias e como aplicá-la;isto é preparar o docente para trabalhar em concordância com as exigências que lhes são impostas atualmente neste aspecto, para que isto ocorra seria necessária uma intensa transformação curricular nas universidades que preparam os professores para atuarem profissionalmente.

Há ainda muito a se fazer no tocante à formação de professores que estejam engajados com as novas tecnologias para que possam usá-la como aliada no desenvolvimento de suas aulas; ao mesmo tempo; apenas a formação apropriada e o domínio de tais recursos não garantirão que o processo de ensino-aprendizagem se dê modo eficaz e satisfatório. Segundo Silva:

Relevante que se frise a importância do educador para qual-

quer política educacional e cabe advertir que apenas a instalação de equipamentos não dará conta das mudanças necessárias, pois a formação dos profissionais devem ser prioridade. (Silva, 2004, p.90)

A autora supracitada enfatiza que de nada adianta meios fantásticos de tecnologia se não houver um profissional apto para usufruir deles de maneira proveitosa a ponto de dinamizar o ambiente da sala de aula.

Moran(2000) ressalta que o professor deve ser o mediador no processo de ensino – aprendizagem, deve usar as ferramentas que lhes são ofertadas incentivando o discente a pesquisar e dessa maneira construir o seu conhecimento, afirma ele:

O professor é um pesquisador em ser-

viço. Aprende com a prática e a pesquisa e ensina a partir do que aprende. realiza-se aprendendo-pesquisando-ensinando-aprendendo. O seu papel é fundamentalmente o de um orientador/mediador. (MORAN, 2000, p.30)

É importante que os docentes dos dias atuais estejam abertos às mudanças tecnológicas existentes e predisposto a adequa-las no seu dia-a-dia com seus alunos, para que dessa maneira possa ajudar a formar profissionais cada vez mais preparados e que possam atender o mercado de trabalho com as exigências que atualmente são impostas.

Silva (2004) defende que a utilização da informática pode ser inesgotável dependendo da forma como os educado-

res veem o computador: como empecilho ou como ferramenta de mais-valia no processo de ensino-aprendizagem, isto é, pode ser explorado infinitamente de acordo com a visão do profissional ou simplesmente ser ignorado. Para ela, a preocupação de alguns professores que tem ser substituídos é infundada, pois o papel que o docente desempenha na sala de aula jamais poderá ser substituído por uma máquina por mais potente que ela possa parecer, nesse sentido não há razão para ser resistente às mudanças que se apresentam no cenário tecnológico atual. Afirma ela:

Portanto, capacitar o professor para a inserção da informática educativa, adequando sua prática às exigências do mundo contemporâneo deveria ser o primeiro passo no sentido de se atingir

uma educação que vise à formação de uma cidadania plena (Silva, 2004, p.96)

De acordo com tal conjuntura, é importante considerar que vivencia-se atualmente uma época de transição entre duas realidades históricas e sociais, a Época Moderna e a Pós-moderna, já denominada por alguns como Sociedade da Informação, há quem diga Sociedade do Conhecimento, onde de um lado estão as mudanças constantes no cenário tecnológico cada vez mais dinâmico e veloz e de outro, um sistema escolar que ainda não está tão adaptado a esta nova realidade que tem se apresentando na pós-modernidade. É nesse momento que percebe-se o quão é importante que haja mudanças na atitude e na formação docente, de procurar adequar-se aos novos passos que a educação

necessita desenvolver, caso contrário, corre-se risco de tornar-se um setor obsoleto e ultrapassado. Assim sendo cabe ao docente estar consciente que deverá estar em formação constante e flexível às mudanças que se apresentam, a sociedade está mudando e professor ao desenvolver seu papel social também deve estar aberto a transformar, a modificar, a fazer o novo e não ficar preso apenas no tradicionalismo, mas sim saber aceitar e incorporar positivamente ao seu trabalho as várias opções tecnológicas que lhes são disponibilizadas todos os dias.; eis o grande desafio para o docente na sociedade pós-moderna.

CONCLUSÃO

As TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação) atualmente disponíveis para o uso na educação é capaz de instituir

um novo protótipo educacional, onde o aluno é capaz de construir seu próprio conhecimento caso seja orientado satisfatoriamente para que isso ocorra. Neste sentido, cabe então ao docente que se propõe em atuar nas instituições de ensino, ou seja, no ensino superior, que esteja disposto a estar adequando-se a tais mudanças que estão ocorrendo contemporaneamente.

As novas tecnologias são de grande valia no processo de ensino-aprendizagem quando engajadas positivamente na proposta pedagógica das instituições certamente irão surtir resultados muito mais satisfatórios do que os que são obtidos através de meios tradicionais de ensino, isto é utilizando-se apenas de caderno, lousa e giz.

Cabe ao professor ter consciência de que o cenário atual da educação já não está pronto

e sim em constante modificação, o que significa dizer que enquanto profissional precisa estar buscando conhecer e aperfeiçoar-se quanto às tecnologias disponíveis no mercado para que dessa maneira possa inovar e melhorar o seu trabalho como orientador no ambiente da sala de aula. Flexibilidade e dinamismo para ensinar são as palavras que serão indispensáveis no contexto educacional atual.

REFERÊNCIAS

- BEHRENS, Maria Aparecida.
MASETTO, Marcos T.MORAN, José Manuel. Novas mídias e mediação pedagógica. 19ª ed. Campinas-SP, Papirus.
- CASCARELLI, C. V. O uso da informática como instrumento de ensino-aprendizagem. Revista Presença Pedagógica, vol.4, n.20, p.29-37, mar/abr. 1998.

COELHO, Eduardo P. Utopia no mundo imperfeito. Rio de Janeiro-RJ, Caderno de idéias do Jornal do Brasil, agosto de 1990.

LEVY, Pierre. O que é virtual, trad. Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1996, 160p (Coleção Trans)

MERCADO, L. P. L. Novas tecnologias na educação: reflexões sobre a prática. Maceió: EDUFAL, 2002.

MORAN, J. M. Mudanças na comunicação pessoal: gerenciamento integrado da comunicação pessoal, social e tecnológica. São Paulo: Paulinas, 2000.

PAIS, Luiz Carlos. Educação Escolar e as tecnologias da informática. 1 ed. 3reimp. Belo Horizonte, 2010.

PAPERT, S. Logo: Computadores e educação. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SILVA, Angela Carrancho da. Infovias para a educação. Campi-

nas- SP:Alínea,2004.

ENCARCERAMENTO EM MASSA: REFLEXÕES DIANTE DA CRISE SANITÁRIA PELO NOVO CO- RONAVÍRUS

MASS INCARCMENT: REFLECTIONS BEFORE THE HEALTH CRISIS BY THE NEW CORONAVI- RUS

José Júnior Bezerra da Silva¹

Resumo: Dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias apontam que o Brasil consta como o terceiro país no mundo em números de pessoas privadas de liberdade. Esses dados induzem a pensar que se as históricas denúncias de desigualdades baseadas na raça feitas por movimentos negros não são suficientes, é preciso fomentar uma aproximação com produções acadêmicas e intelectuais históricas, e atuais, de pensadores negros

e negros, e de não-negros comprometidos com a temática. O presente estudo trata-se de uma resenha da obra Encarceramento em Massa de Juliana Borges. Diante da emergência dessa prática social, relacionarmos a problemática do encarceramento em massa brasileiro (e a forma como afeta a população negra do país) com a atual crise sanitária pelo novo Coronavírus (COVID-19). Em linhas gerais, a partir deste contexto, é reforçada uma lógica

¹ Terapeuta Ocupacional. Mestre em Psicologia-Universidade Federal de Alagoas

Necropolítica, surgida a partir da lógica colonialista de colocar a vida de alguns grupos em contato constante com a morte, de fazer viver e deixar morrer.

Palavras-chave: Racismo; Encarceramento; Necropolítica; COVID-19.

Abstract: Data from the National Prison Information Survey show that Brazil is the third country in the world in numbers of people deprived of their liberty. These data lead us to think that if the historical denunciations of race-based inequalities made by black movements are not enough, it is necessary to foster a rapprochement with historical and current academic and intellectual productions, of black and black thinkers, and committed non-blacks with the theme. This study is

a review of the work Encarceramento em Massa by Juliana Borges. In view of the emergence of this social practice, we relate the problem of mass incarceration in Brazil (and the way it affects the country's black population) with the current health crisis caused by the new Coronavirus (COVID-19). In general lines, from this context, a Necropolitical logic is reinforced, arising from the colonialist logic of putting the lives of some groups in constant contact with death, of making people live and letting them die.

Keywords: Racism; Incarceration; Necropolitics; COVID-19.

APRESENTAÇÃO DA AUTORA E DA ORGANIZADORA DA OBRA

Juliana Borges, feminista negra, militante e antipu-

nitivista, assina o segundo título da coleção *Feminismos Plurais: Encarceramento em Massa*. Formada em Letras pela Universidade de São Paulo, estuda Sociologia e Política e é pesquisadora em Antropologia na Fundação Escola de Sociologia Política de São Paulo. Durante a gestão de Fernando Haddad, exerceu a função de Secretária Adjunta da Secretaria Municipal da Prefeitura de São Paulo. Pesquisadora e colunista, em suas publicações aborda assuntos relacionados às questões sociais e feminismo negro. É consultora do Núcleo de Enfrentamento, Monitoramento e Memória de Combate à Violência da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP).

Djamila Ribeiro, filósofa, é coordenadora do projeto *Feminismos Plurais*, que a obra “*Encarceramento em Massa*” faz parte. Mestre em filosofia pela

Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), feminista negra e escritora, tem atuado como colunista, exercendo a função de secretária adjunta da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo. Djamila tem fortalecido os debates em torno do racismo, fomentando discussões em diversos veículos de comunicação, escrita acadêmica e publicações midiáticas.

PERSPECTIVA TEÓRICA DA OBRA

A obra apresenta uma abordagem descolonial, em uma perspectiva da interseccionalidade, se fundamentando em estudos de autores que problematizam a ideia de uma ciência eurocentrada, positivista e classificatória, a exemplo de Davis (2017), Mbembe (2003), Carneiro (2005), den-



tre outros. Esse tipo de perspectiva vai de confronto à lógica colonialista, considerando que não se pode falar da população negra com estudos que obtiveram vantagens a partir da exploração, invisibilização e exclusão; e desqualificação pelo processo colonialista que acontecia desde o final do século XIX. Akotirene (2019) também critica a postura civilizatória colonizadora, interseccionando metodologicamente as estruturas de raça, gênero, sexualidade, nação e classe, e determinando um coro latino-americano de enfrentamento ao colonialismo, imperialismo e monopólio epistêmico ocidental. Assim, a perspectiva da interseccionalidade por ele empregada foi utilizada por considerar que ela “visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e “cisheteropatriar-

cado” (AKOTIRENE, 2019, p. 14).

Almeida (2019) aponta, ainda que a resistência contra o racismo tenha raízes mais antigas, foi a partir do século XX que os movimentos sociais assumiram um decisivo protagonismo político. De acordo com o pesquisador, esses movimentos sociais foram formados por intelectuais de diversos campos do conhecimento, sob a influência de uma pluralidade cultural e ideológicas, “que dialogaram, mesmo que de modo tenso e muito crítico, com vertentes liberais, existencialistas e marxistas, o que se pode observar na tradição de estudos decoloniais e pós-coloniais” (p. 92).

BREVE SÍNTESE DA OBRA

A obra apresenta um



panorama do atual quadro de encarceramento em massa que vem assolando o mundo, em especial no Brasil, terceiro país do mundo no número de pessoas privadas de liberdade. Ainda, articula feminismo negro com o encarceramento em massa e, durante as discussões, as temáticas vão caminhando juntas e se interseccionando, apresentando o panorama da desigualdade social agravado pelo processo de encarceramento vigente. A autora destaca que o livro não objetiva encerrar dúvidas; ao contrário, se propõe a estimular a busca por outras referências e movimentos, compreendendo que “não mudamos nada, absolutamente nada, sozinhas” (BORGES, 2019, p.18).

Ainda no início do livro, a autora justifica a necessidade das discussões relacionadas ao sistema judicial criminal e o feminismo negro. O texto foi orga-

nizado em três partes: na primeira, apresenta um breve histórico sobre a punição e o aprisionamento; em seguida, fala sobre a ideologia racista e o sistema de justiça criminal brasileiro; e, por fim, traz a discussão sobre gênero, raça e classe e a atual guerra às drogas, denominadas como estruturas de manutenção das desigualdades.

PRINCIPAIS TESES DESENVOLVIDAS E REFLEXÃO CRÍTICA

O texto apresenta o violento processo de encarceramento no Brasil, a partir dos dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, problematizando essas informações a partir dos questionamentos: “O que leva a todo esse encarceramento?”, “Por que nossa cultura é tão judicializada e criminaliza-



dora das relações sociais?” e “Por que há tanta diferenciação quanto aos grupos sociais que essa cultura e suas estruturas atingem?”. Segundo Borges (2019), os dados apontam que a população prisional não é multicultural e tem, sistematicamente, seus direitos violados. Em uma leitura feita a partir do filósofo francês Michel Foucault (2016), em seu estudo sobre as prisões, esse tipo de local é apresentado como espaço de correção e punição; porém, o cárcere distorce mais do que corrige.

Antes de avançar nas discussões, é necessário trazer conceitos que atravessam a obra aqui estudada. De acordo com Almeida (2019, p. 22), pode-se dizer que o racismo se configura como “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práti-

cas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam”. Não se trata de apenas um ato discriminatório, ou mesmo um conjunto de atos, mas de um imenso processo em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da economia, política e das relações cotidianas (ALMEIDA, 2019).

A atual perspectiva neoliberal que está presente na sociedade, tem desde sua fundação, uma lógica racista, marcada por episódios de desigualdades. São opressões estruturais e estruturantes da constituição de uma sociedade que surgem, para o mundo ocidental, pela exploração colonialista e ainda marca, em todos os seus processos, relações e instituições sociais, as caracte-

rísticas da violência, usurpação, repressão e extermínio daquele período (BORGES, 2018).

Almeida (2019) reconhece que, embora haja relação entre os conceitos “preconceito” e “discriminação”, o racismo se diferencia do preconceito racial e da discriminação racial. O preconceito racial “é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias” (ALMEIDA, 2019, p. 22). Já a discriminação racial é “a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados” (ALMEIDA, 2019, p.23). Em outras palavras, a discriminação utiliza como requisito fundamental o poder, ou seja, a possibilidade efetiva do uso da força, sem o qual não é possível atribuir vantagens ou desvantagens por

conta da raça (ALMEIDA, 2019).

Segundo Borges (2018), os processos de desumanização e objetificação marcam os corpos e sujeitos negros, a exemplo das mulheres negras, que têm sido historicamente estereotipadas e objetificadas, chegando a ser animalizadas como instáveis, incapazes para o trabalho intelectual, quentes, lascivas, desconfiadas, brutas, impacientes, braçais e bravas. Esse discurso está alicerçado na constituição de uma sociedade escravocrata, em que os corpos das mulheres negras eram violados para o prazer dos homens proprietários e pelo ódio e ciúme das mulheres brancas. Com isso, o rebaixamento e subalternização destes corpos se torna uma constante.

Esse passado histórico se faz presente na memória social. Tal fenômeno ocorre pelo corpo-memória, que necessita



se restabelecer e reconstruir dinamicamente. Este processo, ao bloquear a capacidade de se ver sujeito, bloqueia também as relações com o outro e, consequentemente, as relações sociais que serão firmadas. As características físicas e os aspectos culturais são hierarquizados neste sistema para garantir a subalternização destes povos por um discurso que contorna todas as esferas: moral, política, social, econômica e jurídica. Logo, os discursos sobre o corpo e a moral da população negra foram fundamentais na constituição do racismo nas Américas, cruciais e determinantes para o sucesso da empreitada de hierarquia política e social no novo continente (BORGES, 2018).

Borges (2019) diz que parece absurdo falar de racismo, machismo, capitalismo, segregação e aprisionamento, no país

que vende ao imaginário internacional o misticismo do povo brasileiro. No entanto, somos apresentados a dados que contrastam isso. Pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, o Brasil consta como o terceiro país no mundo, ficando atrás de Estados Unidos e China, no número de pessoas presas, sendo grande parte dessa população composta por negros. Esses dados induzem a pensar que se as históricas denúncias de desigualdades baseadas na raça feitas por movimentos negros não são suficientes, é preciso fomentar uma aproximação com produções acadêmicas e intelectuais históricas, e atuais, de pensadores negras e negros, e de não-negros comprometidos com a temática.

A partir das informações trazidas por Borges (2019), é necessário refletir no que Davis fala em sua crítica ao sistema pri-

sional: segundo a pesquisadora, “aqueles que defendem o fim das prisões são rejeitados como idealistas e utópicos cujas ideias são, na melhor das hipóteses, pouco realistas e impraticáveis e, na pior delas, ilusórias e tolas” (DAVIS, 2018, p. 12). É difícil imaginar, a partir dessa reflexão, uma ordem social que não dependa da ameaça de enclausurar pessoas em lugares terríveis destinados a isolá-las de suas famílias e de suas comunidades. Essa dificuldade ocorre uma vez que, no imaginário social, são criadas ideias que naturalizam as prisões e que dificilmente consegue-se pensar a vida sem ela.

Em entrevista na obra “A democracia da abolição: Para além do império, das prisões e da tortura”, Davis (2019), ao discutir o que chama de “abolição penal”, é questionada sobre quais as perspectivas da abolição das

prisões, compreendendo que essa estratégia de governo parece ter se consolidado em todo o mundo, assim como nos Estados Unidos da América. Respondendo à pergunta, a autora afirma que acredita não haver resposta exata para a pergunta, e aponta algumas implicações:

O movimento abolicionista tem uma longa história, e, durante diversos períodos, os ativistas vêm mantendo essas condições prevalentes em presídios e cadeias, juntamente com o seu fracasso em cumprir sua proposta anunciada, constituindo-se no argumento mais forte para a abolição. Naturalmente, as condições tornaram-se ainda piores com o passar dos anos, e uma quantidade inimaginável de pessoas

— mais de dois milhões — atualmente é mantida na rede de presídios e cadeias dos Estados Unidos. Além disso, testemunhamos como essas instituições podem se posicionar na luta norte-americana pelo domínio global — e este constitui mais outro argumento para sua abolição (DAVIS, 2019, p. 51,52).

Davis acredita que, ao exigir o abolicionismo prisional, não imaginamos o desmantelamento isolado das instalações que chamamos de presídios e cadeias, o que, por vezes, é confundido como sendo o processo de abolição. O que na verdade é proposto é a reflexão a partir de um complexo industrial-prisional sobre o grau com que essas prisões são “profundamente estruturadas pelas condições sociopo-

lítico-econômicas de forma que essas mesmas condições sejam desmanteladas” (DAVIS, 2019, p. 52). Assim, pode-se dizer que a abolição prisional é uma forma de discutir problemas da versão particular de democracia representada pelo capitalismo.

Borges (2019) levanta outras questões para se pensar o elevado número de encarceramento no país: se o sistema prisional é tão efetivo, como tantas pessoas foram parar nas prisões sem que houvesse debates sobre sua eficácia? De fato, embora uma proporção relativamente pequena da população tenha vivenciado as condições do encarceramento, o mesmo não acontece em comunidades negras e latinas pobres, onde tais condições são colocadas para essas comunidades como se fossem um fato inevitável para suas vidas. Em síntese, Borges (2019)

acredita que não há possibilidade de vencer as amarras impostas por uma profunda estrutura de opressão, como o racismo, sem que haja luta coletiva.

Ao relacionarmos a problemática do encarceramento em massa brasileiro (e a forma como afeta a população negra do país) com a atual crise sanitária pelo novo Coronavírus (COVID-19), reforça-se mais ainda a lógica da Necropolítica apresentada por Mbembe (2003), surgida a partir da lógica colonialista de colocar a vida de alguns grupos em contato constante com a morte, de fazer viver e deixar morrer. Em dados apresentados em maio de 2020 por pesquisadores da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP), constatou-se que o Rio de Janeiro tinha, oficialmente, cinco óbitos notificados por Coronavírus da população prisional até aquele

momento; São Paulo, doze óbitos; Pernambuco, três óbitos; e Espírito Santo, dois óbitos. De acordo com a pesquisadora, essas informações não representam a realidade das unidades prisionais e, para comprovar sua afirmativa, citou uma revisão das mortes no Rio de Janeiro a partir de março (FIOCRUZ, 2020). De acordo com as falas de uma das pesquisadoras da instituição:

Fizemos uma revisão dos óbitos a partir do mês de março, quando começou a pandemia. Somente reclassificando as mortes que não têm confirmação pelo teste diagnóstico, mas foram por pneumonia grave ou síndrome respiratória aguda grave, atingimos uma taxa de 49 em mil, ou seja, cinco vezes superior à taxa oficial só com

a reclassificação dos óbitos em revisão de boletim. Isso é bastante importante”, admitiu (FIOCRUZ, 2020, p. 1).

Pelo avanço da doença, há quase seis meses do início da pandemia no Brasil, possivelmente esses números aumentaram, e a população carcerária padece refém do Estado e da pandemia. Para Silva (2020), apesar da não distinção em gênero, raça, cor e outros marcadores sociais, devemos considerar o contexto da população negra que, ao longo dos tempos, tem sofrido racismo e enfrenta desigualdades e discriminações em vários segmentos, inclusive no âmbito da saúde.

O Conselho Nacional de Justiça (2020), como forma de enfrentamento ao avanço do novo Coronavírus nas prisões, divulgou a Recomendação nº 62/2020

do Conselho, objetivando incentivar tribunais e magistrados à adoção de medidas preventivas ao alastramento da doença no sistema de justiça prisional e socioeducativo. Cabe aqui pontuar que se trata de uma estratégia que opera a partir da lógica de governo, da vigilância e do controle da população privada de liberdade.

Silva (2020), em análise de publicações midiáticas relacionadas à população negra e ao Coronavírus, compreende a população carcerária como grupo de risco para a infecção, o que é agravada pela superlotação, espaços insalubres com pouca circulação de ar, higiene precária, entre outros fatores. Para o autor, sobre a ascensão dos casos de Covid-19 pelo mundo, o encarceramento em massa tem se tornado um agravante para os reclusos. Além da precariedade já apresentada, os dados indicam

que a maioria dessa população é composta por negros e pobres.

Sobre a mídia, Borges (2019) assevera que as publicações midiáticas, volta e meia, apresentam “crises” no sistema prisional. A autora, levanta alguns questionamentos:

Será mesmo uma crise? E por que não conseguimos vislumbrar alternativas para um sistema que vemos, explicitamente, que pouco funciona no sentido de restaurar pessoas ao convívio social? Se nem na sua proposta mais retrógrada, que é de remodelamento de corpos, o sistema tem se mostrado efetivo, por que insistimos nessa proposta? O argumento de que o aprisionamento tem garantido a nossa segurança se mostra cada dia mais falho (BORGES, 2019,

p. 74).

CONCLUSÕES

As prisões estão cada vez mais lotadas, evidenciado cada vez mais as estratégias “higienistas” do Estado. A partir da alta taxa de aprisionamento brasileira, se esses números continuarem crescentes, no ano de 2075, uma em cada dez pessoas terá sua liberdade privada. A dinâmica de comunidades, de milhares de famílias, tem sido transformada, isso sem contar a ligação que existe entre esse aumento e a força de facções, cada vez mais crescentes nos presídios (BORGES, 2019)

Aqui, evidencia-se as vulnerabilidades sociais da população encarcerada, ficando evidente que foram essas exposições e ausências que levaram essas pessoas a uma criminalização e



uma punição, e não o contrário. Assim, Borges (2019) acredita que a responsabilidade por pensar alternativas, vislumbrar futuros harmônicos para essa população, é de todos os indivíduos. Desse modo, discutir as condições de vida e de vulnerabilidade de nossas comunidades, de nossas mulheres mais invisibilizadas pelo sistema prisional, deve ser uma prioridade, pois, é na engrenagem reordenada e reorganizada do racismo que este continua a girar sob um novo marco, violento, objetivando não apenas o controle sobre essas pessoas, mas o extermínio simbólico e físico delas.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, C. Interseccionalidade. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen Livros, 2019. 152 p.
- ALMEIDA, S. L. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen Livros, 2019. 264 p.
- BORGES, J. Encarceramento em massa. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen Livros, 2019. 144 p.
- BORGES, J. Ju Borges: A emergência do 14 de maio, aquilombemos! 2018. Disponível em: <https://midianinja.org/julianaborges/emergencia-do-14-de-maio-aquilombemos/>. Acesso em 20 de out. 2020.
- CARNEIRO, A. S. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. 339 f. Tese (Doutorado) - Educação, na área de Filosofia da Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CNJ. Conselho Nacional de Justiça. Nações Unidas difundem

recomendação do CNJ sobre Coronavírus em prisões. Disponível em <https://www.cnj.jus.br/nacoes-unidas-difundem-recomendacao-do-cnj-sobre-covid-em-prisoas>. Acesso em 21 de agosto de 2020.

DAVIS, A. A democracia da abolição: para além do império, das prisões e da tortura. Rio de Janeiro: Difel, 2019. Tradução de: Artur Neves Teixeira.

DAVIS, A. Vamos subir todas juntas: perspectivas radicais sobre o empoderamento das mulheres afro-americanas. In: DAVIS, Angela. Mulheres, cultura e política. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 18-25. Tradução de: Heci Regina Candiani.

DAVIS, A. Estarão as prisões obsoletas? Rio de Janeiro: Difel, 2018. Tradução de: Marina Var-

gas.

FIOCRUZ. Fundação Oswaldo Cruz. Mortes por Covid-19 avançam nas prisões. Rio de Janeiro, RJ, 2020. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/41398/2/MortesCovid-19Pris%c3%b5es.pdf>. Acesso em 18 de agosto de 2020.

FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

MBEMBE, A. Necropolitics. *Public Culture*, Durham, v. 15, n. 1, p. 11-40, Winter 2003. Tradução de: Libby Meintjes.

SIVA, M. A. B. População Negra e Coronavírus (COVID-19): algumas notas. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/89205>. Acesso em 20 de agosto de 2020

A CRIMINOLOGIA MUDIÁTICA COMO INSTRUMENTO DO ETIQUETAMENTO SOCIAL

THE MEDIA CRIMINOLOGY AS AN INSTRUMENT OF LABELING APPROACH

Igor Rodrigues de Oliveira Souto¹

Nayara Toscano de Brito Pereira²

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar o etiquetamento social e a criminologia midiática, pontuando suas consequências e limites, como tentativa de atenuar seus possíveis danos. Etiquetamento Social é o nome dado à estigmatização de indivíduos com o intuito de marginalizá-los e, eventualmente, encarcerá-los. Cronologicamente, foram sendo desenvolvidas teorias criminológicas. Sociólogos desenvol-

veram teses, de modo que cada nova tese confrontava a anterior. O labeling approach surgiu logo após a teoria positiva e a teoria das subculturas criminais. A principal marca do labeling approach é tratar de forma discriminatória e taxativa apenas uma parcela da população, qual seja: a parcela mais carente, em termos de poder aquisitivo. Como uma espécie de desdobramento do etiquetamento social, surgiu a criminologia mi-

1 Pós-graduando em Advocacia Criminal da ESA/PB. Bacharel em Direito pelo Unipê. Advogado.

2 Doutoranda em Ciências Jurídicas pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestra em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas pela UFPB.

diática, que nada mais é do que uma forma de manipulação exercida pela mídia, que endossa a estigmatização de indivíduos. A mídia reforça a ideia de estereótipos e constantemente palpita sobre o tratamento cruel que, na opinião daquela, estes indivíduos deveriam receber. A pesquisa torna-se relevante por tratar dos juízos de valor que são feitos baseados em tipos físicos, local de residência, companhias, cor da pele, etc, tudo isso em decorrência do etiquetamento social e da criminologia midiática. A metodologia utilizada foi a revisão de literatura, através de análise doutrinária de alguns autores. Nesta senda, cumpre ressaltar que o referencial teórico baseia-se em Alessandro Baratta (2002) e Zaffaroni (2012), dois dos principais expoentes no que tange aos temas em comento. Destarte, espera-se contribuir para o conhecimento

dos meandros do etiquetamento social e da criminologia midiática e, conseqüentemente, para a desmistificação da figura do criminoso, de modo a promover uma reflexão acerca de possíveis injustiças cometidas em face de alguns cidadãos em decorrência de julgamentos precipitados e dotados de pura estigmatização.

Palavras-chave: Etiquetamento Social. Criminologia Midiática. Criminologia Crítica. Teorias sociológicas.

Abstract: This article aims to analyze social etiquette and media criminology, punctuating its consequences and limits, in an attempt to mitigate its possible damage. Labeling approach is the name given to the stigmatization of individuals in order to marginalize them and, eventually, imprison them. Chronologically,



criminological theories have been developed. Sociologists developed theses, so that each new thesis confronted the previous one. The labeling approach emerged shortly after the positive theory and the theory of criminal subcultures. The main approach of the label's brand is to treat only a portion of the population in a discriminatory and exhaustive manner, that is: the most needy portion, in terms of purchasing power. As a kind of unfolding of labeling approach, media criminology emerged, which is nothing more than a form of manipulation exercised by the media that endorses the stigmatization of conformity. The media reinforces the idea of stereotypes and constantly hints at the cruel treatment that, in the opinion, the adjusted defendants should receive. The research becomes relevant to address the value judgments

that are made based on physical types, places of residence, societies, skin color, etc., all due to labeling approach and media criminology. The methodology used was literature review, through doctrinal analysis of some authors. In this sense, it should be noted that the theoretical framework is based on Alessandro Baratta (2002) and Zaffaroni (2012), two of the main exponents with regard to the themes under review. Thus, it is expected to contribute to the knowledge of the intricacies of labeling approach and media criminology and, consequently, to demystify the figure of the criminal, in order to promote a reflection on possible injustices committed in the face of some citizens as a result of judgments, precipitated and endowed with pure stigmatization.

Keywords: Labeling Approach.

Media Criminology. Critical Criminology. Sociological Theories.

INTRODUÇÃO

Este artigo será realizado tomando por base, prioritariamente, a área de Direito Penal, por este ser o ramo do Direito que mais possui relação com a temática in casu. O trabalho enfatizará como problemática os desdobramentos derivados do etiquetamento social e da criminologia midiática. A escolha do tema fundamenta-se no interesse de esmiuçar de que forma tais fenômenos podem culminar na estigmatização excessiva da figura do criminoso, conforme será mais detalhado posteriormente.

O “labeling approach”, traduzido para o português como “etiquetamento social”, dentre outros nomes, surgiu após a teoria positivista e a teoria das subculturas criminais, ambas teorias

criminológicas. A primeira defendia que os fatores determinantes para o cometimento de crimes estavam ligados a questões de ordem biológica, patológica e evolucionária. Já a segunda refutou a corrente de pensamento da primeira e sustentou que, a despeito do entendimento social predominante, há a existência de subgrupos sociais e cada um desses subgrupos possui códigos morais distintos.

Como forma de contextualizar o entendimento da teoria das subculturas criminais, é oportuno trazer à baila a exemplificação de crimes motivados por ideologias. Há pessoas, por exemplo, que matam seus respectivos cônjuges após a descoberta de uma traição, assim como alguns pais executam seus filhos ao descobrirem que estes possuem uma orientação sexual que vai de encontro ao que aqueles



entendem como algo correto e honroso. Nos dois exemplos, apesar de cientes de que, de acordo com a legislação vigente e com a moral da maioria da população, tais atos são criminosos e passíveis de punição, os autores de tais crimes tendem a seguir acreditando que cometeram a atitude mais correta.

Depreende-se, do exposto anteriormente, que, independentemente de haver uma moral defendida pela parcela predominante da população, nada obsta a existência de outras formas de pensar e de agir, ou seja, a existência de subculturas. Para a teoria das subculturas criminais, os fatores biológicos não possuem relevância. De acordo com tal teoria, possui relevância o meio em que se vive, o que se aprende, o que se absorve do subgrupo ao qual cada um pertence.

Como consequência do

constante estudo de sociólogos, surgiu a Teoria do Etiquetamento Social, em meados de 1960, nos Estados Unidos. O cenário à época era de revolução. O mundo, não só os Estados Unidos da América, experimentava uma espécie de efervescência social. A tendência era de questionamento, de tentar tornar aceitável o que até então era considerado como subversivo, como contrário à moral e aos bons costumes. Uma das pautas desses movimentos sociais efervescentes era a batalha pela descriminalização da maconha.

Em meio a esses conflitos sociais, o “labeling approach” foi tomando forma, de modo que a população marginalizada, qual seja, aquela que vive em zonas urbanas carentes, que possui baixa escolaridade, etc, foi sendo estigmatizada, como se fosse a única camada da população com

potencial para o cometimento de crimes. Ressalte-se que os expoentes intelectuais da teoria em comento foram George Herbert Mead e Howard S. Becker. Ambos se debruçaram sobre o assunto e chegaram a publicar livros atinentes à temática.

Serão analisadas neste artigo, conforme mencionado alhures, as consequências do “labeling approach”, contextualizando-o com a criminologia midiática, tão presente nos dias atuais e que será melhor trabalhada e detalhada à frente. Trabalhar-se-á a importância do debate acerca de tais problemáticas, enfatizando as nuances destas e como elas repercutem e ecoam, por exemplo, nas salas de audiência, no sistema carcerário e na sociedade em si.

A metodologia utilizada no presente artigo foi a revisão de literatura, através de análise dou-

trinária de alguns autores. Nesta senda, cumpre ressaltar que o referencial teórico baseia-se em Alessandro Baratta (2002) e Zaffaroni (2012), dois dos principais expoentes no que tange aos temas em comento. Para as reflexões, o presente trabalho divide-se em 3 seções. A primeira diz respeito ao conceito de criminologia e do surgimento de escolas criminológicas. A segunda, por sua vez, enfatiza a maneira como o etiquetamento social surgiu e quais os seus desdobramentos. Já a terceira trabalha o conceito de criminologia midiática e dá exemplos de como ela e o etiquetamento social interagem para a construção do estigma da figura do criminoso.

Através do presente estudo, espera-se contribuir para o conhecimento dos meandros do etiquetamento social e da criminologia midiática e, consequente-



mente, para a desmistificação da figura do criminoso, de modo a promover uma reflexão acerca de possíveis injustiças cometidas em face de alguns cidadãos por força de julgamentos precipitados e dotados de pura estigmatização.

CRIMINOLOGIA E ESCOLAS CRIMINOLÓGICAS

O vocábulo “criminologia” é derivado da união dos seguintes termos: “crimino” do Latim (crime) e “logos” do Grego (estudo). Diante da fusão dos dois termos, conclui-se que a criminologia é, então, o estudo do crime. No que tange à conceituação doutrinária acerca do tema, há uma variação de entendimentos por parte de autores. Nesta senda, colaciona-se alguns dos entendimentos mais relevantes sobre o assunto:

A criminologia é como a ciência empírica (baseada na observação e na experiência) e interdisciplinar que tem por objeto de análise o crime, a personalidade do autor do comportamento delitivo, da vítima e o controle social das condutas criminosas. (PENTEADO FILHO, 2012, p.19)

Existem alguns autores que entendem a criminologia de modo mais abrangente. Estes acreditam que ela não estuda apenas o crime, mas também a pessoa do criminoso, as circunstâncias em que ele vive e a repercussão que tal atitude criminosa tem na sociedade em si. Neste sentido:

A criminologia é uma ciência autônoma que estuda o delito, o

delinquente, a vítima e o controle social da conduta criminosa a partir da observação da realidade, valendo-se de diversos ramos do conhecimento como a sociologia, psicologia, biologia dentre outros. (LIMA JR., 2018, p.58).

Depreende-se, dos pontos de vista expostos acima, que a criminologia leva em consideração diversos fatores que possuem liame com o crime em si, como a personalidade do autor, a vítima, o controle social existente em cada caso. Ademais, utiliza-se de conceitos de outras ciências para que se realize um estudo mais completo sobre a criminologia em si. Trata-se, diante dos fatos trazidos à baila, de uma ciência empírica.

Sempre que se estuda algo, é comum a curiosidade

quanto ao surgimento deste. Em relação à história da criminologia, não há consenso acerca de um marco temporal, uma data em que tais estudos tenham começado. Alguns pesquisadores defendem que a criminologia surgiu com Cesare Beccaria, em 1764, com a publicação do clássico livro “Dos delitos e das penas”. Outros pesquisadores sustentam que, na verdade, a criminologia surgiu com Belga Adolphe Quetelet, em sua obra Ensaio de física social (1835), ou ainda com Raffaele Garofalo, através do livro Criminologia (1885), e por aí vai.

Independente de com quem e em qual momento tal estudo surgiu, o fato é que escolas criminológicas foram sendo criadas, de modo que cada uma baseava-se em uma vertente diferente e, de certa forma, cada nova escola que surgia “superava” a an-



terior, haja vista que ocupava-se em refutar a vertente de pensamento e os argumentos presentes na anterior.

A primeira escola criminológica de que se tem notícia foi a Escola Clássica, que teve como precursor Cesare Beccaria, mencionado alhures. Tal escola defendia, por exemplo, uma visão mais naturalista sobre o crime e o criminoso. Havia ênfase no livre arbítrio que, de acordo com tal escola, é inerente ao ser humano. O crime é, portanto, a materialização da escolha feita, por parte do criminoso, entre a dualidade que Beccaria chamou de “bem” e “mal”. Cumpre ressaltar que, de acordo Lima Jr. (2018, p. 88), “a escola ainda defendia a abolição das penas cruéis que eram comuns naquela época, defendendo que a retribuição ao crime deveria acontecer através de uma pena certa, justa e conhecida”.

Após a Escola Clássica, veio a Escola Positivista, de Cesare Lombroso. Lombroso defendia que o indivíduo já nasce predisposto ao crime. É como se houvesse, sob a ótica do teórico, uma predeterminação ao mundo do crime. O teórico precursor da Escola em comento traçou um perfil que ficou conhecido como “perfil do homem delinquente”. Neste escopo, colaciona-se trecho da linha de pensamento do teórico supracitado:

Lombroso acreditava que indivíduos que possuíam assimetria craniana (espécie de deformação craniana), rosto largo e chato, grande desenvolvimento das maçãs do rosto, lábios finos, cabeludo, com barba rala, olhar duro (e outros), nasciam para o cometimento de crimes. Para isso, usava métodos bem

específicos de estudo, como a medição do crânio, tórax membros inferiores e superiores, além de realizar inúmeras autopsias. Ele ainda defendia que indivíduos com essas características deveriam ser separados da sociedade, a fim de prevenir que eles praticassem delitos. (SHECAIRA, 2014, p. 93).

Naturalmente, algumas crenças de teóricos foram sendo superadas à medida que novos estudos foram sendo realizados, todavia há que se ressaltar que as escolas criminológicas mencionadas anteriormente contribuíram consideravelmente para o estudo da criminologia, haja vista que impulsionaram todo o resto que as sucedeu, ou seja, todo o aprimoramento de teorias e conceitos acerca do crime, do crimi-

noso e do que seria, em tese, uma pena justa.

A CRIMINOLOGIA CRÍTICA E O ETIQUETAMENTO SOCIAL

Superada a explanação atinente aos principais pontos da Criminologia Tradicional e das escolas criminológicas, passemos ao estudo da fase que acabou ficando conhecida como “Criminologia Crítica”. No século XX, mais precisamente na década de 1960, o mundo passava por uma espécie de revolta ideológica. Valores eram questionados e criticados. Além disso, novos tipos de crimes foram surgindo e as explicações trazidas pela Criminologia Tradicional foram se revelando insuficientes.

Destarte, diante da insuficiência da Criminologia Tradicional para explicar e indicar



soluções para fenômenos criminais, o movimento da Criminologia Crítica ganhou força. Tal movimento afigura-se como uma revisão de valores, ideias e conceitos sobre o crime. É nesse cenário de crise ideológica e de revolta que surge o que conhecemos como “Labeling Approach”, também chamado de “Etiquetamento social” e de “Teoria da Rotulação”. Registre-se que o Etiquetamento social foi “difundido por vários autores, mas em especial Erving Goffman, Edwin Lemert e Howard Becker” (PEN-TEADO FILHO, 2012, p. 93).

O etiquetamento social assevera que as próprias instituições de controle, ou seja, atores estatais como a polícia, a promotoria, os juízes etc, exercem uma estigmatização sobre os indivíduos, o que contribui para um encarceramento em massa destes, além de promover a reincidência,

afinal se um indivíduo é rotulado antes mesmo de se tornar custodiado do Estado, conclui-se que, a partir do momento em que ele for ex custodiado, a etiqueta que carregava consigo terá um peso consideravelmente maior, o que o impedirá de conseguir oportunidades de emprego, etc.

Para a teoria do labeling approach, o sistema que julga e condena pessoas é altamente seletivo. O alvo dessa seleção é a parcela que pertence a classes sociais menos favorecidas e que, além desta condição anterior, é composta majoritariamente por pessoas negras. É importante frisar que a teoria em comento abalou a incolumidade que o Estado detinha até então, de modo que a presente teoria expôs que este também é responsável pelo aumento da criminalidade.

Assim, a ideia de

encarar a sociedade como um “todo” pacífico, sem fissuras interiores, que trabalha ordenadamente para a manutenção da coesão social, é substituída, em face a uma crise de valores, por uma referência que aponta para as relações conflitivas existentes dentro da sociedade e que estavam mascaradas pelo sucesso do Estado de bem estar social. (SHECAIRA, 2014, pag. 241).

Nesta mesma senda, sustenta Baratta que algumas instituições sociais exercem uma contribuição direta quanto à estigmatização de pessoas. Por conseguinte, as instituições supracitadas também possuem responsabilidade em relação a este mal social.

A teoria ainda previa, em máximas mais extremas, que instituições como a magistratura, promotorias de justiça e delegacias de polícia contribuíam para a seleção e classificação de indivíduos como criminosos, possuindo, conseqüentemente, sua parcela de culpa no aumento da criminalidade. (BARATTA, 2002, p.93).

No tocante às instituições de controle social, é mister frisar que o estabelecimento prisional, um dos órgãos de controle, praticamente exerce uma função oposta daquela pretendida no momento de sua criação. Tal instituição existe como meio de punição, mas também, e sobretudo, de ressocialização. Contudo, quando alguém é enviado para o

cárcere, as chances desse alguém ser ressocializado são mínimas.

Como forma de corroborar o exposto acima, cita-se o fato de que, no Brasil, o indivíduo, ao chegar ao estabelecimento prisional, seja para o cumprimento de pena ou para cumprir prisão preventiva, deve desde logo escolher uma facção criminosa para fazer parte.

Alguns presos sequer possuíam alguma ligação prévia com organização criminosa, todavia, ao chegarem à prisão, que deveria ser, em tese, um ambiente ressocializador, já se veem imersos em um novo crime, o de organização criminosa, e por aí vai. A tendência é de que, lá dentro, o preso passe por uma espécie de “faculdade do crime”, na qual se imerge cada vez mais em condutas criminosas.

Ante o exposto, percebe-se que as instituições de con-

trole social acabam fomentando um ciclo vicioso. Etiquetam uma parcela específica da população e eventualmente a encarceram. Após o encarceramento, em virtude das inúmeras dificuldades em que o sistema prisional se encontra, sobretudo no Brasil, verifica-se que na grande maioria das vezes a ressocialização não só deixa de acontecer, como o indivíduo passa a acumular uma bagagem cada vez maior de crimes. Dessarte, quando o apenado cumpre integralmente sua pena e sai do estabelecimento prisional para o convívio em sociedade acaba se deparando com uma série de dificuldades e preconceitos. O rótulo de ex-presidiário é um fardo pesado de se carregar. Muitas vezes esse indivíduo acaba voltando a delinquir e nunca se livra, de fato, da etiqueta que um dia lhe foi atribuída.

Depreende-se, por con-

seguinte, que parece ser de interesse das instituições de controle rotular uma massa da sociedade e mantê-la aprisionada a esse rótulo, de modo que ela nunca consiga se livrar do estigma que carrega e que tanto lhe prejudicou.

Como forma de contextualizar ainda mais os reflexos trazidos pela estigmatização excessiva que é feita pela sociedade, é interessante trazer à tona alguns dados acerca da população carcerária dos dias atuais. De acordo com dados do INFOPEN (Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias) órgão de controlado pelo Ministério da Justiça, em seu último levantamento de dados, (Junho/2019) o Brasil registrou 752.277 presos. Destes, 347.661 encontram-se em regime fechado, 125.686 em regime semiaberto, 26.874 em regime aberto e 3.127 em medida de segurança ou tratamento am-

bulatorial. Ressalte-se que o Brasil totaliza 253.963 presos provisórios, ou seja, muitos ainda não tiveram seus processos julgados e seguem encarcerados, imergindo cada vez mais no mundo do crime. Os dados do INFOPEN também revelam que 82,91% da população carcerária é formada por homens, 4,61% são mulheres e os outros 12,47% estão em presídios mistos.

O INFOPEN também deixou documentada a discrepância existente no sistema prisional, de modo que 63,64% da população carcerária brasileira é formada por pretos e pardos. Pessoas consideradas brancas representam 35,48%, enquanto indígenas e amarelas correspondem a 0,89% dos presos. Ademais, 54% dos presos possuem até 29 anos de idade. Quanto ao grau de escolaridade dos presos, o cenário é ainda desanimador: 51,3% des-



ses indivíduos possuem o Ensino Fundamental Incompleto e 14,9% o Ensino Médio Incompleto. Somente 13,1% conseguiram finalizar o Ensino Médio e 0,5% o Ensino Superior. Diante dos dados colacionados, fica claro qual é o estigma do preso brasileiro.

Cumpramos ressaltar, antes de adentrarmos em outro tópico, que a teoria do labeling approach possui críticos. A crítica que se faz à teoria em comento aponta que ela não aponta soluções práticas e concretas para um combate mais efetivo à criminalidade. Enfatize-se, todavia, que a proposta da teoria em tela é revelar, trazer à baila fatores que contribuem para o crescimento da criminalidade e não necessariamente propor meios extremamente eficazes para solucioná-la.

A CRIMINOLOGIA MIDIÁTICA E O ETIQUETAMEN-

TO SOCIAL

Hodiernamente, os meios de comunicação exercem grande influência sobre a opinião pública. Em virtude da curiosidade e do frisson que grande parte das pessoas tem em relação ao mundo do crime, alguns acabam muitas vezes parando todos os seus afazeres para assistir a um noticiário atinente ao tema ou então para ler uma matéria de jornal que discorra sobre o assunto.

O frisson citado no parágrafo anterior faz com que algumas pessoas realizem comentários de teor criminológico como se fossem grandes estudiosas e entendedoras do tema, o que nem sempre é verdade. O bombardeio de notícias sobre crimes suscita esse comportamento nos telespectadores. A quantidade de informações é tão alta que a população já se sente familia-

rizada com vários tipos penais e suas respectivas peculiaridades.

O fato é que a mídia, sobretudo através da televisão, exerce uma espécie de manipulação em relação à massa. Ela entrega informações prontas, nem sempre de fontes confiáveis, e acaba por estreitar as possibilidades de um pensamento crítico e aprofundado sobre o que está sendo noticiado, o que é altamente prejudicial, haja vista que tal conduta acaba culminando em um pensamento de manada, no qual esta apenas repete o que ouve, sem muitas vezes entender realmente do que se trata esse ou aquele caso criminal.

Como maneira de corroborar o exposto anteriormente, cita-se o exemplo dos “jornais policiais”. Trata-se de jornais locais, geralmente transmitidos no horário do almoço, que possuem como pauta, majoritariamente,

notícia sobre crimes, especificamente o crime de homicídio. Esses jornais são apresentados, via de regra, por apresentadores que não possuem qualquer especialização atinente à criminologia e que tampouco tem algo a contribuir para um pensamento crítico. Tais apresentadores, em sua grande maioria, apenas despejam opiniões baseadas em achismos e em senso comum. Entregam à população frases feitas sem qualquer embasamento teórico, filosófico ou científico. E o pior: a tendência é de que o número de jornais neste formato aumente cada vez mais, tendo em vista que todo esse sensacionalismo gera audiência para as emissoras de televisão e, por extensão, gera lucro.

A linha de pensamento defendida pelos apresentadores de jornais policiais é de caráter punivista, ou seja, trata-se de um

pensamento cujo condão é o de punir sem promover o contraditório e a ampla defesa e, além disso, fazer com que o suposto criminoso pague eternamente pelo que, em tese, cometeu. Tal postura é o que Gomes (2013) chamou de “populismo penal midiático”.

Um dos grandes teóricos no tocante ao tema em comento é Zaffaroni, que em sua obra “A palavra dos mortos: conferências de criminologia cautelar”, fez várias considerações relevantes sobre o tema in casu. O teórico trouxe à lume, inclusive, críticas feitas por estudiosos como Giovanni Sartori e Pierre Bourdieu. Zaffaroni (2012, p. 305) sustentou que “para Bourdieu a televisão é o oposto da capacidade de pensar, enquanto que Sartori desenvolve a tese de que o homo sapiens está se degradando para um homovidens por culpa de uma cultura

exclusivamente de imagens”.

Há uma proporção muito importante de pessoas que não lêem nenhum jornal; que estão devotadas de corpo e alma à televisão como fonte única de informações. A televisão tem uma espécie de monopólio de fato sobre a formação das cabeças de uma parcela muito importante da população. Ora, ao insistir nas variedades, preenchendo esse tempo raro com o vazio, com nada ou quase nada, afastam-se as informações pertinentes que deveria possuir o cidadão para exercer seus direitos democráticos (BORDIEU, 1997, p. 23-24).

Conclui-se, do pensamento teórico colacionado, que muitos de nós acabamos por nos

acomodar com o que a televisão apresenta, de modo que não buscamos consultar outras fontes, como jornais, livros, podcasts e outros meios de informação. É como se aceitássemos e abraçássemos a televisão como única fonte viável de conhecimento, o que é problemático se levada em consideração a manipulação exercida por esta. Devemos nos lembrar de que o principal objetivo de uma emissora de televisão, assim como da maioria das empresas de outros ramos, é o lucro. Caso seja necessário manipular uma informação para que se obtenha lucro, audiência, contratos publicitários, etc, as empresas de televisão não hesitarão em fazê-lo.

Mediante manipulação de dados, discursos repletos de frases de efeito, em sua maioria sem qualquer técnica ou embasamento, a mídia contribui

fortemente para estigmatizações e para a construção do “perfil do criminoso”, que é tão difícil de desmistificar. No tocante à manipulação da mídia, Zaffaroni traz à baila o termo “invenção da realidade”, referindo-se à distorção promulgada pelos canais midiáticos, que acabam culminando no maniqueísmo do “bem e o mal” e em extremismos.

(...) são os meios de massa que desencadeiam as campanhas de ‘lei e ordem’ quando o poder das agências encontra-se ameaçado. Estas campanhas realizam-se através da ‘invenção da realidade’ (distorção pelo aumento de espaço publicitário dedicado a fatos de sangue, invenção direta de fatos que não aconteceram), ‘profecias que se auto-realizam’ (instigação pública

para a prática de delitos mediante met mensagens de ‘slogans’ tais como ‘a impunidade é absoluta’, os menores podem fazer qualquer coisa’, ‘os presos entram por uma porta e saem pela outra’, etc; publicidade de novos métodos para a prática de delitos, de facilidades, etc.). ‘produção de indignação moral’ (instigação à violência coletiva, à autodefesa, glorificação de ‘justiceiros’, apresentação de grupos de extermínio como ‘justiceiros’, etc.). (ZAFFARONI, 1991, p. 129).

Na prática, o que se observa, diante da estigmatização da figura do criminoso, é um retrocesso. Como já mencionado em outras seções, alguns estudiosos defendiam que alguns indivíduos já nasciam com caracte-

terísticas físicas capazes de indicar a sua inclinação futura para o crime. O principal expoente de tal pensamento foi o supracitado Cesare Lombroso, criminologista positivista, que chegou a publicar obras nas quais dava detalhes sobre as supostas características físicas que determinavam o perfil de um criminoso.

Acreditou-se, durante algum tempo, que tal ideia havia sido abandonada no passado, todavia, diante da constante estigmatização que se observa hoje, inclusive diante da exposição feita alhures de que a maior parte da população carcerária é composta por um perfil específico de indivíduo, percebe-se que o pensamento defendido por Lombroso possui importantes resquícios em dias atuais.

Ainda de acordo com Zaffaroni (1991, p. 130-131), “na América Latina, o estereótipo

sempre se alimenta das características de homens jovens das classes mais carentes (...). Ademais, “o sistema penal operacionaliza uma atuação seletiva, com fulcro nos estigmas já estabelecidos, o que acaba por deixar inerte determinadas espécies de indivíduos que violam a legislação penal”.

A mensagem é que o adolescente de um bairro precário que fuma maconha ou toma cerveja em uma esquina, amanhã fará o mesmo que o parecido que matou uma velhinha na saída de um banco e, portanto, é preciso isolar a sociedade de todos eles. (ZAFFARONI, 2012, p. 307).

Revela-se oportuno, diante da temática em comento, realizar a explanação de reflexos

da manipulação midiática em relação à construção do estereótipo do criminoso. Neste diapasão, colaciona-se excerto da obra de Luiz Eduardo Soares:

Dois adolescentes de 15 anos – um branco, de classe média, vestido como o playboyzinho típico dos bairros nobres; outro negro e pobre, de camiseta surrada, bermuda velha, boné virado e sandália de dedo – estão em uma padaria no momento em que uma senhora dá pela falta de sua carteira, deduz que a furtaram e pede socorro: “Deus do céu, levaram meu dinheiro!” Um policial que toma café com leite, pão e manteiga, à paisana, puxa a arma e ordena, com a boca cheia mas ansioso para cumprir seu dever: “Ninguém sai.” Dirige-se à por-

ta, passa os olhos de águia em sobrevoo pelos fregueses e escolhe o suspeito. Não preciso lhe dizer quem foi brindado pela sorte, ou pelo azar. Todos os fregueses se retiram do estabelecimento, enquanto o sargento revista o jovem negro e malvestido. O outro rapaz escapa lívido, trêmulo, mas sem dar bandeira. Carrega no bolso várias trouxinhas de maconha que acabara de comprar no morro próximo à padaria para servir aos convidados em sua festa de aniversário, que estava marcada para o próximo sábado. (...) O rapaz malvestido não furtara a carteira da senhora. Quem levou o dinheiro? Ninguém jamais descobriria. Nunca furtara na vida, muito menos roubara (...). Não

gostava de violência e queria distância das armas. Vinha do morro, onde morava, e se preparava para fazer uma entrega a domicílio, a pedido dos rapazes do tráfico, com os quais crescerá e sempre mantiverá relações cordiais, porém distantes. Desejava estudar e trabalhar, formar sua família e ajudar sua mãe. Tinha medo de polícia e não queria para si um futuro de bandido ou traficante. Entretanto, sem pai, com três irmãos pequenos, o dinheiro terminando antes do final do mês, apesar do duro que a mãe diarista dava para alimentar a família, cabia-lhe procurar um emprego, interromper os estudos e, enquanto o trabalho não aparecesse, virar-se para levantar alguma grana. Por

isso, resolvera arriscar-se e, por pouco tempo, fazer um bico na boca de fumo próxima à sua casa, servindo de aviãozinho, isto é, transportando trouxinhas de maconha para consumidores da redondeza. A ideia era cair fora assim que surgisse uma oportunidade em 34 alguma firma como office boy, motoboy, funcionário do McDonald's, carregador de mudança. Enfim, o que pintasse primeiro. Na porta da padaria acontece o flagrante. O menino tenta explicar, mas as trouxinhas são numerosas e permitem seu enquadramento no crime de tráfico. Se ele fosse maior de idade, seria condenado a, no mínimo, cinco anos. Aos 15, ficaria menos tempo. Internado, não preso. (...) O que terá

acontecido ao rapaz de classe média que escapou à “dura” policial na padaria? Ele desceu da favela ao lado daquele que foi capturado. Tinha no bolso a mesma quantidade de maconha. Graças ao seu jeito mauricinho, filho de papai, passou impune. Salvou-se porque não correspondia ao estereótipo de traficante. Provavelmente, a festa, no sábado seguinte ao episódio da padaria, terá sido um sucesso, a maconha terá sido fumada, ninguém terá ficado ferido ou marcado por isso, e a vida terá seguido o seu curso sem sobressaltos. Um ou outro moço, uma ou outra moça presente no aniversário do rapaz que escapou à abordagem policial talvez venha a apresentar problemas

futuros com drogas, dificuldades nos estudos, tropeços profissionais, familiares e comportamentais. Talvez passe a furtrar rádios de carro para comprar drogas – ou coisa pior. Contudo, tenho a mais absoluta certeza de que os cuidados da família e das redes sociais terão muito mais chances de êxito no processo de restabelecimento da saúde do equilíbrio dessa pessoa que cruzou a fronteira entre o consumo recreativo de drogas leves e a dependência química de álcool, nicotina, remédios tarja preta ou drogas ilegais. Muito mais chances de sucesso do que a punição, a criminalização (para os maiores de 18 anos) ou a internação socioeducativa (para os menores de 18 anos).

(SOARES, 2011, p. 52-58).

É perfeitamente possível estabelecer um paralelo entre a criminologia midiática e o exemplo narrado acima. As notícias sobre crimes que são veiculadas pela maioria dos programas televisivos geralmente possuem como protagonistas indivíduos pobres e negros, que são igualmente protagonistas do chamado estereótipo do criminoso. Destarte, criou-se esse imaginário de que todo indivíduo que possui estas duas condições, quais sejam, pobre e negro, tem, obrigatoriamente, ligação com o crime.

Zygmunt Bauman (2003, p. 108) analisa o fenômeno em questão e assevera que “ser pobre em uma sociedade rica implica em ter o status de uma anomalia social e ser privado de controle sobre representação e

identidade coletiva constitui um fator determinante de segregação e exclusão”.

Quanto à forma como os indivíduos são tratados pelos órgãos de controle social, como a polícia, Wacquant ressalta que brancos e negros geralmente não recebem o mesmo tratamento. Pelo contrário, são excessiva e injustificadamente vigiados, como se sempre estivessem na iminência de cometer um crime, apenas por conta da cor.

Um terceiro fator implica gravemente o problema: o recorte de hierarquia de classes e da estratificação etnorracial e a discriminação baseada na cor, endêmica nas burocracias policial e judiciária. Sabe-se, por exemplo, que em São Paulo, como nas outras grandes cidades, os indiciados de cor ‘se beneficiam’

de uma vigilância particular por parte da polícia, têm mais dificuldade de acessar a ajuda jurídica e, por um crime igual, são punidos com penas mais pesadas que seus comparsas brancos. E, uma vez atrás das grades, são ainda submetidos às condições de detenção mais duras e sofrem as violências mais graves. Penalizar a miséria significa aqui ‘tornar invisível’ o problema negro e assentar a dominação racial dando-lhe um aval de Estado (WACQUANT, 2001, p. 9-10).

Ante o exposto, percebe-se que o discurso midiático é abraçado pela grande massa porque fomenta uma separação entre “cidadãos de bem” e os “criminosos”, como se houvesse uma divisão maniqueísta, em que de um



lado está o grupo dos que são essencialmente bons e sem defeitos e de outro lado o grupo dos que são essencialmente maus e imperfeitos. Nesta senda, de acordo com Canterji (2008, p.103), é preciso estar atento sobre “essa vontade da sociedade de identificar apenas alguns indivíduos bem específicos para serem eles os criminosos inimigos, de modo a delimitarem a imagem do que é “o mal” ou “o perigoso”.

Estabelecida a seleção de quem são “eles”, o próximo passo, de acordo com o pensamento punitivista da criminologia midiática, é o que fazer com isso. Surgindo o culto à prisão (refugio humano). É a prisão que faz papel de ‘gueto’ ao excluir as frações do (sub) proletariado negro persistentemente marginalizado

pela transição para a economia dual do serviço e pela política de retirada social e urbana. Ainda que a prisão assegure a “colocação’ à parte (segregare) de uma categoria indesejável, percebida como provocadora de uma dupla ameaça, inseparavelmente física e moral. (WACQUANT, 2001, p. 98).

Constata-se, por fim, que a sociedade tem o hábito de separar de maneira extremista os bons e os maus. Assim, a parcela dominante se autoafirma como boa e mantém no cárcere a parcela que, aos olhos daquela, é indigna de estar em convívio social. Deste modo, a criminologia midiática e o etiquetamento social interagem em perfeita harmonia para a estigmatização e o cárcere quase que perpétuo

de uma parcela considerável da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando toda a problemática abordada, é possível concluir que o etiquetamento social, ou labeling approach, possui raízes em meados da década de 1960, nos Estados Unidos, e que veio sendo difundido, década após década, até os dias atuais. Observa-se também que as instituições de controle possuem importante e decisivo papel na construção do “estereótipo do criminoso”, de modo que oferecem tratamentos diferenciados a depender da classe social a qual cada indivíduo pertence. Percebe-se que, diante de indivíduos humildes e negros, os atores estatais tendem a ser mais intransigentes, taxativos e irredutíveis. Em contrapartida, adotam postura maleável frente a pessoas

brancas e aristocráticas.

Ademais, foi possível delinear as nuances da criminologia midiática e a sua respectiva semelhança com o etiquetamento social. O principal ponto em comum é a manipulação que ambos exercem sobre a população em geral, tudo isso com o fito de determinar e controlar qual parcela da população deve ser encarcerada e qual deve permanecer com o seu direito de ir e vir preservado.

Este artigo não tem a pretensão de defender o indefensável, tampouco de dizer que absolutamente todos os negros de comunidades carentes são inocentes dos crimes que lhe são imputados. Acredita-se, na verdade, que é altamente prejudicial a forma como seres humanos são estigmatizados e constantemente condenados a uma vida de cárcere e insucessos em todos os segmentos. Essa postura excludente

e estigmatizante é, no mínimo, desumana. Diante da explanação de ideias de importantes nomes da criminologia e da argumentação feita durante as linhas acima, espera-se contribuir para o combate contra o modo como os sistemas judicial e prisional tem tratado a massa estigmatizada, assim como espera-se também, e sobretudo, que através de conhecimento, estudo e desconstrução de estereótipos, seja possível alcançar uma sociedade menos injusta e desigual.

REFERÊNCIAS

BARATTA, Alessandro. Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: Introdução à Sociologia do Direito Penal. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. Comunidade: a busca por segurança no

mundo atual. Rio de Janeiro: JorgeZahar, 2003.

BOURDIEU, Pierre. Sobre a televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CANTERJI, Rafael Braude. Política Criminal e Direitos Humanos. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

LYRA, João Marcello de ARAUJO JÚNIOR. Criminologia. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1992.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública - Departamento Penitenciário Nacional, Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, Junho de 2019. Disponível em: <http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen>. Acesso em: 26 fev. 2021.

ZAFFARONI.A palavra dos
mortos: conferências de criminologia cautelar. São Paulo: Saraiva, 2012.

PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. Manual esquemático de criminologia. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

SHECAIRA, Sergio Salomão. Criminologia. 6. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

SOARES, Luiz Eduardo. Justiça. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

WACQUANT, Loic. As prisões da miséria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal. Tradução por Vânia Romano Pedrosa e Amir Lopez da Conceição. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

O ENSINO DA HISTÓRIA SOB O FAROL AMBIEN- TALISTA: UM DESAFIO DE SE COMBATER PARA- DIGMAS RELACIONADOS A HISTÓRIA AMBIEN- TAL E SUA APLICAÇÃO NO MEIO EDUCACIONAL

THE TEACHING OF HISTORY UNDER THE ENVI- RONMENTAL LIGHTHOUSE: A CHALLENGE IN FIGHTING PARADIGMS RELATED TO ENVIRON- MENTAL HISTORY AND ITS APPLICATION IN THE EDUCATIONAL ENVIRONMENT

Diego Fernando da Silva¹

Resumo: O presente artigo tem a finalidade de fomentar o debate entre concepções e confluências do ensino da História geral e teorias pedagógicas na parte ambiental, não se esquecendo da formação dos educandos, e da prática docente. Dessa maneira, a metodologia para a elaboração desse artigo parte de leituras da historiografia sobre as suas pre-ocupações acerca da temática ambientalista e seus fatores fundamentais. Percebemos que, a pesquisa, aponta a necessidade de uma mudança de postura de todos os envolvidos na sociedade e não apenas no ambiente escolar. Daí a importância de se evidenciar claramente os significados dos conceitos de Ensino de História, Educação Ambiental e um modo que se possa direcionar e apontar novos caminhos e no-

256

1 Universidade Regional do Cariri URCA

vas práticas.

Palavras chaves: Ensino de História. História Ambiental. Aprendizagem significativa. Formação docente.

Abstract: His article aims to foster the debate between conceptions and confluences in the teaching of general history and pedagogical theories in the environmental area, not forgetting the training of students and teaching practice. Thus, the methodology for the elaboration of this article starts from readings of the historiography about his concerns about the environmental theme and its fundamental factors. We realized that the research points to the need for a change in the attitude of everyone involved in society and not Just in the school environment. Hence the importance of clearly evidencing the

meanings of the concepts of teaching History, Environmental Education and a way that can be directed and pointed to new paths and new practices.

Keywords: History teaching. Environmental History. Meaningful learning. Teacher training.

INTRODUÇÃO

Vivemos em uma sociedade marcada pelas transformações no processo de ensino e aprendizagem, onde o conhecimento e o acesso a novas metodologias pelos profissionais da educação são primordiais para a obtenção do sucesso na sua profissão, e para que sejamos inseridos na contemporaneidade em que o corpo social se transformou, seja na escola ou na comunidade em geral. Logo, podemos notar que o uso de diferentes me-

todologias no ensino de História tem sido amplamente discutido, como forma de auxiliar a reorganizar em nosso cotidiano formas mais críticas de conviver e refletir sobre a nossa própria realidade.

Nesse sentido, o objetivo desse artigo é fomentar o debate entre concepções de História e das Teorias Ambientais que compõem a formação docente e dos educandos, que infelizmente ainda é pouco trabalhada. Assim, também, pensando a Educação Histórica como possibilidade de uma aprendizagem autônoma e significativa.

Dessa maneira, partimos da premissa que há uma relação necessária entre as concepções teórico-históricas, ambientalistas, aprendizagem do aluno e a prática docente em sala de aula. Para refletir o entrelaçamento das concepções históricas e pedagógicas do meio ambiente

no processo de formação na prática educacional e cotidiana, partimos das seguintes indagações: como se encontra o ensino de História no Brasil? como os professores estão trabalhando a educação ambiental nas escolas? o que é História ambiental? e qual a problemática encontrada na Educação Ambiental na escola?

É nessa perspectiva que promoveremos essa discussão. Assim, cabe a análise acerca das causas, consequências e possível solução do problema. Vale salientar, que a educação é o melhor meio estrutural, político e econômico para o desenvolvimento do nosso país.

DILEMAS ENFRENTADOS NO ENSINO DE HISTÓRIA

Nos últimos anos, a questão do ensino de História, tem sido muito discutida no Bra-

sil. Assim sendo, torna-se uma temática muito significativa, pois envolve múltiplos fatores, entre eles, os culturais, políticos, econômicos, psicossociais e étnicos. Lamentavelmente o número de reportagens em jornais e nas mídias gerais sobre esse assunto ainda é muito raro. Diante disso, torna-se fundamental a discussão dos variados aspectos que envolvem o ensino de História, a fim do pleno funcionamento da sociedade. A partir disso somos levados à necessidade de refletir criticamente sobre a afirmação de Alessandro Portelli:

[...] as nossas mentes não refletem diretamente a realidade. Só percebemos o mundo através de uma estrutura de convenções, esquemas e estereótipos, um entrelaçamento que varia de uma cultura para outra. (BURKE, 1992,

p.15)

Seguindo essa linha de raciocínio, observa-se, que, para a obtenção do entendimento sobre o assunto, é necessário considerarmos que o processo desses aspectos da formação histórica se compõe, e, se sustentam em um tripé: a primeira perna é a teoria, uma vez que aponta as concepções de História no âmbito dos paradigmas - Positivista, Materialista Histórico e História Renovada que o sujeito necessariamente precisa compreender; outra perna desse tripé são concepções do processo de ensino e aprendizagem denominadas tendências educacionais: tradicional, transformadora e a histórico-crítica; a terceira é a prática docente propriamente dita, ou seja, a sala de aula a partir da perspectiva da educação histórica.

Diante dos aspectos ci-



tados, observa-se que todos estão intrinsecamente ligados aos protagonistas das instituições de ensino, ou seja, os educandos. Assim pensamos a formação sustentada nesse tripé de princípios teóricos e metodológicos para possibilitar um melhor entendimento para todos e estabelecer a relação entre os elementos essenciais do processo de ensino e aprendizagem da disciplina abordada que são: as relações entre os educadores, educandos e a sociedade em relação ao meio em que vivem e atuam. Assim, como todas as áreas do conhecimento os objetivos, conteúdos e as metodologias de ensino complementam esses fatores. Logo, não podem ser desconsideradas. Portanto, a prática pedagógica deve caracterizar-se pela consideração das diversas manifestações culturais carregadas de símbolos, consciência e de códigos que

expressam marcas peculiares de cada grupo sociocultural. Além disso, podemos mencionar que Márcio Rogério afirma:

No campo da História, a questão do ponto de vista é fundamental e está no centro de uma série de debates. No ensino, tanto de história, como de outras disciplinas, reconhecer e respeitar pontos de vista é uma habilidade a ser desenvolvida. Dessa maneira, chegando ao respeito. (CANO, 2012, p.115)

Partindo dessa premissa, a educação histórica, fundamenta-se na ideia de que o homem age propositalmente sobre a realidade para poder viver. O ser humano produz para si e para o gênero humano por meio da atividade do trabalho, que o define

e o caracteriza enquanto ser social histórico. Assim, a consciência histórica é o modo pelo qual a relação entre a experiência no espaço e a intenção no tempo se realiza no processo da vida humana. Destacam-se dois aspectos provocantes que é o trabalho intelectual realizado pelo homem para tornar suas intenções de agir conforme a experiência do tempo vivenciado. Para isso, outras construções intelectuais precisam ser aperfeiçoadas, tais como a visão crítica do que está tencionado nas condições e circunstâncias da vida. Nesse sentido, a interpretação é tida com um exemplo histórico, as pessoas podem até ter oportunidades igualitárias, mas estão obrigados a condições e circunstâncias desiguais, injustas e violentas.

A minha opinião, no decorrer do processo, foi mudando, bastan-

te. Porque uma coisa é a ideia que você tem através dos livros, através de um contato pessoal. Porque Prestes é o grande mito da esquerda da nossa história. E é claro que isso exercia em mim um fascínio. À medida em que você vai entrando na história do personagem, aprofundando, verticalizando-a, obviamente você vai descobrindo o lado humano dele. (DE OLIVEIRA, ALMEIDA; FONSECA, 2008, p. 79)

Uma das grandes reclamações que os professores de História, fazem e ouvem dos colegas de trabalho é a falta de motivação que grande parcela dos alunos demonstra nas aulas da disciplina. Considerando esse contexto, alguns temas como: Egito, a educação espartana, as



batalhas medievais, os grandes inventos da renascença, a renascença, as guerras e revoltas dos séculos passados trazem consigo alguns alentos às metas dos educadores, pois encontram grandes temáticas, e conseqüentemente, uma plateia interessada e curiosa.

Assim sendo, é surpreendente como os alunos se dedicam a temas fantasiosos e mitológicos e, especificamente, entre os meninos, conteúdos que envolvem batalhas. A utilização de recursos didáticos como slide, músicas, roda de conversa, circuito, mapa conceitual e textos que explorem o aprofundamento do conteúdo estudado. Portanto, vê-se que existem alguns conteúdos mais atrativos e mesmo aqueles que não são, se a metodologia condizer com a prática no ensino, haverá um aprendizado constante e promissor. Dessa maneira, as instituições de ensino irão for-

mar cidadãos preparados para o mercado de trabalho e sua socialização, já que a História é antes de tudo, social.

HISTÓRIA AMBIENTAL, PARA QUE E PARA QUEM?

Por muito tempo houve um distanciamento enorme entre cultura e natureza. Logo, o mesmo influenciou de maneira significativa as relações do homem e como ele se diferenciava dessa natureza que era sua contraposição. Ou seja, automaticamente foi se instalando vários paradigmas negativos a respeito da História Ambiental que inclusive está intrinsecamente ligada a contemporaneidade, especificamente nos meios de ensino onde muitas questões são abordadas sem o provimento de novos pensamentos e abordagens. É expressivo o número de pessoas

que não sabem nem do que se trata a História Ambiental e qual o seu papel na sociedade. Seguindo essa linha de raciocínio podemos refletir sobre o comentário de Paulo Henrique Martinez:

As questões ambientais despontam com grande força na atualidade e incidem imediata e diretamente no trabalho realizado por historiadores na pesquisa, no ensino e na apreciação crítica da sociedade brasileira. Um novo questionamento sobre os modos de vida humana e sua reordenação, nesse início de século, sugere também a busca de novos métodos e abordagens na investigação histórica. (MARTINEZ, 2001, p. 218)

Acerca do que foi mencionado pode-se afirmar que o

meio ambiente possui total relação com os seres humanos, apesar das atitudes de superioridade sobre o domínio da natureza que os mesmos praticam, não respeitando a biodiversidade. Além disso, observa-se que a divisão abstrata entre sociedade e natureza responde a necessidade de afirmação do ser humano perante o mundo de seus semelhantes, valorizando atitudes antropocêntricas, como a consciência e racionalidade. Um exemplo disso são as recentes transformações no meio ambiente, como os impactos das ações humanas. Nesse sentido, essa limitação que colocam sobre a temática, está totalmente equivocada e parte principalmente de pessoas que possuem uma visão capitalista e egocêntrica.

Sob outro ângulo é possível ainda avaliar a resiliência do problema. Dessa forma, podemos

analisar algumas indagações do escritor e historiador José Augusto Drummond:

Vale lembrar que, a esta altura do debate científico, nem a história ambiental nem outras disciplinas sociais que vêm incorporando elementos do mundo natural a sua lista de variáveis analíticas propõem um determinismo unilateral. A cultura humana age sobre o meio físico-material, propiciando significados e usos complexos dos seus elementos. Evito, por isso, entrar pela bolorenta discussão sobre o determinismo. (DRUMMOND, 1991, p. 4)

Primordialmente, as ciências humanas, foram muito limitadas. Passando por vários desafios no passado e que ainda

enfrentam no presente. O mundo não pode prescindir daqueles que o interpretam. A História, embora reunindo teses em sua maioria aparentemente abstratas, jogou um papel decisivo na construção da aventura humana. Propiciando ao mundo um melhor entendimento dos diversos fatores, mesmo o homem achando muitas vezes dono de poderes absolutos. Aos humanistas sobrou a missão salvadora de libertar enormidades dos seus equívocos. Fora as mesmas que desconstruíram dogmas e deram luzes aos caminhos da História humana e natural.

Foram eles que decifram, ao longo dos séculos, os grandes enigmas da existência. A humanidade muito deve a estes indivíduos que fazem uso da inteligência para enfrentar o desafio máximo da espécie, que é a possível compreensão do

mundo e a destruição da arrogância. Desse modo, os sujeitos não estão preparados para assumir papéis emancipadores na sociedade. Apesar dos seres humanos agirem com imprudência e irresponsabilidade com o seu próprio lugar, podemos chegar à conclusão que o homem possui sim relação com a natureza, ou melhor, ele faz parte dela. Se as pessoas continuarem destruindo o ambiente natural, vão acabar se destruindo também.

E o interessante é que as ciências humanas não se importam com determinismos, porque abre espaço justamente para refletir e pensar. Agindo totalmente contra a famosa visão moderna. Assim sendo, a História é um agente ativo na parte ambiental, compreendendo e analisando as formas de como a sociedade se organiza e se reorganizam.

DESAFIOS PARA A VIABILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Atualmente, torna-se importante salientarmos que utilizar metodologias associadas ao meio ambiente nas aulas de História e outras disciplinas das ciências humanas enquanto proposta de ensino e aprendizagem, tem se tornado fundamental para que os educandos possam adquirir diversos conhecimentos, chegando a perceberem a importância do uso da criticidade em suas relações com a sociedade e a natureza. Assim, é perceptível que o primeiro passo é sair do tradicionalismo.

Paulo Freire denomina a tendência tradicional de “educação bancária” e afirma:

Nela o educador apa-

rece como seu indiscutível agente, como o seu real sujeito, cuja tarefa indeclinável é ‘encher’ os educandos dos conteúdos de sua narração. Conteúdos que são retalhos da realidade desconectados da totalidade em que se engendram e em cuja visão ganhariam significação. (FREIRE, 1996, p.103)

Tendo em vista, a reflexão feita pelo autor, percebe-se que as escolas como um todo devem criar e promover estratégias que despertem o interesse dos alunos em querer aprender os conteúdos da História Ambiental, ao mesmo tempo em que se aproximem com sua própria realidade. Vale ressaltar que, todo lugar conta com uma diversidade natural muito rica, mesmo diante de todo desmatamento humano,

como por exemplo, reservas de calcários, matas, rios e trilhas.

A partir disso, vê-se que podemos chegar a metas que pareciam ser inalcançáveis. Nesse sentido, é com esse intuito que a Política Nacional de Educação Ambiental (LEI No 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999.), afirma:

Art. 1o Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999, p.1)

E, ainda, complementa que,

Art. 2o A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. (BRASIL, 1999, p.1)

Portanto, a educação ambiental mostrou-se ser um mecanismo inovador e modificador, visando melhorias entre o homem e o meio natural. Proporcionando assim, reflexões sobre meio ambiente, sustentabilidade, preservação e conservação. São destacados temas como o consumo exagerado de recursos naturais, crise ambiental, efeito estu-

fa, tipos de lixo, coleta seletiva, reciclagem, relação do homem e natureza dentre outros. Todos são propostos para serem trabalhados com os alunos para que eles se familiarizem com as práticas sustentáveis e possam vislumbrar os problemas relacionados com a degradação do meio ambiente e suas implicações futuras.

Desse modo, ela busca seres mais reflexivos e críticos. Por conseguinte, o espaço escolar se torna um local adequado e indispensável gerador de conhecimentos acerca do meio ambiente para fins de cooperação e conservação de toda a população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi refletido, concluiu-se que a preocupação com o meio ambiente cresceu principalmente nas últimas décadas, haja vista as intensas



transformações ambientais que o planeta terra está passando, associados sobretudo a interferência dos seres humanos sobre a natureza. Assim, o ensino da História Ambiental possibilita aos alunos os recursos metodológicos necessários à produção e compreensão do conhecimento e de como o mesmo é produzido.

É a partir desse confronto entre o homem e a natureza que se perpetua na contemporaneidade, que se torna possível aos educandos elaborar outros conhecimentos com argumentos próprios e critérios de seleção, construindo uma aprendizagem significativa e autônoma, transformando informações em conhecimentos e apropriando-se das ideias de forma mais concreta.

Tendo em vista, a importância de se refletir sobre as questões ambientais, em virtude das

constantes transformações que o planeta vem sendo submetido, faz-se necessário o engajamento do professor para a correta articulação dos conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, ou seja, o que os alunos devem saber, fazer e ser. Dessa forma, trazendo à tona ideias relevantes e contemporâneas, visando obter sucesso em suas práticas e projetos pedagógicos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei da Educação Ambiental. Presidência da República Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro gráfico, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acessado em: 03. fev. 2020.

BURKE, P. A escrita da história. Novas perspectivas, São Paulo: Editora da Unesp, 1992.

em Pesquisa, Ensino e Aprendi-
zagem. Brasília, 2001, p. 217-229.

CANO, M. R. de. O. A reflexão
e a prática em História. 2012, p.
115

DE OLIVEIRA, R. S.; ALMEI-
DA, V. L.; FONSECA, V. A. His-
tória: A reflexão e a Prática de
Ensino. Blucher, Ministério da
Educação, 2008, p. 155

DRUMMOND, J. A. A História
Ambiental: temas, fontes e linhas
de pesquisa. Estudos históricos,
Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991,
p. 177-197

FREIRE, P. Pedagogia da Auto-
nomia. 53ª ed. Rio de Janeiro: Paz
e terra, 1996, 143p.

MARTINEZ, P. H. História e
Meio Ambiente: Considerações
sobre a Formação Continuada



Periodicojs

EDITORA ACADÊMICA